



Planejamento Estratégico 2016 - 2021



Planejamento Estratégico 2016 - 2021

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

1º Trimestre de 2021

1. Mapa Geral

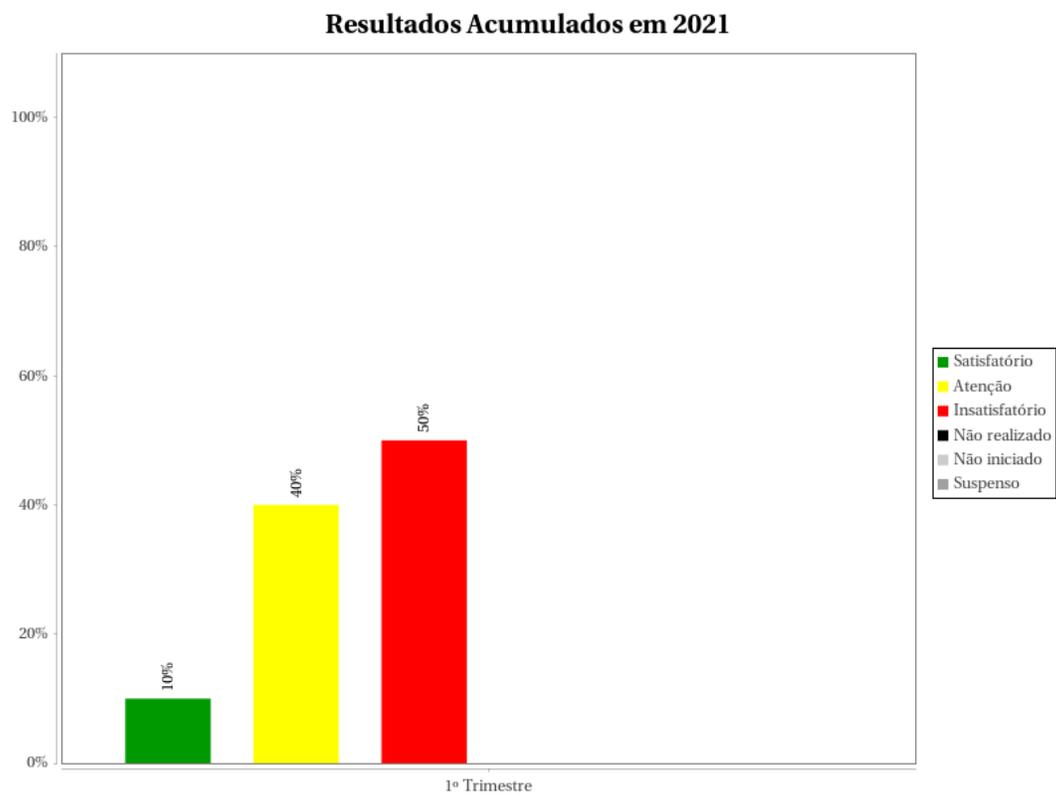
Insatisfatório Plano Estratégico 2016-2021

o

	Garantir os Direitos da Cidadania				
Sociedade	79,41%				
Processos Internos	Garantir a celeridade e a eficácia na prestação jurisdicional	Combater os ilícitos eleitorais	Fortalecer a segurança e a transparência do processo eleitoral	Aprimorar a comunicação com o público externo	Estimular o exercício consciente da cidadania
	86,16%	75,55%	70,99%	89,38%	100,00%
Recursos	Desenvolver a Gestão Estratégica de Pessoas	Fortalecer a governança institucional	Aprimorar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades do TRE-RJ	Aperfeiçoar a infraestrutura e a governança de TIC	Aperfeiçoar a gestão orçamentária e de custos
	70,38%	84,04%	75,74%	83,16%	58,73%

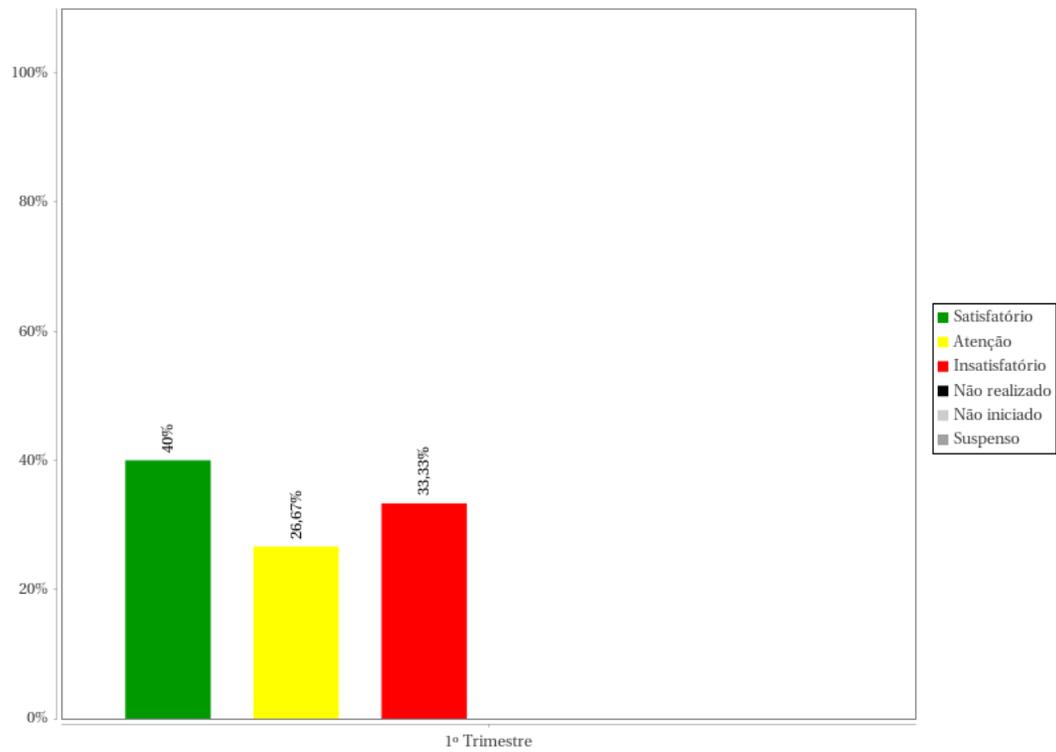
2. Evolução Qualitativa dos Desempenhos por Trimestre

2.1. Objetivos Estratégicos



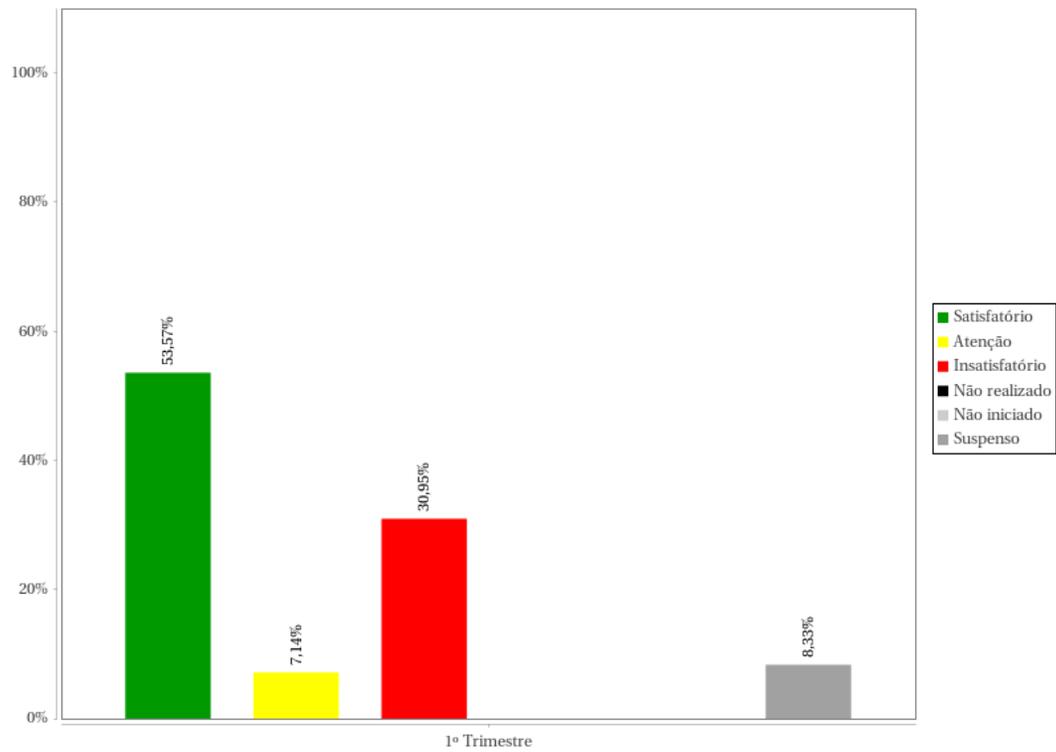
2.2. Indicadores Estratégicos

Resultados Acumulados em 2021



2.3. Indicadores de Apoio

Resultados Acumulados em 2021



3. Resultados 1º Trimestre de 2021.

Nome	Resultado	Meta	Peso	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
Plano Estratégico 2016-2021				79,41%	Insatisfatório
OE 02 - Garantir a celeridade e a eficácia na prestação jurisdicional				86,16%	Atenção
IE 01 - Índice de agilidade - 1º grau			50	72,51%	Insatisfatório
IA 01 - Taxa de congestionamento dos feitos judiciais - 1º grau	84,71%	54,66%	1	45,02%	Insatisfatório
IA 02 - Taxa de congestionamento de feitos administrativos - 1º grau					Suspensão
IA 03 - Índice de agilidade no julgamento dos feitos judiciais - 1º grau	99,11%	77,00%	1	128,71%	Satisfatório
IA 04 - Índice de agilidade no julgamento de feitos administrativos - 1º Grau					Suspensão
IA 05 - Índice de prestações de contas julgadas no prazo 1º grau					Suspensão
IE 02 - Índice de agilidade - 2º grau			50	99,81%	Satisfatório
IA 08 - Taxa de congestionamento dos feitos judiciais - 2º grau	85,47%	85,00%	1	99,44%	Satisfatório
IA 09 - Índice de agilidade no julgamento dos feitos judiciais - 2º grau	95,00%	90,00%	1	105,56%	Satisfatório
IA 10 - Índice de prestações de contas julgadas no prazo - 2º grau	100,00%	100,00%	1	100,00%	Satisfatório
OE 03 - Combater os ilícitos eleitorais				75,55%	Insatisfatório
IE 07A - Índice de estruturação do sistema de prevenção e combate a ilícitos eleitorais			50	97,03%	Satisfatório
IA 104 - Índice de estruturação dos juízos competentes para processamento e julgamento dos feitos prioritários	17,74%	18,00%	1	98,57%	Satisfatório
IA 105 - Índice de estruturação dos juízos competentes para processamento e julgamento das ações penais eleitorais	22,42%	23,00%	1	97,50%	Satisfatório
IA 106 - Índice de estruturação dos juízos competentes para processamento e julgamento das prestações de contas e da unidade de contas	17,11%	18,00%	1	95,03%	Satisfatório
IE 08 - Índice de celeridade de processos prioritários			50	54,06%	Insatisfatório
IA 22A - Índice de processos prioritários julgados no 1º grau, no prazo	14,01%	21,33%	1	65,68%	Insatisfatório

IA 23A - Índice de processos prioritários julgados no 2º grau, no prazo	18,57%	43,77%	1	42,43%	Insatisfatório
OE 04 - Fortalecer a segurança e a transparência do processo eleitoral				70,99%	Insatisfatório
IE 09 - Índice de aprimoramento da gestão da eleição			20	24,51%	Insatisfatório
IA 24 - Percentual de implementação dos planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições	0,00%	0,05%	1	0,00%	Insatisfatório
IA 25 - Índice de aderência do orçamento das eleições					Suspensão
IA 26 - Índice de aderência ao PIE	25,00%	51,00%	1	49,02%	Insatisfatório
IE 10 - Índice de segurança da votação			30	86,97%	Atenção
IA 27 - Percentual de eleitores com cadastro biométrico	59,19%	79,09%	1	74,84%	Insatisfatório
IA 28 - Percentual de eleitores, com cadastro biométrico, habilitados a votar pela biometria		98,50%	1		Suspensão
IA 29 - Percentual de urnas não substituídas	98,10%	99,00%	1	99,10%	Satisfatório
IE 11 - Índice de aprimoramento do processo eleitoral			20	87,81%	Atenção
IA 30 - Percentual de mesários voluntários	47,67%	75,00%	1	63,56%	Insatisfatório
IA 31 - Percentual de mesários capacitados	65,76%	75,00%	1	87,68%	Atenção
IA 32 - Percentual de participação de magistrados em ações de atualização em matéria eleitoral	82,56%	41,13%	1	200,72%	Satisfatório
IA 33 - Percentual de zonas eleitorais capacitadas em registro de candidatura, representações, fiscalização	100,00%	100,00%	1	100,00%	Satisfatório
IE 12 - Índice de promoção da transparência			30	74,77%	Insatisfatório
IA 34 - Índice de aderência ao plano de ações de esclarecimento realizadas para partidos e candidatos	53,85%	100,00%	1	53,85%	Insatisfatório
IA 36 - Percentual de realização das ações de divulgação sobre as etapas do processo eleitoral e mecanismos	90,90%	95,00%	1	95,69%	Satisfatório
OE 05 - Aprimorar a comunicação com o público externo				89,38%	Atenção
IE 13 - Índice de adequação da comunicação com o público externo			40	90,39%	Satisfatório
IA 37 - Índice de estruturação dos canais de comunicação	94,00%	100,00%	1	94,00%	Satisfatório
IA 38 - Índice de satisfação do cliente externo com a comunicação	58,40%	73,96%	1	78,97%	Insatisfatório
IA 39 - Índice de atendimento das demandas recebidas com base na Lei de Acesso à Informação	98,21%	100,00%	1	98,21%	Satisfatório
IE 14 - Índice de gestão da comunicação			40	88,44%	Atenção

IA 40 - Índice de aderência ao Plano de Comunicação com o Público Externo	67,84%	88,24%	1	76,88%	Insatisfatório
IA 41 - Índice de inserções positivas na mídia	97,80%	95,00%	1	102,90%	Satisfatório
IE 15 - Índice de relacionamento institucional com a mídia			20	89,22%	Atenção
IA 42 - Índice de estruturação da relação institucional com a mídia	66,67%	85,00%	1	78,43%	Insatisfatório
IA 43 - Índice de aderência ao plano de relacionamento com a mídia	100,00%	83,75%	1	119,40%	Satisfatório
OE 06 - Estimular o exercício consciente da cidadania				100,00%	Satisfatório
IE 16 - Número de pessoas alcançadas por ações de cidadania			60	100,00%	Satisfatório
IA 44A - Taxa de Estudantes alcançados por ações socioeducativas conduzidas por magistrados e servidores					Suspensão
IA 46A - Consultas realizadas e ações informativas sobre o processo e a memória eleitorais	18,38%	8,00%	1	229,70%	Satisfatório
IE 17 - Índice de aderência ao planejamento de ações de cidadania			40	100,00%	Satisfatório
IA 47 - Índice de aderência ao plano de ações socioeducativas	100,00%	100,00%	1	100,00%	Satisfatório
IA 48 - Índice de aderência ao plano de ações de divulgação do processo e da memória eleitorais	114,29%	100,00%	1	114,29%	Satisfatório
OE 07 - Desenvolver a Gestão Estratégica de Pessoas				70,38%	Insatisfatório
IE 18 - Índice de desenvolvimento das competências			30	22,22%	Insatisfatório
IA 49A - Índice de implantação da gestão por competências	16,67%	25,00%	1	66,67%	Insatisfatório
IA 50 - Índice de aderência do PAC à estratégia	0,00%	10,50%	1	0,00%	Insatisfatório
IA 51 - Índice de conhecimento eleitoral básico	0,00%	20,00%	1	0,00%	Insatisfatório
IE 19 - Índice de desenvolvimento da liderança			40	98,00%	Satisfatório
IA 53 - Índice de capacitação na matriz gerencial	59,82%	62,32%	1	96,00%	Satisfatório
IA 54A - Índice de implantação da gestão das ocupações críticas gerenciais	80,00%	66,00%	1	121,21%	Satisfatório
IE 20 - Índice de gestão para a favorabilidade do Clima Organizacional			30	81,71%	Atenção
IA 55 - Índice de satisfação dos servidores com o Clima Organizacional	70,87%	80,00%	1	88,59%	Atenção
IA 56 - Índice de implantação das ações decorrentes da Pesquisa de Clima Organizacional	50,00%	66,82%	1	74,83%	Insatisfatório
OE 08 - Fortalecer a governança institucional				84,04%	Atenção
IE 21 - Índice de gestão participativa			30	94,25%	Satisfatório

IA 101 - Índice de realização de reuniões de gestão participativa	71,43%	60,00%	1	119,05%	Satisfatório
IA 102 - Índice de participação nas reuniões de gestão participativa	84,09%	90,00%	1	93,43%	Satisfatório
IA 103 - Índice de participação do público interno na construção/avaliação da Estratégia Nacional do Poder Judiciário	13,40%	15,00%	1	89,33%	Satisfatório
IE 22 - Índice de estruturação do mecanismo de liderança			20	91,85%	Satisfatório
IA 60 - Índice de estruturação de padrões éticos	90,00%	94,79%	1	94,95%	Satisfatório
IA 61 - Índice de estruturação do sistema de governança	59,23%	66,73%	1	88,76%	Atenção
IE 23 - Índice de execução e monitoramento da estratégia			30	66,67%	Insatisfatório
IA 62 - Índice de execução das iniciativas estratégicas	0,00%	24,14%	1	0,00%	Insatisfatório
IA 63 - Índice de aderência de realização das Reuniões de Análise da Estratégia	100,00%	100,00%	1	100,00%	Satisfatório
IA 64 - Índice de realização de Reuniões de Análise Crítica	25,00%	19,49%	1	128,27%	Satisfatório
IE 24 - Índice de adequação do mecanismo de controle			20	86,99%	Atenção
IA 65 - Índice de estruturação da gestão de riscos e controles internos	35,56%	49,00%	1	72,56%	Insatisfatório
IA 66 - Índice de processos críticos monitorados	50,00%	41,80%	1	119,62%	Satisfatório
IA 67 - Índice de aderência ao Plano Anual de Auditoria	100,00%	93,00%	1	107,53%	Satisfatório
IA 68A - Índice de implementação das recomendações da unidade de controle e auditoria	41,46%	55,00%	1	75,39%	Insatisfatório
IA 69A - Índice de conformidade dos cartórios					Suspensão
OE 09 - Aprimorar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades do TRE-RJ				75,74%	Insatisfatório
IE 25 - Índice de padronização da infraestrutura			40	88,24%	Atenção
IA 70A - Índice de unidades com instalações padronizadas	9,55%	15,00%	1	63,67%	Insatisfatório
IA 71A - Índice de unidades com instalações acessíveis	23,60%	23,00%	1	102,59%	Satisfatório
IA 73A - Índice de unidades com condições adequadas de segurança	94,38%	80,00%	1	117,98%	Satisfatório
IA 74A - Índice de unidades com equipamentos sustentáveis	62,92%	75,00%	1	83,89%	Atenção
IA 75A - Índice de instalações compatíveis com o trabalho e os serviços prestados	42,13%	45,00%	1	93,63%	Satisfatório
IE 26 - Índice de eficiência da gestão da infraestrutura imobiliária			30	54,44%	Insatisfatório
IA 76 - Índice de desenvolvimento do modelo de gestão imobiliária	70,00%	81,25%	1	86,15%	Insatisfatório

IA 77A - Índice de execução do plano de obras	0,00%	75,00%	1	0,00%	Insatisfatório
IA 78 - Índice de aderência das contratações de infraestrutura ao Plano de Contratações	68,00%	88,13%	1	77,16%	Insatisfatório
IE 27 - Índice de atendimento às demandas de serviços			30	80,38%	Atenção
IA 79 - Índice de atendimento à demanda de manutenção da Sede	56,85%	98,00%	1	58,02%	Insatisfatório
IA 80 - Índice de atendimento à demanda de manutenção dos Cartórios	74,20%	89,27%	1	83,12%	Atenção
IA 81 - Índice de atendimento à demanda de transporte	100,00%	96,50%	1	103,63%	Satisfatório
OE 10 - Aperfeiçoar a infraestrutura e a governança de TIC				83,16%	Atenção
IE 29 - Índice de governança em TIC			30	69,66%	Insatisfatório
IA 83 - Índice de transparência das informações relacionadas à gestão e uso de TIC	87,50%	88,63%	1	98,72%	Satisfatório
IA 84 - Índice de gestão corporativa da segurança da informação	65,00%	62,27%	1	104,38%	Satisfatório
IA 85 - Índice de aderência da execução do orçamento de TIC	8,57%	83,52%	1	10,26%	Insatisfatório
IE 30 - Índice de adequação dos equipamentos			20	74,64%	Insatisfatório
IA 86 - Índice de adequação dos equipamentos aos padrões	51,48%	99,00%	2	52,00%	Insatisfatório
IA 87 - Índice de satisfação com a quantidade de recursos tecnológicos	83,06%	80,00%	1	103,83%	Satisfatório
IA 88 - Índice de satisfação com o desempenho dos recursos tecnológicos	75,64%	80,00%	1	94,55%	Satisfatório
IE 31 - Índice de disponibilidade da infraestrutura e do suporte de TIC			30	95,71%	Satisfatório
IA 89 - Índice de aderência a requisitos mínimos de nivelamento da infraestrutura de TIC	80,00%	91,39%	2	87,54%	Atenção
IA 90 - Índice de disponibilidade de sistemas e serviços essenciais de TIC	99,40%	99,67%	3	99,73%	Satisfatório
IA 91 - Índice de satisfação dos usuários internos de TIC	96,28%	94,00%	1	102,43%	Satisfatório
IE 32 - Índice de modernização das soluções			20	93,10%	Satisfatório
IA 92 - Índice de atendimento da demanda por sistemas e automação de rotinas	29,41%	31,59%	1	93,10%	Satisfatório
OE 11 - Aperfeiçoar a gestão orçamentária e de custos				58,73%	Insatisfatório
IE 33 - Índice de eficiência da gestão orçamentária			20	95,35%	Satisfatório
IA 93 - Índice de execução planejada do orçamento de custeio (exceto iniciativas estratégicas e despesas de pessoal)	17,70%	18,56%	1	95,35%	Satisfatório

IE 34 - Custo de manutenção da estrutura			40	99,16%	Satisfatório
IA 95 - Custo de manutenção das instalações por eleitor	330,22	316,85	1	95,78%	Satisfatório
IA 96 - Custo de serviços de comunicação por eleitor	48,98	53,67	1	108,73%	Satisfatório
IA 97 - Custo de material de consumo por eleitor	2,41	8,60	1	171,96%	Satisfatório
IA 98 - Custo de serviços de transporte por eleitor	43,59	44,39	1	101,80%	Satisfatório
IA 99 - Custo de apoio administrativo por eleitor	105,13	154,69	1	132,04%	Satisfatório
IE 35 - Índice de alinhamento do orçamento com a estratégia			40	0,00%	Insatisfatório
IA 100 - Índice de execução planejada do orçamento de ações estratégicas	0,00%	19,84%	1	0,00%	Insatisfatório

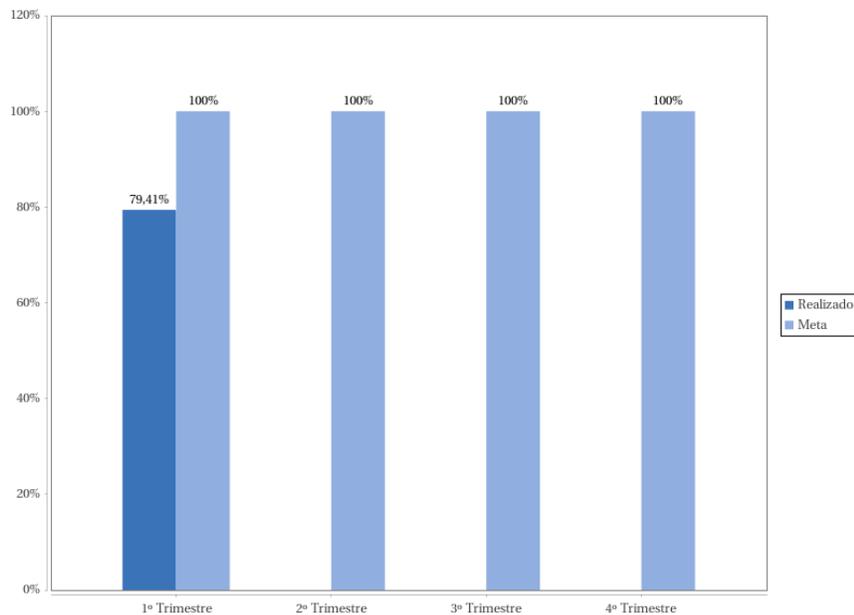
Obs: Os indicadores do tipo quanto menor melhor terão seus desempenhos limitados em 0 % e os do tipo quanto maior melhor em 100%, para efeito de cálculo dos IEs.

4. Resultados do Período

Plano Estratégico 2016-2021

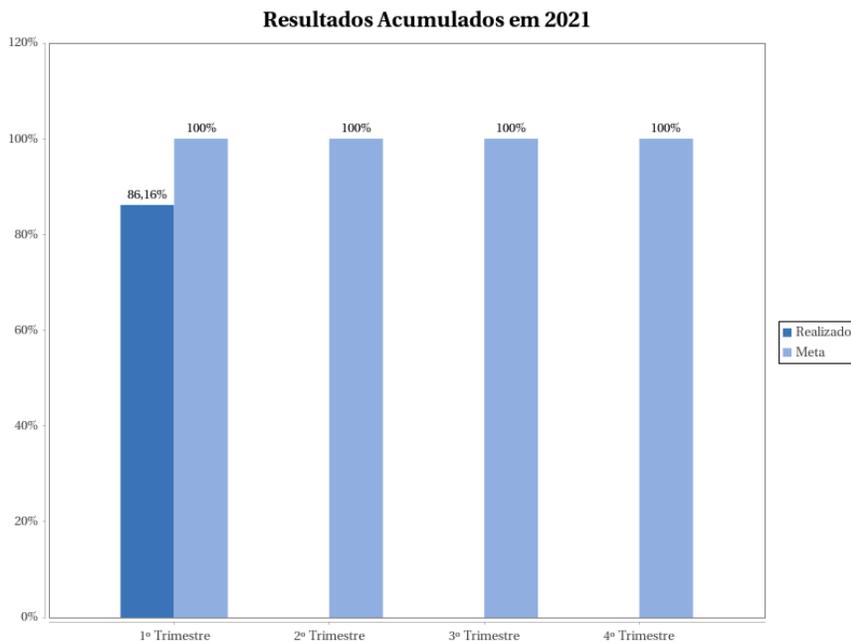
Insatisfatório Desempenho do Período: 79,41%

Resultados Acumulados em 2021



Responsável: SEDEST.

Fechamento em 28/04/2021 pela SEDEST.

OE 02 - Garantir a celeridade e a eficácia na prestação jurisdicional**Atenção****Desempenho do Período: 86,16%****Responsável: GABPRE.****Análise de contexto**

O OE 02 é composto por dois indicadores estratégicos, isto é, IE 01 – Índice de agilidade no 1º grau e IE 02 – Índice de agilidade no 2º grau. Com 86,16% de desempenho no primeiro trimestre de 2021, observa-se sensível queda em relação ao quarto trimestre de 2020, quando atingiu o desempenho de 98,63%. O IE 01 alcançou o desempenho de 72,51% e o IE 02, de 99,81%.

Em relação ao IE 01, que alcançara 100% de desempenho no 4º trimestre de 2020, atribui-se o menor desempenho neste primeiro trimestre de 2021 à redução da produtividade no mês de janeiro, por conta da suspensão dos prazos processuais e do recesso do Judiciário. Quanto ao IE 02, verifica-se que mais vez o ótimo desempenho do índice de agilidade, objeto de medição do IA 09, que alcançou 105,56%, o que se pode atribuir à celeridade de julgamento imposta aos feitos eleitorais.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Embora as reuniões e minutas de revisão das fichas dos indicadores que integram o OE 02 tenham sido concluídas neste período, ainda não foram submetidas à CPEFJU para avaliação, visando ao posterior encaminhamento ao CGE.

Insta salientar que, em relação aos indicadores IA 02 e IA 04, em reunião entre representantes da CPEFJU e COACE, deliberou-se pela descontinuidade, excluindo-os do Plano Estratégico. A deliberação foi submetida aos demais integrantes da Comissão, que não participaram da reunião, que acolheram a proposta.

Acompanhamento sistemático dos processos judiciais em tramitação e no que diz respeito às questões de sua competência, realizamos o adequado monitoramento de estatísticas processuais, bem como ações proativas na gestão de processos que tramitam no 2º grau.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

O principal desafio remonta no impulsionamento dos feitos judiciais físicos no primeiro grau, diante da ausência da maioria dos servidores no cartório, o que só tende a agravar-se em se mantendo a situação pandêmica e, por conseguinte, o trabalho remoto nos moldes atuais.

Assim, enquanto durar a suspensão dos prazos nos processos físicos, não será possível demandar providências junto às zonas eleitorais. Contudo, hoje os processos eletrônicos já representam maioria, o que permitirá o impulsionamento e maximização da tramitação. Ademais, conta-se hodiernamente com a Resolução TRE nº 1166/2021 a qual prevê aos processos físicos, em

tramitação, o cadastramento no sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe), muito embora ainda esteja dependente, para efetiva implementação, de norma complementar específica, ainda não elaborada.

No âmbito do segundo grau, um dos principais desafios a ser enfrentado nos próximos períodos é o provável gradual aumento de volume de recursos em prestação de contas provenientes do 1º grau.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Estabelecimento de estratégia para a migração para o meio eletrônico de processos prioritários (cassações), ações penais e prestações de contas em iminência de prescrição / fim da suspensão dos prazos processuais.

Riscos associados ao objetivo

Prejuízo à celeridade processual e prescrição.

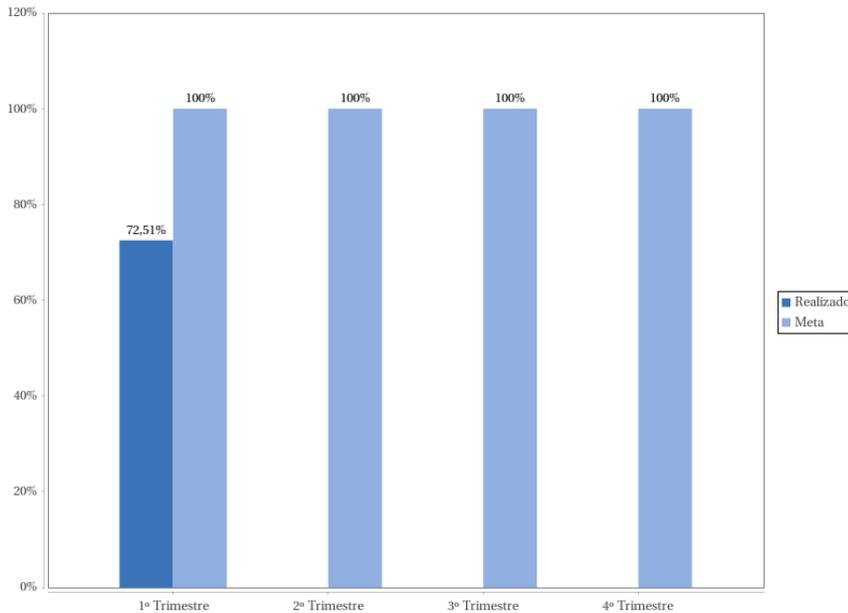
Aumento da taxa de congestionamento no 2º grau e possíveis impactos sobre as metas do CNJ em razão do possível aumento de volume de recursos em prestação de contas provenientes do 1º grau.

IE 01 - Índice de agilidade - 1º grau

Insatisfatório

Desempenho do Período: 72,51%

Resultados Acumulados em 2021



Responsável: SVPCRE.

Análise de contexto

Conforme referido, em análise anterior, em decorrência das deliberações da 1ª RAE de 2020, o CGE deliberou a suspensão do IA 02 e do IA 04 e a continuidade da medição desses indicadores, devido à falta de confiabilidade dos dados de suas variáveis e, principalmente, diante da impossibilidade de extração dos dados relativos aos processos administrativos em tramitação no 1º grau, tendo como fonte de dados o PJE, o SADP e o SEI. Na ocasião da Reunião do 1º RAE de 2021, a recomendação deu-se no sentido de que o CGE aprove o prazo até 30/06 para a reavaliação da sua situação, muito embora tenha destacado, a CPFJU, que ainda que a questão da confiabilidade dos dados fosse solucionada, não se identifica que esses indicadores sejam realmente estratégicos, podendo, se for o caso, apenas serem medidos internamente pelas respectivas unidades. Quanto ao acervo de processos judiciais, grande parte dos processos administrativos já está tramitando no PJe, sendo medidos como casos novos, restando acervo residual cuja medição interna pode dar-se dentro da Corregedoria. Quanto ao acervo de processos judiciais físicos dos cartórios cujo impulsionamento estava suspenso, em razão das restrições de ordem sanitária decorrentes da Pandemia do COVID-19, este teve seu quadro alterado em razão da entrada dos processos afetos à eleição 2020, que tramitaram no PJe. No que pertine à análise do IA 01, um dos desdobramentos do indicador em comento, tem-se, no primeiro trimestre de 2021, pouca produtividade no mês de janeiro, por conta da suspensão dos prazos processuais e do recesso do Judiciário, diminuindo-se o acervo de 41.090 processos em tramitação, em dezembro, para 35.441, em março, sendo que, segundo informado pela COAJUR, pouco mais de 2.000 mil deles já possuíam decisão, a maioria afetados a Processos de Eleição. Com relação ao IE 03, defende-se já desde 2020 a extinção das variáveis de medição TbaixCNCrim1º<1ano, TbaixExtFisc1º<1ano e TbaixCCrim1º<1ano, ao argumento de que a informação fornecida não se mostra relevante para fins de se alcançar agilidade nos feitos judiciais no 1º grau, não contribuindo para a real aferição da medição da agilidade dos feitos. A defasagem de ambos os indicadores e a questão da suspensão dos prazos dos processos físicos em decorrência da pandemia tende a prejudicar a aferição e consequente otimização do referido índice estratégico.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

A ação desenvolvida apta a evitar a problemática acima ressaltada consiste, primeiramente, dada a defasagem, na solicitação da mudança da ficha do índice dos índices dos IA's 01 e 03, neste visando a obtenção de um resultado efetivo sobre a agilidade dos processos judiciais e naquele para alcançar-se a medição da taxa de congestionamento líquida. A questão, consoante exposto no item anterior, foi levantada na 1ª RAE de 2021, a que me reporto às informações expendidas, estando a novel ficha

encaminhada à aprovação - após tratativas entre os membros - pela CPFJU, visando posterior submissão ao Comitê Gestor da Estratégia. O principal desafio remonta no impulsionamento dos feitos judiciais físicos, diante da ausência da maioria dos servidores no cartório, o que só tende a agravar-se em se mantendo a situação pandêmica e o trabalho remoto nos moldes em que estão. Assim, enquanto durar a suspensão dos prazos nos processos físicos, não será possível demandar providências junto às zonas eleitorais. Contudo, hoje os processos eletrônicos já representam maioria, o que permitirá o impulsionamento e maximização da tramitação. Ademais, conta-se hodiernamente com a Resolução TRE nº 1166/2021 a qual prevê aos processos físicos, em tramitação, o cadastramento no sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe), muito embora ainda esteja dependente, para efetiva implementação, de norma complementar específica, ainda não elaborada.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Tendo em vista o recrudescimento da Pandemia no primeiro semestre de 2021, o que forçosamente redundou na manutenção do trabalho remoto, foi apontado, na análise anterior, sobretudo, a necessidade de traçar-se uma estratégia para a migração de processos prioritários. A supracitada Resolução deste Tribunal, prevendo a obrigatoriedade de tramitação dos processos físicos para o cadastramento no sistema Processo Judicial Eletrônico (PJE), respeitando-se, como critério de migração, a data de propositura dos feitos, iniciando-se pelos mais antigos ou, no caso de processos criminais, o prazo prescricional do delito, tende a compor a problemática, ainda que dependente de regulamentação, o que se espera já solucionado quando da oportunidade da análise seguinte. Nesse sentir, à guiza de exemplo, já foi apontado no processo SEI! 2021.0.000018359-2 a existência de 17 ações de investigação judicial eleitoral, todas cuja tramitação física encontra-se suspensa. Por fim, aguarda-se a aprovação da nova ficha do indicador, a fim de precisar-se de forma devida o monitoramento do indicador.

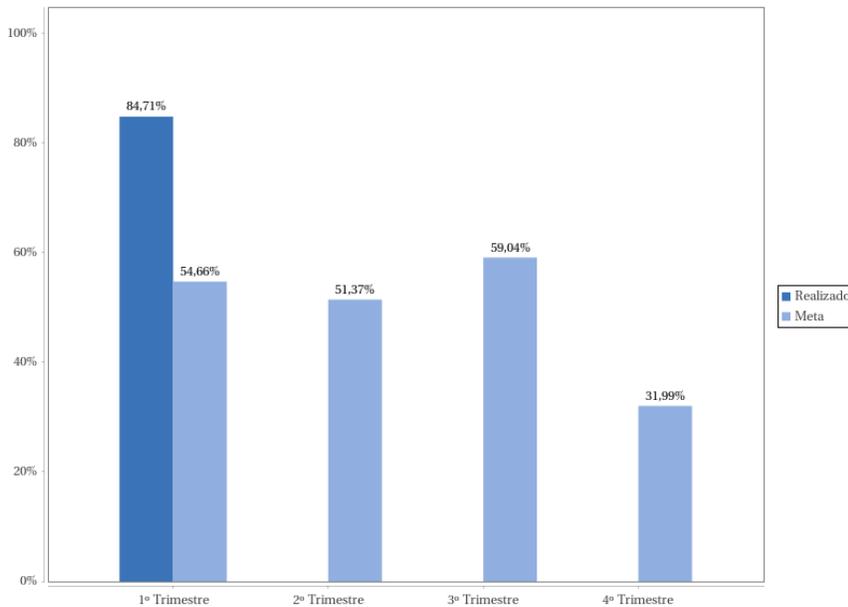
Riscos associados ao objetivo

IA 01 - Taxa de congestionamento dos feitos judiciais - 1º grau

Insatisfatório

Desempenho do Período: 45,02%

Resultados Acumulados em 2021



Polaridade: Quanto menor melhor. Responsável: COAJUR.

Análise de contexto

Dentro do primeiro trimestre de 2021, inclui-se o mês de janeiro, mas este acaba sendo de pouca produtividade por conta da suspensão dos prazos processuais e do recesso do Judiciário.

Em dezembro de 2020, havia 41.090 processos em tramitação, acervo que em março foi diminuído para 35.441.

Em que pese a grande parte deste acervo ser composta por processos da eleição, pode constatar que pouco mais de 2.000 mil deles já possuíam decisão.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Diante da defasagem do indicador, a fim de adequá-lo aos novos parâmetros do CNJ, que mede a taxa de congestionamento líquida, foi solicitada a mudança em sua ficha.

A CPEFJU aprovou a nova ficha e estamos aguardando a sua submissão ao Comitê Gestor da Estratégia.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

O principal desafio é o impulsionamento dos feitos judiciais físicos, diante da ausência da maioria dos servidores no cartório. Mantendo-se a pandemia e o trabalho remoto, a tendência é piorar o índice no indicador em relação aos físicos.

Quanto aos eletrônicos, como passaram a representar a maioria, isso permitirá a regular tramitação, ainda que remotamente.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A curto prazo, mantendo-se a pandemia e o trabalho remoto, deve-se determinar que seja realizada a migração dos processos físicos mais antigos, pelo menos em relação àqueles mais antigos e cujo julgamento seja prioritário.

Quanto aos eletrônicos, é preciso verificar todos esses processos (pouco mais de 2 mil) que aparecem como pendentes, mas que, na verdade, já foram sentenciados e aguardam apenas o lançamento ao arquivo, o que com certeza irá melhorar o desempenho no índice.

Sem prejuízo, deve-se continuar com o monitoramento das zonas, enviando e-mail ou entrando em contato diretamente com a zona eleitoral, quando for o caso.

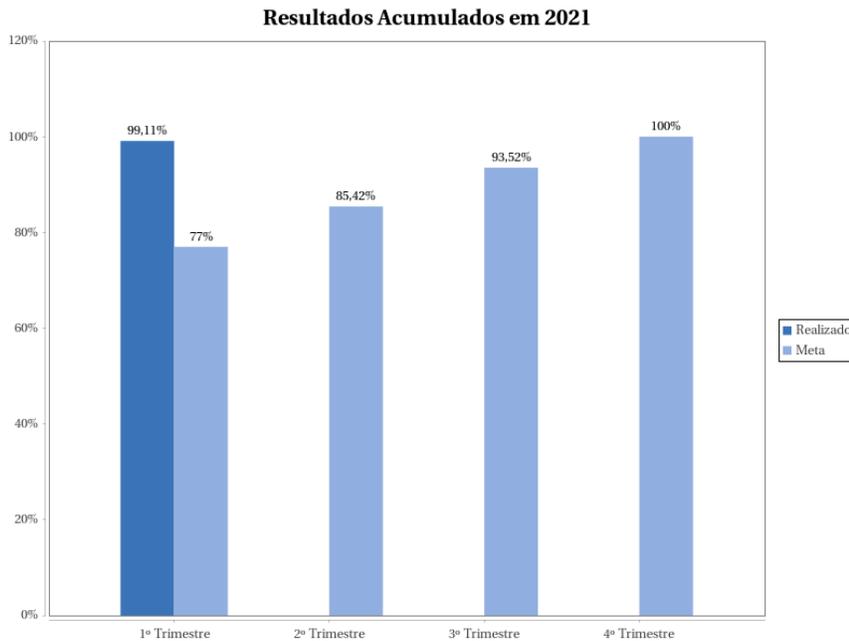
Riscos associados ao objetivo

Prejuízo à celeridade processual.

IA 03 - Índice de agilidade no julgamento dos feitos judiciais - 1º grau

Satisfatório

Desempenho do Período: 128,71%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COAJUR.

Análise de contexto

Conforme afirmado em análise anterior, a COAJUR, por ser a área que acompanha de perto a tramitação de tais processos, mais do que ninguém, sabe que a medição das variáveis T_{BaixCNCrim1º<1ano}, T_{BaixExtFisc1º<1ano} e T_{BaixCCrim1º<1ano} em nada contribuem para a medição da agilidade dos feitos judiciais.

Muito pelo contrário, por serem informações inúteis, apenas destoam o real quadro de como anda a agilidade de tais feitos.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Foi solicitada mudança na ficha deste índice, pois encontra-se defasado e não possibilita a obtenção de um resultado efetivo sobre a agilidade dos processos judiciais.

A questão já foi levantada em RAE, bem como em reuniões da CPEFJU, que aprovou a nova ficha. Estamos aguardando que ela seja submetida ao Comitê Gestor da Estratégia.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Com a nova ficha do indicador poderemos ter uma melhor noção deste item.

Sem prejuízo, o principal desafio é o impulsionamento dos feitos judiciais físicos, diante da ausência da maioria dos servidores no cartório. Mantendo-se a pandemia e o trabalho remoto, a tendência é piorar o índice no indicador em relação aos físicos.

Quanto aos eletrônicos, como passaram a representar a maioria, isso permitirá a regular tramitação, ainda que remotamente.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Aprovação da nova ficha do IA, o que permitirá um efetivo monitoramento dos processos.

A curto prazo, mantendo-se a pandemia e o trabalho remoto, deve-se determinar que seja realizada a migração dos processos físicos, pelo menos em relação àqueles mais antigos e cujo julgamento seja prioritário.

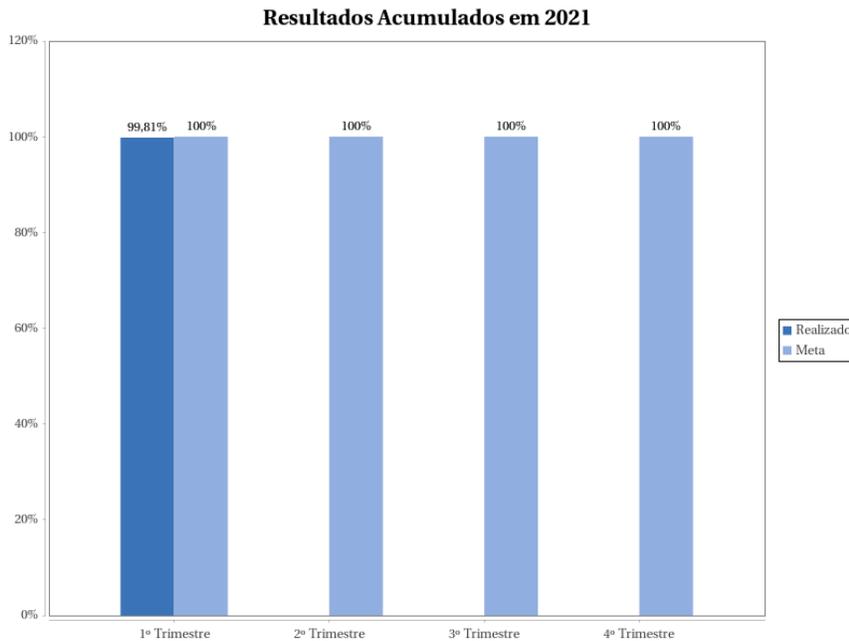
Quanto aos eletrônicos, deve-se continuar com o monitoramento das zonas, enviando e-mail ou entrando em contato diretamente com a zona eleitoral, quando for o caso.

Riscos associados ao objetivo
Prejuízo à celeridade processual.

IE 02 - Índice de agilidade - 2º grau

Satisfatório

Desempenho do Período: 99,81%



Responsável: SJD.

Análise de contexto

O desempenho no período (1º trimestre) apresentou pelo segundo período consecutivo uma performance de acordo com as perspectivas apresentadas pelo modelo matemático-jurídico desenvolvido na Secretaria Judiciária. Com o desempenho alcançado, verifica-se que as boas práticas implementadas por esta Secretaria, em um trabalho conjunto com os Gabinetes e Membros, traduz nossas ações em eficiência jurisdicional prestada ao cidadão.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Acompanhamento sistemático dos processos judiciais em tramitação e no que diz respeito às questões de sua competência, realizamos o adequado monitoramento de estatísticas processuais, bem como ações proativas na gestão de processos que tramitam no 2º grau.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Um dos principais desafios a ser enfrentado nos próximos períodos é o provável gradual aumento de volume de recursos em prestação de contas provenientes do 1º grau.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Esta SJD adota, como rotina, o monitoramento de dados estatísticos processuais, com curvas de tendências e comportamentos para apoio ao processo decisório a fim de proporcionar de modo satisfatório o gerenciamento dos seus indicadores.

Riscos associados ao objetivo

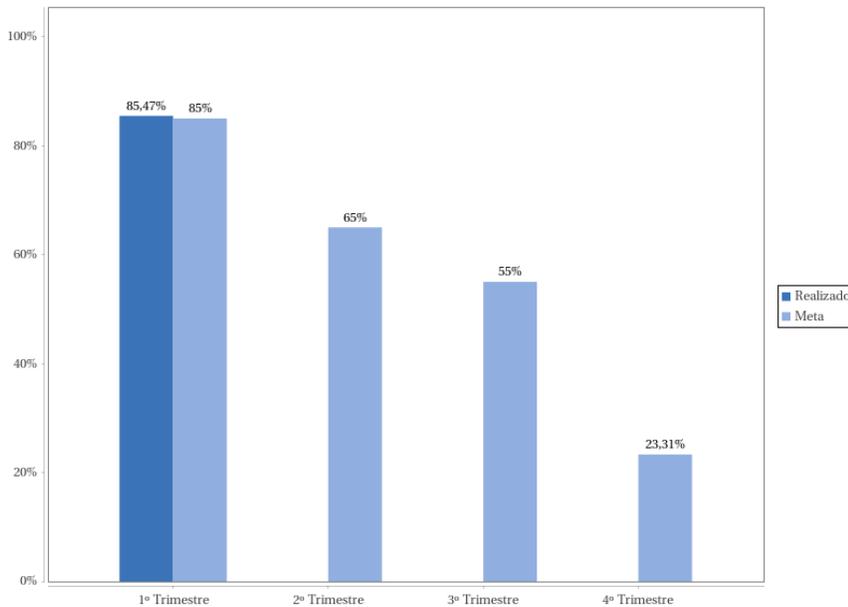
Espera-se que o volume de processos, acima mencionados, possa causar impactos sobre a taxa de congestionamento no 2º grau, bem como nas Metas CNJ.

IA 08 - Taxa de congestionamento dos feitos judiciais - 2º grau

Satisfatório

Desempenho do Período: 99,44%

Resultados Acumulados em 2021



Polaridade: Quanto menor melhor. Responsável: SJD.

Análise de contexto

O desempenho no período (1º trimestre) apresentou um valor dentro das expectativas conforme modelo matemático-jurídico desenvolvido pela Secretaria Judiciária.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Acompanhamento sistemático dos processos judiciais em tramitação e no que diz respeito às questões de sua competência, realizamos o adequado monitoramento de estatísticas processuais, bem como ações proativas na gestão de processos que tramitam no 2º grau.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Um dos principais desafios a ser enfrentado nos próximos períodos é o provável gradual aumento de volume de recursos em prestação de contas provenientes do 1º grau.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Esta SJD adota, como rotina, o monitoramento de dados estatísticos processuais, com curvas de tendências e comportamentos para apoio ao processo decisório a fim de proporcionar de modo satisfatório o gerenciamento dos seus indicadores.

Riscos associados ao objetivo

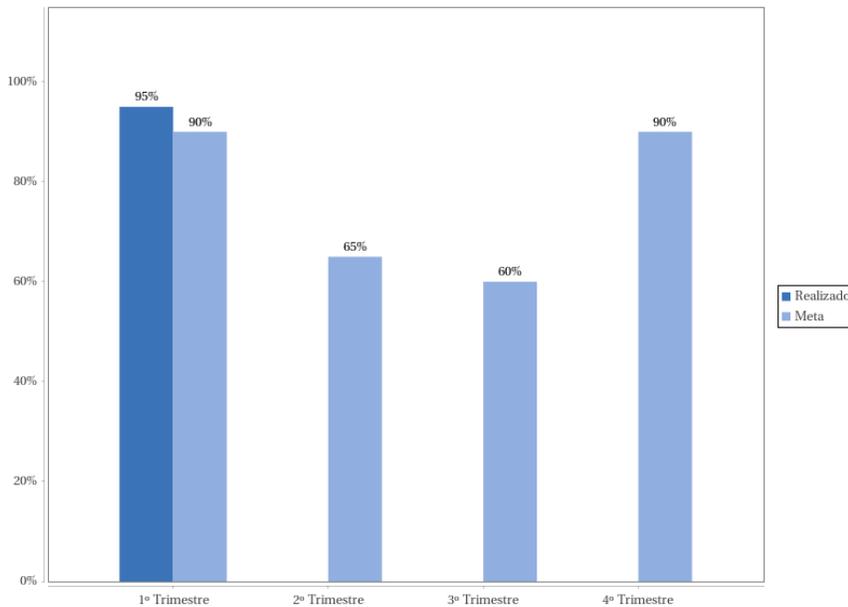
Espera-se que o volume de processos, acima mencionados, possa causar impactos sobre a taxa de congestionamento no 2º grau, bem como nas Metas CNJ.

IA 09 - Índice de agilidade no julgamento dos feitos judiciais - 2º grau

Satisfatório

Desempenho do Período: 105,56%

Resultados Acumulados em 2021



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SJD.

Análise de contexto

O desempenho no período (1º trimestre) apresentou um valor dentro das expectativas, conforme modelo matemático-jurídico desenvolvido pela Secretaria Judiciária.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Acompanhamento sistemático dos processos judiciais em tramitação e no que diz respeito às questões de sua competência, realizamos o adequado monitoramento de estatísticas processuais, bem como ações proativas na gestão de processos que tramitam no 2º grau.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

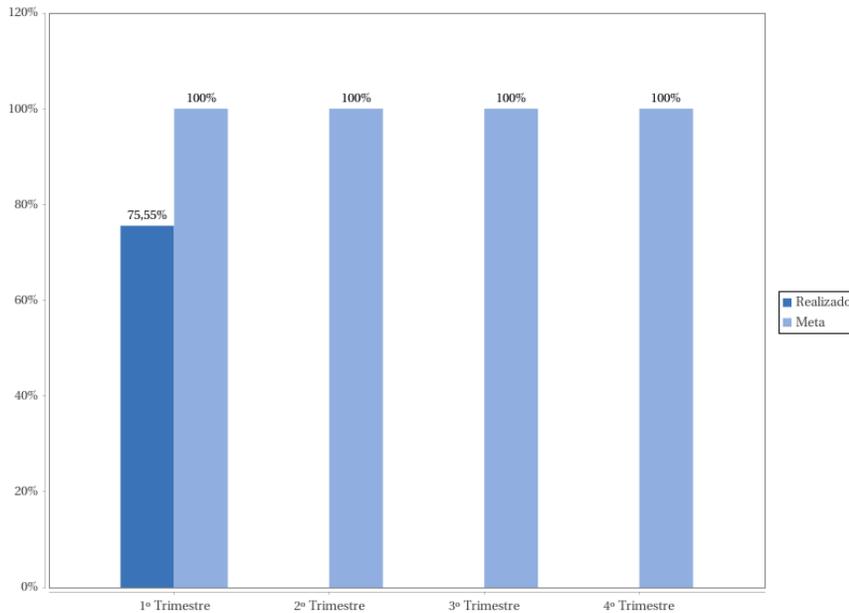
Um dos principais desafios a ser enfrentado nos próximos períodos é o provável gradual aumento de volume de recursos em prestação de contas provenientes do 1º grau.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Esta SJD adota, como rotina, o monitoramento de dados estatísticos processuais, com curvas de tendências e comportamentos para apoio ao processo decisório a fim de proporcionar de modo satisfatório o gerenciamento dos seus indicadores.

Riscos associados ao objetivo

Espera-se que o volume de processos, acima mencionados, possa causar impactos sobre a taxa de congestionamento no 2º grau, bem como nas Metas CNJ.

OE 03 - Combater os ilícitos eleitorais**Insatisfatório****Desempenho do Período: 75,55%****Resultados Acumulados em 2021****Responsável: GABPRE.****Análise de contexto**

A partir do 1º trimestre de 2021, o OE 03 passou a ser monitorado por dois indicadores estratégicos, a saber: IE 07A (Índice de estruturação do sistema de prevenção e combate a ilícitos eleitorais), cuja medição foi inaugurada nesse período, e o IE 08 (Índice de celeridade de processos prioritários).

O OE 03 alcançou, no primeiro trimestre de 2021, o desempenho de 75,55%, o que se atribui ao desempenho do IE 08, que alcançou 54,06%, bastante inferior, portanto, ao observado no final de 2020 (92,81%).

A queda de desempenho era esperada, já que fora identificada no último período de medição a necessidade de correção do conceito de "processos prioritários" estabelecida nas fichas dos indicadores de apoio integrantes do IE 08, a saber, IA 22 (Índice de processos prioritários julgados no 1º grau, no prazo) e IA 23 (Índice de processos prioritários julgados no 2º grau, no prazo), os quais consideravam em seus cálculos os processos que tivessem o assunto "impugnação ao registro de candidatura".

Nesse viés, o CGE deliberou na 1ª RAE de 2021, pela revisão das fichas dos IA 22 e IA 23, excluindo do rol de processos prioritários os que tiverem por "processos que tiverem o assunto 'Impugnação ao Registro de Candidatura'". Os referidos indicadores de apoio, agora nominados IA 22A e IA 23A, apresentaram, respectivamente, 65,68% e 42,43% de desempenho neste primeiro trimestre de 2021.

Apesar da modificação efetuada, depreende-se da análise do IA 22A que foram computados no cálculo do indicador 12 (doze) petições cíveis, classe que não integra o rol de "processos prioritários". A COAJUR informou que abrirá chamado pedindo a correção necessária. Sob tal aspecto, acredita-se que no próximo trimestre será necessária a revisão retroativa do resultado ora apresentado.

Além da modificação das fichas dos indicadores de apoio vinculados ao IE 08, consigne-se o expressivo lapso dos períodos correspondentes ao recesso forense da Lei Federal 5.010/66 (artigo 62, inciso I) e de suspensão da contagem dos prazos processuais no período de 20 de dezembro de 2020 a 20 de janeiro de 2021, em todos os órgãos do Poder Judiciário, em função das disposições constantes dos artigos 220 e 224 do Código de Processo Civil, em que não são realizados quaisquer julgamentos.

De igual maneira, o carnaval, no início de março e a antecipação de feriados excepcionalmente estabelecida pela Lei Estadual nº 9.224, de 24 de março de 2021, em razão do cenário decorrente da pandemia da covid-19, a vigor a partir do dia 26 de

março, reduziram sobremaneira o número de dias úteis de funcionamento do Tribunal, contribuindo para a queda de desempenho observada neste primeiro trimestre de 2021.

Observa-se, por fim, que parte dos processos não julgados tramita em autos físicos, circunstância que inviabiliza sua apreciação, tendo em vista a suspensão do cômputo dos prazos processuais imposta pelo regime de plantão extraordinário a que estão submetidos, nos termos da Resolução TSE nº 23.615/2020. Muito embora o único processo julgado no período estivesse em autos físicos, o julgamento somente foi possível após o implemento da providência prevista no art. 14 da Resolução TRE/RJ nº 1.131/20, que permite o cadastramento de um processo dessa natureza no PJe e sua apreciação pela Corte, em sessão por videoconferência.

Não se trata de migração, a pressupor a transformação de uma causa originariamente veiculada em autos físicos em processo digital, mas tão somente de um mecanismo para viabilizar o seu julgamento virtual, por meio de plataforma digital.

O problema é que a quase totalidade dos processos físicos hoje paralisados não permite a adoção do mesmo expediente, uma vez que os feitos ainda não estão prontos para julgamento, e não podem atingir tal estágio com os prazos sobrestados, em razão da pandemia.

O novo indicador IE 07A atingiu o desempenho de 97,3%.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Em relação ao IE 07A, foi realizado o levantamento da situação atual do Tribunal em relação às estruturas, sistemas e mecanismos de orientação e informação ora existentes no Tribunal para processamento e julgamento dos feitos prioritários, das ações penais eleitorais e das prestações de contas eleitorais. A partir da visualização do cenário atual, foram identificadas as medidas que se pretende implementar ao longo do exercício visando ao gradual aperfeiçoamento dos mecanismos e instrumentos necessários para ampliar a efetividade do sistema de prevenção e de repressão a ilícitos eleitorais, e estabelecidas as metas trimestrais do indicador.

Quanto ao IE 08, foi elaborada minuta de Resolução que estabeleceu parâmetros de prioridade na migração dos processos que ainda tramitam em meio físico para o PJe, tendo sido aprovada pelo Plenário no início de março a Resolução TRE-RJ nº 1.161/2021

Consoante o art. 2º da Resolução TRE-RJ 1.161/2021, serão considerados prioritários para efeito de migração os processos de natureza criminal, os que podem vir a ensejar cassação de diploma ou mandato eletivo e as prestações de contas anuais de partidos políticos dos exercícios de 2015, 2016, 2017 e 2018. Cumulativamente, deverá ser observada, como critério de migração, a data de propositura dos feitos, iniciando-se pelos mais antigos ou, no caso de processos criminais, o prazo prescricional do delito.

Nessa esteira, em observância ao disposto no art. 9º da Resolução TRE-RJ nº 1.161/2021, foi constituído Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar Plano de Ação para efetivação da migração dos processos físicos que se encontram em tramitação no SADP para o sistema PJe.

Ressalta-se, ainda, que conforme deliberação do CGE na 4ª RAE de 2020, foi submetida ao CGovTic a solicitação de desenvolvimento de painel de BI visando aprimorar o acompanhamento dos feitos e facilitar a identificação de possíveis entraves nos processos, conforme consta do Processo SEI nº 2021.0.000005367-2.

Em reunião realizada em 08/03/2021, o CGovTic deliberou sobre a priorização das soluções de TIC, posicionamento o referido painel de BI para acompanhamento dos feitos judiciais de 2º grau em segundo lugar dentre outras duas propostas - id (1646699).

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Conforme previsto no último período, houve piora de desempenho do objetivo em razão da revisão dos parâmetros de medição dos indicadores de apoio IA 22 e IA 23, com base nas definições estabelecidas no IA 104, retroativamente ao início de 2021.

Em relação aos próximos seis meses, contudo, estima-se que haja melhora de desempenho, em razão das medidas adotadas no primeiro trimestre deste ano, elencadas no tópico anterior, a saber: 1. identificação das medidas a serem implementadas ao longo do exercício, com vistas ao atingimento das metas definidas para o IE 07A; 2. edição da Resolução TRE-RJ nº 1.161/2021, que estabelece parâmetros de prioridade na migração dos processos que ainda tramitam em meio físico para o PJe; 3. constituição de Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar Plano de Ação para efetivação da migração dos processos físicos que se encontram em tramitação no SADP para o sistema PJe; 4. priorização, pelo CGovTic, do desenvolvimento de painel de BI visando aprimorar o acompanhamento dos feitos e facilitar a identificação de possíveis entraves nos feitos judiciais de 2º grau.

Acresça-se a essa expectativa a tendência de aumento do número de casos novos no PJe, em vista da total implementação do sistema no âmbito do primeiro grau.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Cabe consignar proposta que não tem a finalidade precípua de melhorar o desempenho, mas o condão de garantir o melhor equilíbrio do objetivo estratégico.

Verifica-se que o novel indicador estratégico IE 07A é um indicador de esforço, que consigna em seu bojo três vertentes: o processamento e o julgamento dos feitos prioritário, o processamento e o julgamento das ações penais eleitorais e o processamento e o julgamento das prestações de contas eleitorais.

Ocorre que em termos de resultado, o objetivo, atualmente, é medido tão somente pela celeridade dos processos prioritários.

Sob tal aspecto, propõe-se a criação, caso mantido o objetivo estratégico no novo plano estratégico deste Tribunal, de dois novos indicadores, que visem a medir o resultado dos esforços empreendidos em relação às ações penais eleitorais e às prestações de contas eleitorais.

Propõe-se, ainda:

1. a priorização dos itens de controle dos indicadores de apoio que integram o IE 07A e a consequente elaboração dos respectivos planos de ação necessários para impulsioná-los;

2. instar o CGovTic, por meio da CPEFJU, para reavaliação da prioridade de implementação do SIROPI, sistema sem o qual o real controle dos processos criminais restará bastante prejudicado, ressaltando-se que ainda há muitos processos penais tramitando em meio físico e que precisam ser migrados ao PJe, a fim de impedir a ocorrência de prescrição;

3. acompanhamento sistemático do plano de ação para afetivação da migração dos processos físicos que se encontram em tramitação no SADP para o sistema PJe.

Riscos associados ao objetivo

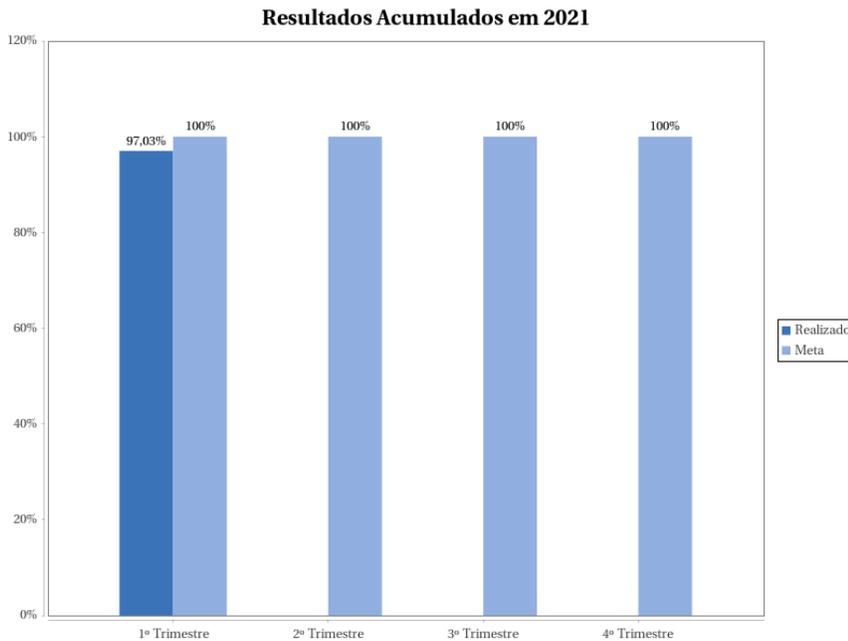
1. Indisponibilidade dos servidores das diversas áreas para participação nas reuniões destinadas à elaboração dos planos de ação que visam a impulsionar o desempenho do IE 07A, os quais, em maior parte, dependem de contribuição multidisciplinar;

2. Alterações nas normas eleitorais que venham a impactar na estrutura planejada para os indicadores de apoio que integram o IE 07A;

3. Recrudescimento da pandemia e consequente prolongamento de limitações às atividades presenciais, o que poderá prejudicar as migrações dos processos físicos para o PJe e a implementação das ações que visam ao aprimoramento do sistema de prevenção e combate a ilícitos eleitorais

4. Demora na disponibilização do painel de BI - tal ferramenta permitiria um diagnóstico mais preciso dos entraves ao julgamento dos feitos, no entanto, há sempre a incerteza em relação ao momento em que passaremos a contar com esses controles, sendo certo que as unidades encarregadas de produzir o sistema têm de atender a outras demandas, por vezes mais urgentes (como ocorrido em relação ao Balcão Virtual), circunstância que naturalmente compromete a sua entrega.

5. Prejuízo à celeridade processual e deficiência na prestação jurisdicional, com a prescrição das ações e anulação das sentenças.

IE 07A - Índice de estruturação do sistema de prevenção e combate a ilícitos eleitorais**Satisfatório****Desempenho do Período: 97,03%****Responsável: GABPRE.****Análise de contexto**

O indicador "IE 07-A - 'Índice de estruturação do sistema de prevenção e combate a ilícitos eleitorais'" foi criado para acompanhar o esforço do Tribunal no aperfeiçoamento dos mecanismos e instrumentos necessários para ampliar a efetividade do sistema de prevenção e de repressão a ilícitos eleitorais. O IE 07-A é composto por três indicadores de apoio que elencam, cada qual, as condições consideradas essenciais para que o Tribunal tenha uma estrutura adequada para promover a maior efetividade dos processos prioritários, das ações penais e dos processos de prestações de contas. O IE 07-A, assim como os respectivos indicadores de apoio, foram mensurados pela primeira vez neste primeiro trimestre de 2021. Neste período, o indicador alcançou o desempenho de 97,3% (satisfatório), resultante da média dos três IAs, que apresentaram os seguintes resultados e desempenhos: IA 104 - Índice de estruturação dos juízos competentes para processamento e julgamento dos feitos prioritários - Resultado: 17,74%; Meta 18%; Desempenho: 98,57%. IA 105 - Índice de estruturação dos juízos competentes para processamento e julgamento das ações penais eleitorais - Resultado: 22,42%; Meta: 23%; Desempenho: 97,50%. IA 106 - Índice de estruturação dos juízos competentes para processamento e julgamento das prestações de contas e da unidade de contas - Resultado: 17,11%; Meta: 18%; Desempenho: 97,03%.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Por se tratar de um indicador novo, os resultados alcançados por cada indicador de apoio que integra o IE 07-A reflete as estruturas, sistemas e mecanismos de orientação e informação ora existentes no Tribunal para processamento e julgamento dos feitos prioritários, das ações penais eleitorais e das prestações de contas eleitorais. As medições e análises realizadas neste primeiro período orientarão as ações a serem implementadas a partir do próximo trimestre visando ao gradual aperfeiçoamento dos mecanismos e instrumentos necessários para ampliar a efetividade do sistema de prevenção e de repressão a ilícitos eleitorais. A implementação de cada item é avaliada conforme o estágio em que se encontra, considerando os seguintes critérios: 0 ponto - não iniciado; 2 pontos - iniciou plano (iniciou planejamento para adotar, fez reuniões com vistas à adoção, iniciou processo de compra), multiplicado pelo peso do respectivo item; 5 pontos - adota parcialmente (primeira implantação, piloto, equipamento instalado), multiplicado pelo peso do respectivo item; 10 pontos - adota integralmente (todas as entregas previstas já foram concluídas), multiplicado pelo peso do respectivo item. A situação atual encontrada com as medições iniciais é a que segue: IA 104 - dos 13 itens de controle, 5 são parcialmente adotados (VI, VII, IX, XI e XII). Os demais não foram iniciados. IA 105 - dos 13 itens de controle, 1 é

integralmente adotado (I), 2 são parcialmente adotados (VI e VII) e 3 têm planos iniciados (VIII, IX e XII). Os demais não foram iniciados. IA 106 - dos 17 itens de controle, 6 são parcialmente implementados (VI, VII, VIII, X, XII e XIII). Verifica-se, portanto, que há um grande esforço a ser empreendido.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

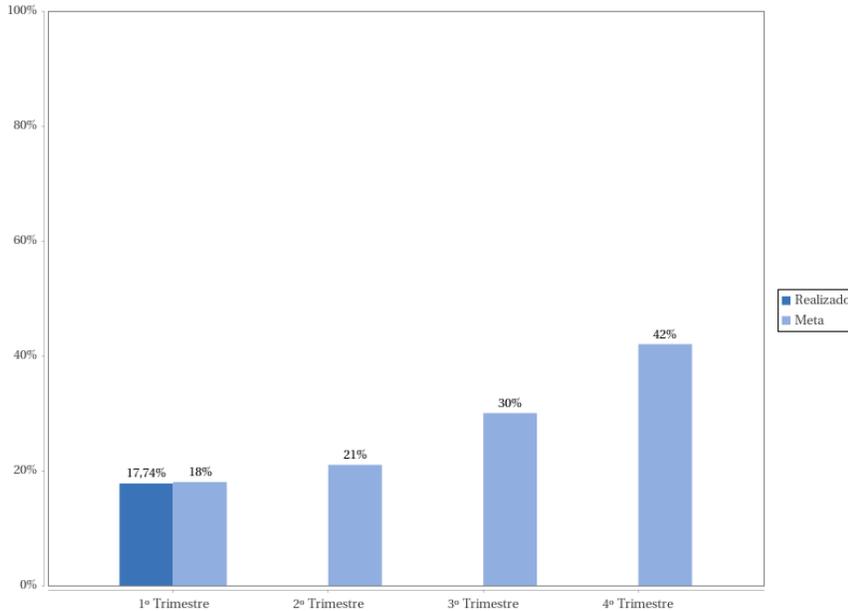
Estima-se a gradual melhora de desempenho do indicador nos próximos dois trimestres. Para tanto, será necessária a priorização dos itens de controle de cada indicador de apoio e a elaboração dos respectivos planos de ação. Das análises realizadas no primeiro trimestre deste ano, já é possível extrair que a definição dos critérios para especialização permanente dos juízos eleitorais com competência para processar e julgar os feitos prioritários e as prestações de contas e a implementação de ferramenta específica que monitore os processos criminais são desafios a serem enfrentados nos próximos seis meses para impulsionar os indicadores. Nesse viés, acredita-se que os itens de controle relacionados a tais desafios devem ser priorizados.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

1) Priorizar os itens de controle e elaborar os planos de ação necessários para impulsioná-los, de forma colaborativa entre as unidades responsáveis pelos indicadores de apoio que integram o IE 07-A - ASJUPR, COAJUR E COCEP, além da CPEFJU e de outras unidades eventualmente impactadas. 2) Instar o CGovTIC, por meio da CPEFJU, para reavaliação da prioridade de implementação do SIROPI, sistema sem o qual o real controle dos processos criminais resta bastante prejudicado, ressaltando-se que ainda há muitos processos penais tramitando em meio físico e que precisam ser migrados ao PJe, a fim de impedir a ocorrência de prescrição.

Riscos associados ao objetivo

1) Indisponibilidade dos servidores das diversas áreas para participação nas reuniões destinadas à elaboração dos planos de ação, os quais, em maior parte, dependem de contribuição multidisciplinar. 2) Possíveis dificuldades para implementação das ações no contexto do trabalho remoto. 3) Alterações nas normas eleitorais que venham a impactar na estrutura planejada. 4) Deficiência na prestação jurisdicional, com a prescrição das ações e anulação das sentenças.

IA 104 - Índice de estruturação dos juízos competentes para processamento e julgamento dos feitos prioritários**Satisfatório****Desempenho do Período: 98,57%****Resultados Acumulados em 2021****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASJUFR.****Análise de contexto**

O novel indicador "IA 104 – Índice de estruturação dos juízos competentes para processamento e julgamento dos feitos prioritários" está sendo mensurado pela primeira vez neste primeiro trimestre de 2021, tendo obtido o resultado de 17,74%. Considerando a meta estabelecida para o período, isto é, 18%, o percentual de alcance da meta foi de 98,57%, atingindo o patamar satisfatório.

Trata-se de indicador composto por 13 (treze) itens de controle, ponderados de acordo com o nível de esforço e complexidade das respectivas implementações.

A implementação de cada item é avaliada conforme o estágio em que se encontra, considerando os seguintes critérios:

0 ponto - Não Iniciado.

2 pontos - Iniciou plano (iniciou planejamento para adotar, fez reuniões com vistas à adoção, iniciou processo de compra), multiplicado pelo peso do respectivo item.

5 pontos - Adota parcialmente (primeira implantação, piloto, equipamento instalado), multiplicado pelo peso do respectivo item.

10 pontos - Adota integralmente (todas as entregas previstas já foram concluídas), multiplicado pelo peso do respectivo item.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Por se tratar de um indicador novo, foi realizada análise de cada item de controle que o integra, com a finalidade de avaliar a situação atual e as expectativas futuras do indicador.

Da análise de cada item de controle, constatou-se que 5 (cinco) já estão parcialmente implementados, recebendo, cada qual, 5 pontos, os quais foram multiplicados pelos pesos atribuídos a cada item, como segue:

VI - O Tribunal estabeleceu estrutura adequada, sob os aspectos quantitativos e qualitativos da força de trabalho, no âmbito da SJD, para viabilizar o processamento das ações prioritárias, quando no exercício de sua competência originária e em grau de recurso, de forma a atender satisfatoriamente à demanda de trabalho (peso 3);

VII - O Tribunal estabeleceu estrutura adequada, sob os aspectos quantitativos e qualitativos da força de trabalho, no âmbito dos Gabinetes dos Juízes Membros e da Vice-Presidência e Corregedoria, para o auxílio dos magistrados no julgamento de ações prioritárias, quando no exercício de sua competência originária e em grau de recurso, de forma a atender satisfatoriamente à demanda de trabalho (peso 3);

IX - O Tribunal dispõe de mecanismos que possibilitem a realização sistemática do monitoramento das rotinas relacionadas aos processos prioritários, de forma a aprimorá-las continuamente, contribuindo para uma prestação jurisdicional mais efetiva (peso 2);

XI - O Tribunal dispõe de sistemas de informação que provejam, de forma satisfatória, servidores e magistrados que atuam nos processos prioritários de informações rápidas e confiáveis para subsidiar os processos de análise e decisão (peso 1);

XII - O Tribunal provê os magistrados e servidores, de primeiro e segundo graus, de instrumentos que permitam sua constante atualização nos temas afetos aos processos prioritários (peso 2).

A avaliação dos itens acima considerou os seguintes aspectos:

- Em relação aos itens de controle VI e VII, entende-se que as unidades SJD, GABJUI e VPCRE dispõem de estrutura organizacional que permite o atendimento da demanda de trabalho. Faz-se necessário, no entanto, uma avaliação pormenorizada dos aspectos relacionados às competências exigidas e de lotação de servidores para o atendimento satisfatório da demanda de trabalho, o que depende da conclusão do projeto “Dimensionamento da Força de Trabalho das unidades do TRE-RJ”. De acordo com a Ata da 6ª Reunião do CGE, realizada em 9 /12/2020, tal projeto “precisará ser revisto, pois as próximas etapas serão implementadas pelo próprio TRE-RJ e não mais com auxílio da UNB”; que “precisará haver um ajuste de escopo e cronograma, mas que, antes, será preciso entender como ocorrerão as próximas etapas e como o TRE-RJ se apropriará do sistema”; e que “o TSE formará um grupo de trabalho para dar andamento ao DFT em âmbito nacional”. Assim, aguarda-se a próxima reunião do CGE que abordará a questão das iniciativas estratégicas.

- Em relação ao item IX, muito embora entenda-se que Comissão Permanente de Eficiência da Prestação Jurisdicional – CPEFJU, instituída em meados do ano de 2020, constitui-se em mecanismo que atende à finalidade prevista no item de controle em questão, não se pode considerá-lo integralmente implementado. Isto, porque os processos de trabalho da aludida comissão necessitam ser estruturados, o que não foi possível realizar no ano anterior em razão da grande demanda do processo eleitoral, em ano absolutamente atípico, devido ao ineditismo da pandemia da covid-19. Nesse viés, considerando que a unidade gestora do IA 104 possui representação junto à CPEFJU, pretende-se levar a questão na próxima reunião do colegiado, com a proposta de que seja realizado um esforço no sentido de promover a estruturação dos respectivos processos de trabalho até o final do quarto trimestre de 2021.

- Em relação ao item XI, entende-se que atualmente existem sistemas de informação que contribuem para a análise e decisão dos feitos prioritários, a exemplo do Bacenjud, Renajud, Infojud. Contudo, sem uma análise mais profunda, já é possível asseverar que são necessários outros sistemas que possibilitem a identificação mais detalhada da tramitação daqueles feitos e que gerem relatórios mais precisos, com informações sobre tempo de cada trâmite, por exemplo. Nesse viés, a CPEFJU solicitou ao CGovTic o desenvolvimento de Painel de BI para acompanhamento dos feitos judiciais de 2º grau, tendo o colegiado deliberado, em reunião realizada em 08/03/2021, pela aprovação da proposta, a qual foi posicionada em segundo lugar dentre outras duas, conforme informações registradas em ata acostada ao Processo SEI nº 2021.0.000014898-3.

- Em relação ao item XII, apesar das Rotinas Cartorárias representarem instrumentos de grande valia para a atualização de magistrados e servidores nos temas afetos aos processos prioritários, não se revelam suficientes, sendo necessário identificar e definir os conteúdos e fontes, assim como a viabilidade de disponibilização e os meios e canais adequados para tanto.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Estima-se a gradual melhora de desempenho do indicador nos próximos dois trimestres.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

1. Elaborar e dar início à execução de plano de ação destinado a institucionalizar a especialização permanente dos Juízes Eleitorais com competência para processar e julgar as ações prioritárias, com o objetivo de impulsionar o item de controle I.

2. Propor à CPEFJU a estruturação de processos de trabalho que possibilitem o monitoramento sistemático das rotinas relacionadas aos processos prioritários, com o objetivo de impulsionar o item de controle IX.

3. Elaborar e dar início à execução de plano de ação destinado a identificar e implementar os mecanismos que contribuam para fomentar a integração e a realização de iniciativas, internamente ou em parceria com outros órgãos, visando ao intercâmbio de

conhecimentos e a colaboração recíproca para o aprimoramento da prestação jurisdicional em relação aos processos prioritários, com o objetivo de impulsionar o item de controle X.

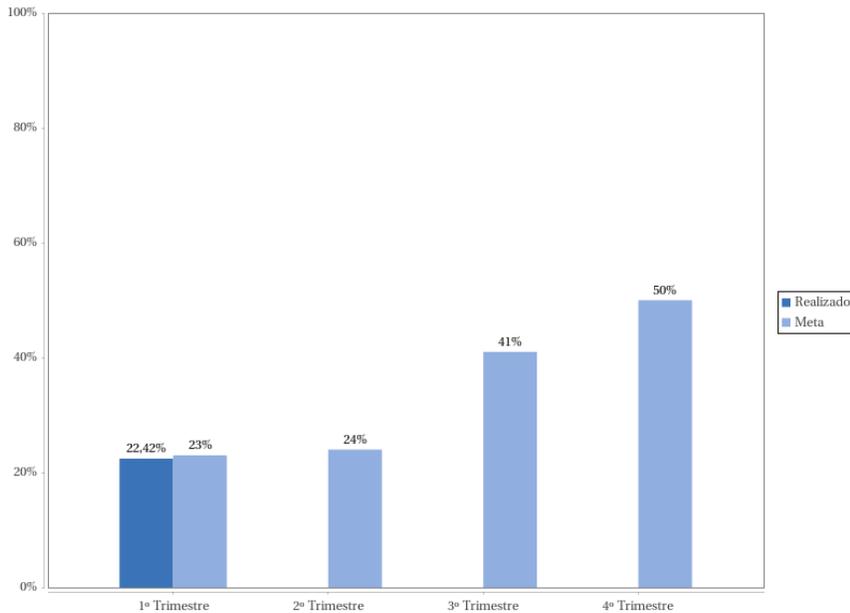
4. Identificar e elaborar plano de ação visando à implementação dos sistemas de informação que provejam, de forma satisfatória, servidores e magistrados que atuam nos processos prioritários de informações rápidas e confiáveis para subsidiar os processos de análise e decisão, com o objetivo de impulsionar o item de controle XI.

5. Identificar e avaliar a viabilidade de disponibilização de conteúdos voltados à atualização de magistrados e servidores nos temas afetos aos processos prioritários, com o objetivo de impulsionar o item de controle XII.

6. Elaborar e formalizar as rotinas administrativas necessárias para estabelecer e padronizar a forma de operacionalização dos processos de trabalho relacionados ao processamento dos feitos prioritários e seus recursos no âmbito da SJD, com o objetivo de impulsionar o item de controle XIII.

Riscos associados ao objetivo

Indisponibilidade dos servidores das diversas áreas para participação nas reuniões destinadas à elaboração dos planos de ação, os quais, em maior parte, dependem de contribuição multidisciplinar.

IA 105 - Índice de estruturação dos juízos competentes para processamento e julgamento das ações penais eleitorais**Satisfatório****Desempenho do Período: 97,50%****Resultados Acumulados em 2021****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COAJUR.****Análise de contexto**

Trata-se de índice criado a partir da elaboração do novo plano estratégico, notadamente a reestruturação do IE-07.

Nesse contexto, identificou-se que as ações penais eleitorais mereciam especial atenção no âmbito desta Justiça Especializada, sobretudo após a decisão do STF, proferida no Inquérito n.º 4435, no qual foi firmado o entendimento de que, em caso de conexão entre crime de competência da Justiça comum (federal ou estadual) e crime eleitoral, os delitos deveriam ser julgados conjuntamente pela Justiça Eleitoral.

Diante disso, a VPCRE e a Presidência, em parceria, discutiram quais medidas poderiam ser adotadas para que, de fato, houvesse uma qualidade da prestação jurisdicional eleitoral no âmbito criminal, e elaboraram este indicador de apoio.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Em sendo indicador novo, não houve, de fato, um plano de ação focado para o atingimento de algum objetivo a ser alcançado. O bom desempenho do índice decorre de ações que já existiam no âmbito do Tribunal.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A ausência de uma ferramenta específica que monitore, de perto, os processos criminais é algo que em muito dificulta o real controle de tais feitos.

Há muitos processos penais ainda tramitando em meio físico e um grande desafio hoje é fazer com que todos sejam migrados ao PJe, a fim de impedir a ocorrência da prescrição.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

O CGovTic, por meio da CPEFJU, será novamente provocado a fim de que dê prioridade à implementação do SIROPI, o que permitirá o monitoramento das ações penais.

Também será realizada reunião para deliberar sobre plano de trabalho destinado a mecanismos que contribuam para fomentar a integração e a realização de iniciativas, internamente ou em parceria com outros órgãos, visando ao intercâmbio de conhecimentos e a colaboração recíproca para o aprimoramento da prestação jurisdicional em relação às ações penais, com o objetivo de impulsionar o item X deste indicador.

Riscos associados ao objetivo

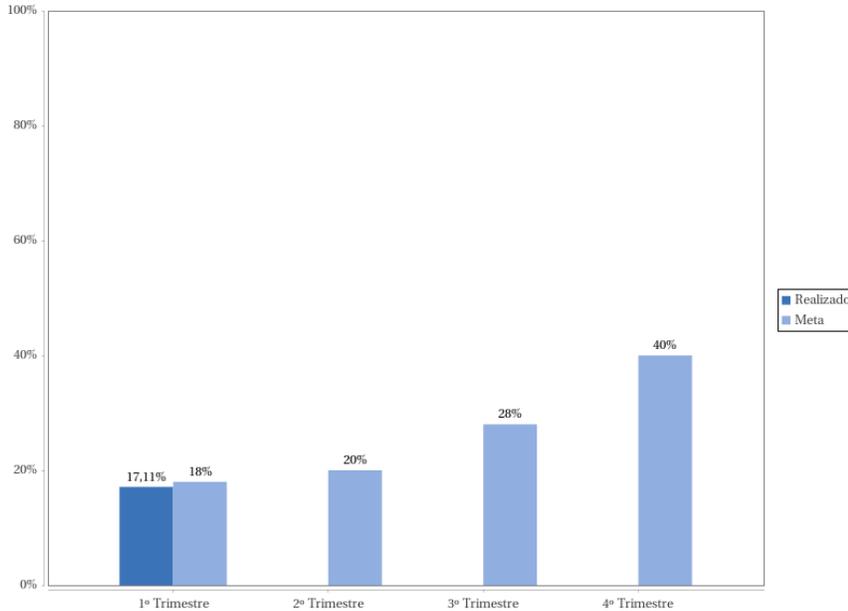
Deficiência na prestação jurisdicional, com a prescrição das ações e anulação de sentenças

IA 106 - Índice de estruturação dos juízos competentes para processamento e julgamento das prestações de contas e da unidade de contas

Satisfatório

Desempenho do Período: 95,03%

Resultados Acumulados em 2021



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COCEP.

Análise de contexto

O indicador de apoio IA106, medido trimestralmente, apresentou índice de desempenho com status satisfatório, tendo sido alcançados 95,03% da meta, que ficou estabelecida em 18%.

O referido indicador compõe, juntamente com mais dois indicadores de apoio, o indicador estratégico IE07 - Índice de estruturação do sistema de prevenção e combate à ilícitos eleitorais, este relacionado ao Objetivo Estratégico OE03 – Combater os ilícitos eleitorais, que busca contribuir para a integridade das eleições, fortalecendo os instrumentos e ampliando a efetividade do sistema de prevenção e de repressão a ilícitos eleitorais.

Este é o primeiro trimestre em que o indicador está sendo medido.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Para o cálculo do resultado atual, foram consideradas as estruturas, sistemas e mecanismos de orientação e informação já existentes no Tribunal para processamento e julgamento das prestações de contas eleitorais.

Constatou-se que, do total de 17 quesitos propostos pelo IA 106, para a completa implementação da estrutura necessária para promover maior efetividade das prestações de contas de campanha, como forma de contribuir para o aprimoramento do sistema de prevenção e repressão a ilícitos eleitorais, 6 quesitos já se encontram parcialmente estruturados, o que resultou a medição realizada de 17,11%.

Ainda será definido plano para estabelecer as ações a serem implementadas a partir próximo trimestre.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência é de evolução na implementação da estrutura adequada para ampliar a efetividade das prestações de contas eleitorais, mantendo-se o desempenho alcançado para o indicador nesse trimestre.

Um dos grandes desafios para os próximos trimestres é definir os critérios e iniciar o processo de especialização permanente dos juízos Eleitorais com competência para processar e julgar as prestações de contas de campanha eleitoral. Essas definições deverão ser realizadas em conjunto com os responsáveis pelos IAs 104 e 105.

Algumas ações deverão ser implementadas para as eleições de 2022, enquanto outras somente serão necessárias para as eleições de 2024.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

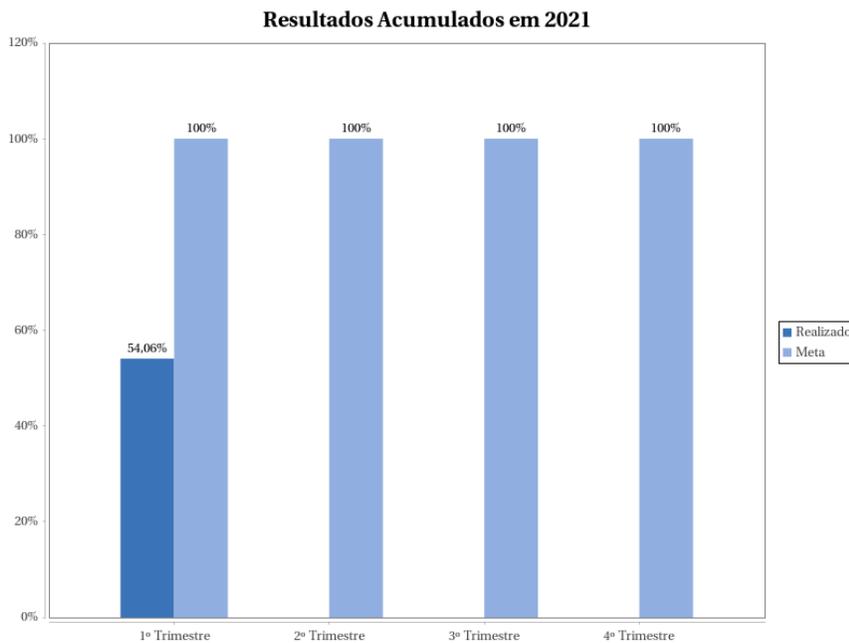
1. Participação dessa coordenadoria em reuniões com os responsáveis do IA 104 e IA 105 e, quando necessário, com a CPEFJU (Comissão Permanente de Eficiência da Prestação Jurisdicional) para melhor definição da estrutura necessária para a prestação jurisdicional como forma de contribuir para a prevenção e repressão aos ilícitos eleitorais.

2. Foco na construção conjunta de soluções para estruturação dos juízos competentes para processamento e julgamento das prestações de contas e das unidades de contas, dos juízos competentes para processamento e julgamento dos feitos prioritários e dos juízos competentes para processamento e julgamento das ações penais eleitorais.

Riscos associados ao objetivo

1. Possíveis dificuldades para a implementação das recomendações no contexto do teletrabalho;

2. Alterações nas normas eleitorais que impactem na estrutura planejada.

IE 08 - Índice de celeridade de processos prioritários**Insatisfatório****Desempenho do Período: 54,06%****Responsável: GABPRE.****Análise de contexto**

O indicador "IE 08 – "Índice de celeridade de processos prioritários " apresentou no primeiro trimestre de 2021 o desempenho de 54,06%, bastante inferior, portanto, ao observado no 4º trimestre de 2020, quando alcançou 92,81.

A queda de desempenho era esperada, já que fora identificada no último período de medição a necessidade de correção do conceito de "processos prioritários" estabelecida nas fichas dos indicadores de apoio integrantes do IE 08, a saber, IA 22 (Índice de processos prioritários julgados no 1º grau, no prazo) e IA 23 (Índice de processos prioritários julgados no 2º grau, no prazo), os quais consideravam em seus cálculos os processos que tivessem o assunto "impugnação ao registro de candidatura".

Nesse viés, o CGE deliberou na 1ª RAE de 2021, pela revisão das fichas dos IA 22 e IA 23, excluindo do rol de processos prioritários os que tiverem por "processos que tiverem o assunto 'Impugnação ao Registro de Candidatura'". Os referidos indicadores de apoio, agora nominados IA 22A e IA 23A, apresentaram, respectivamente, 65,68% e 42,43% de desempenho neste primeiro trimestre de 2021.

Apesar da modificação efetuada, depreende-se da análise do IA 22A que foram computados no cálculo do indicador 12 (doze) petições cíveis, classe que não integra o rol de "processos prioritários". A COAJUR informou que abrirá chamado pedindo a correção necessária. Sob tal aspecto, acredita-se que no próximo trimestre será necessária a revisão retroativa do resultado ora apresentado.

Além da modificação das fichas dos indicadores de apoio, consigne-se o expressivo lapso dos períodos correspondentes ao recesso forense da Lei Federal 5.010/66 (artigo 62, inciso I) e de suspensão da contagem dos prazos processuais no período de 20 de dezembro de 2020 a 20 de janeiro de 2021, em todos os órgãos do Poder Judiciário, em função das disposições constantes dos artigos 220 e 224 do Código de Processo Civil, em que não são realizados quaisquer julgamentos.

De igual maneira, o carnaval, no início de março e a antecipação de feriados excepcionalmente estabelecida pela Lei Estadual nº 9.224, de 24 de março de 2021, em razão do cenário excepcional decorrente da pandemia da COVID-19, a vigor a partir do dia 26 de março, reduziram sobremaneira o número de dias úteis de funcionamento do Tribunal, contribuindo para a queda de desempenho observada neste primeiro trimestre de 2021.

Observa-se, por fim, que parte dos processos não julgados tramita em autos físicos, circunstância que inviabiliza sua apreciação, tendo em vista a suspensão do cômputo dos prazos processuais imposta pelo regime de plantão extraordinário a que estão submetidos, nos termos da Resolução TSE nº 23.615/2020.

Muito embora o único processo julgado no período estivesse em autos físicos, o julgamento somente foi possível após o implemento da providência prevista no art. 14 da Resolução TRE/RJ nº 1.131/20, que permite o cadastramento de um processo dessa natureza no PJe e sua apreciação pela Corte, em sessão por videoconferência.

Não se trata de migração, a pressupor a transformação de uma causa originariamente veiculada em autos físicos em processo digital, mas tão somente de um mecanismo para viabilizar o seu julgamento virtual, por meio de plataforma digital.

O problema é que a quase totalidade dos processos físicos hoje paralisados não permite a adoção do mesmo expediente, uma vez que os feitos ainda não estão prontos para julgamento, e não podem atingir tal estágio com os prazos sobrestados, em razão da pandemia.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

A ASJUPR trabalhou na elaboração de uma minuta de Resolução que estabeleceu parâmetros de prioridade na migração dos processos que ainda tramitam em meio físico para o PJe, tendo sido aprovada pelo Plenário no início de março (Resolução TRE-RJ nº 1.161/21).

Consoante o art. 2º da Resolução TRE-RJ 1.161/2021, serão considerados prioritários para efeito de migração os processos de natureza criminal, os que podem vir a ensejar cassação de diploma ou mandato eletivo e as prestações de contas anuais de partidos políticos dos exercícios de 2015, 2016, 2017 e 2018. Cumulativamente, deverá ser observada, como critério de migração, a data de propositura dos feitos, iniciando-se pelos mais antigos ou, no caso de processos criminais, o prazo prescricional do delito.

Nessa esteira, em observância ao disposto no art. 9º da Resolução TRE-RJ nº 1.161/2021, foi constituído Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar Plano de Ação para efetivação da migração dos processos físicos que se encontram em tramitação no SADP para o sistema PJe.

Ressalta-se, ainda, que conforme deliberação do CGE na 4ª RAE de 2020, foi submetida ao CGovTic a solicitação de desenvolvimento de painel de BI visando aprimorar o acompanhamento dos feitos e facilitar a identificação de possíveis entraves nos processos, conforme consta do Processo SEI nº 2021.0.000005367-2.

Em reunião realizada em 08/03/2021, o CGovTic deliberou sobre a priorização das soluções de TIC, posicionamento o referido painel de BI para acompanhamento dos feitos judiciais de 2º grau em segundo lugar dentre outras duas propostas - id (1646699).

Estima-se que as medidas acima possibilitarão a retomada da tramitação regular dos feitos que ora estão em meio físico, além de aprimorar o processo de monitoramento dos feitos prioritários, condições que guardam bom potencial para impulsionar o desempenho do IE 08.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Estima-se que as ações implementadas no primeiro trimestre de 2021, mencionadas no tópico anterior, venham a impactar positivamente o desempenho do indicador IE 08 a partir do 3º trimestre de 2021, sobretudo no que se refere às migrações, já que há expectativa de que muitos processos sem movimentação possam vir a ser julgados nos próximos meses.

Associa-se a essa tendência, a criação do indicador IE 07A, destinado a acompanhar o esforço do Tribunal no aperfeiçoamento dos mecanismos e instrumentos necessários para ampliar a efetividade do sistema de prevenção e de repressão a ilícitos eleitorais, o qual contempla um conjunto de ações que visam a estabelecer condições essenciais para promover a maior efetividade dos processos prioritários.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Acompanhamento sistemático do plano de ação para efetivação da migração dos processos físicos que se encontram em tramitação no SADP para o sistema PJe.

Riscos associados ao objetivo

1. Recrudescimento da pandemia e consequente prolongamento de limitações às atividades presenciais, o que poderá prejudicar as migrações dos processos físicos para o PJe. Ademais, o processo de migração, por si só, já depende de tempo para sua realização, pois exige o manuseio dos autos para extração de peças, sua digitalização e posterior inclusão no expediente digital correlato, já no PJe. 2. Demora na disponibilização do painel de BI - tal ferramenta permitiria um diagnóstico mais preciso dos entraves ao julgamento dos feitos, no entanto, há sempre a incerteza em relação ao momento em que passaremos a contar com

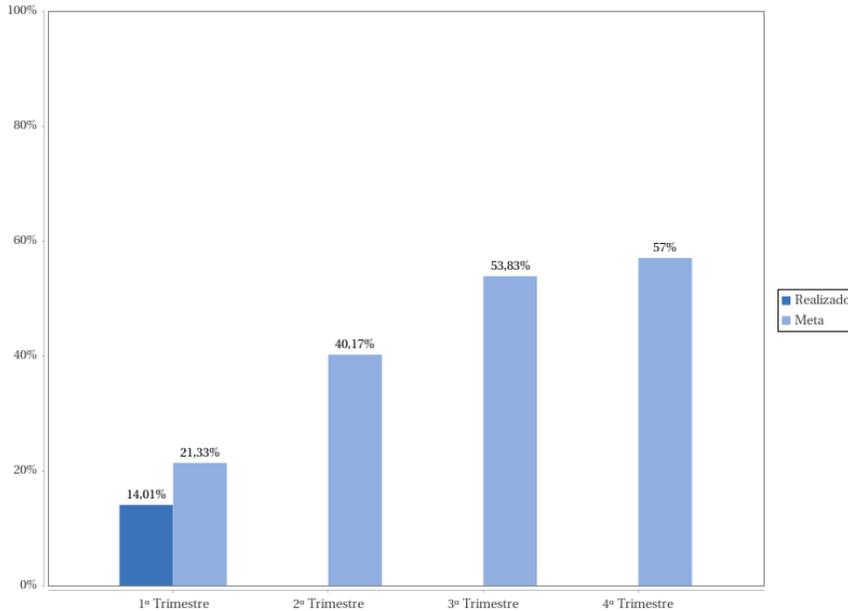
esses controles, sendo certo que as unidades encarregadas de produzir o sistema têm de atender a outras demandas, por vezes mais urgentes (como ocorrido em relação ao Balcão Virtual), circunstância que naturalmente compromete a sua entrega.

IA 22A - Índice de processos prioritários julgados no 1º grau, no prazo

Insatisfatório

Desempenho do Período: 65,68%

Resultados Acumulados em 2021



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COAJUR.

Análise de contexto

Trata-se de indicador que mede os processos prioritários, assim definidos como aqueles que possam resultar em cassação de registro ou de diploma, bem como perda de mandato eletivo.

Verifiquei que há 17 processos físicos e 339 feitos eletrônicos neste índice.

Também percebi que houve um erro no parâmetro extraído do PJe pelo Metabase. Foram contabilizadas 12 PETIÇÕES CÍVEIS, que, na verdade, não fazem parte dos processos prioritários. Em relação a esta classe, será aberto chamado na informática para corrigir o equívoco.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Em relação aos processos físicos, a pandemia e a suspensão dos prazos processuais dificultou o impulsionamento de tais feitos e monitoramento efetivo por esta VPCRE com a cobrança de metas.

No mais, constatei que a maioria dos processos foi ajuizado nos três últimos meses do ano anterior. Diante disso, considerando o recesso do Judiciário, somado à complexidade da matéria envolvida, nada mais natural que tais ações não tenham sido sentenciadas. No ponto, não há muito o que fazer, devendo-se aguardar o amadurecimento do processo para que chegue, sem atropelo, ao seu termo final.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

O principal desafio é o impulsionamento dos feitos judiciais físicos, diante da ausência da maioria dos servidores no cartório. Mantendo-se a pandemia e o trabalho remoto, a tendência é piorar o índice no indicador em relação aos físicos.

Quanto aos eletrônicos, como passaram a representar a maioria, isso permitirá a regular tramitação, ainda que remotamente.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A curto prazo, mantendo-se a pandemia e o trabalho remoto, deve-se determinar que seja realizada a migração destes 17 feitos físicos ainda não sentenciados, a fim de permitir o impulsionamento.

Quanto aos eletrônico, deve-se continuar com o monitoramento, enviando e-mail ou entrando em contato diretamente com a zona eleitoral, quando for o caso.

Riscos associados ao objetivo

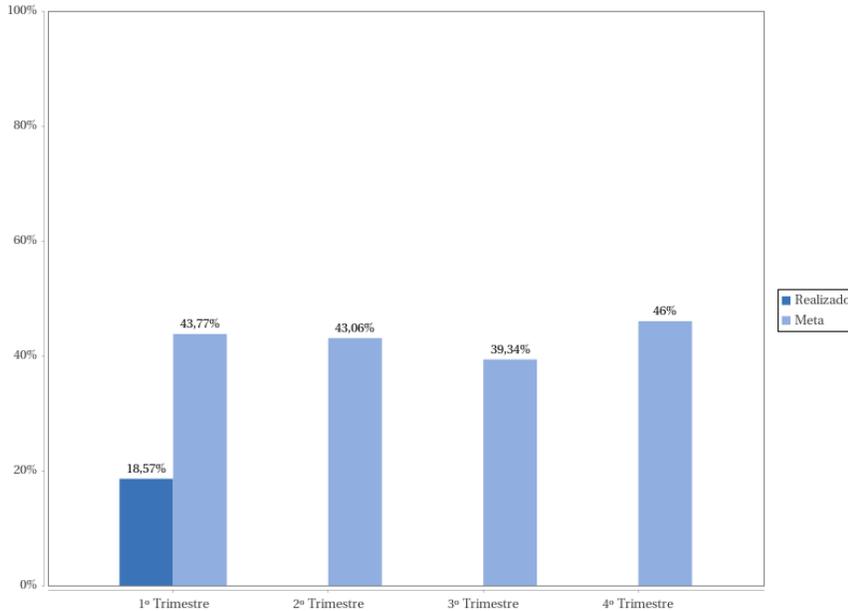
Prejuízo à celeridade processual.

IA 23A - Índice de processos prioritários julgados no 2º grau, no prazo

Insatisfatório

Desempenho do Período: 42,43%

Resultados Acumulados em 2021



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASJUFR.

Análise de contexto

Os dados do quarto trimestre de 2020 certamente refletem o expressivo lapso temporal a albergar os períodos correspondentes ao recesso forense da Lei Federal 5.010/66 (artigo 62, inciso I) e de suspensão da contagem dos prazos processuais no período de 20 de dezembro de 2020 a 20 de janeiro de 2021, em todos os órgãos do Poder Judiciário, em função das disposições constantes dos artigos 220 e 224 do Código de Processo Civil, em que não são realizados quaisquer julgamentos.

De igual maneira, o carnaval, no início de março e a antecipação de feriados excepcionalmente estabelecida pela Lei Estadual nº 9.224, de 24 de março de 2021, em razão do cenário excepcional decorrente da pandemia da Covid 19, a vigor a partir do dia 26 de março, reduziram sobremaneira o número de dias úteis de funcionamento do Tribunal, contribuindo para o resultado em questão.

Cumpra assentar que parte dos processos não julgados tramita em autos físicos, circunstância que, como destacado na análise anterior à presente, inviabiliza sua apreciação, tendo em vista a suspensão do cômputo dos prazos processuais imposta pelo regime de plantão extraordinário a que estão submetidos, em função da pandemia do Novo Coronavírus, nos termos da Resolução TSE nº 23.615/19.

O único processo julgado, identificado na variável P4PPrior2ºG – que mede o número total de processos prioritários apurados em P1, P2 e P3, julgados no 2º grau, fora do prazo máximo estabelecido para a instância -, estava em autos físicos, sem, portanto, qualquer tramitação. O julgamento somente foi possível após o implemento da providência prevista no art. 14 da Resolução TRE/RJ nº 1.131/20, que permite o cadastramento de um processo dessa natureza no Pje e sua apreciação pela Corte, em sessão por videoconferência.

Não se trata de migração, a pressupor a transformação de uma causa originariamente veiculada em autos físicos em processo digital, mas tão somente de um mecanismo para viabilizar o seu julgamento virtual, por meio de plataforma digital.

O problema é que a quase totalidade dos processos físicos hoje paralisados não permite a adoção do mesmo expediente, uma vez que os feitos ainda não estão prontos para julgamento, e não podem atingir tal estágio com os prazos sobrestados, em razão da pandemia.

No mais, deixo de reproduzir as reiteradas críticas antes expendidas quanto às impropriedades para aferição do indicador, na medida em que já registradas em outras análises (medição de um tempo irreal para julgamento de processos complexos, ausência de controle direto, em tempo real, de onde os processos têm permanecido paralisados por mais tempo etc.).

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Esta Assessoria Jurídica trabalhou na elaboração de uma minuta de Resolução que estabeleceu parâmetros de prioridade na migração dos processos que ainda tramitam em meio físico para o PJe, tendo sido aprovada pelo Plenário no início de março (Resolução TRE-RJ nº 1.161/21).

Tal Ato Normativo autorizou a SJD a proceder à migração dos processos físicos para o Sistema Pje, providência que, uma vez ultimada, vai permitir a retomada de sua tramitação regular, já que os processos eletrônicos não estão sobrestados.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Com as migrações, há a expectativa de que muitos processos sem movimentação possam vir a ser julgados nos próximos meses.

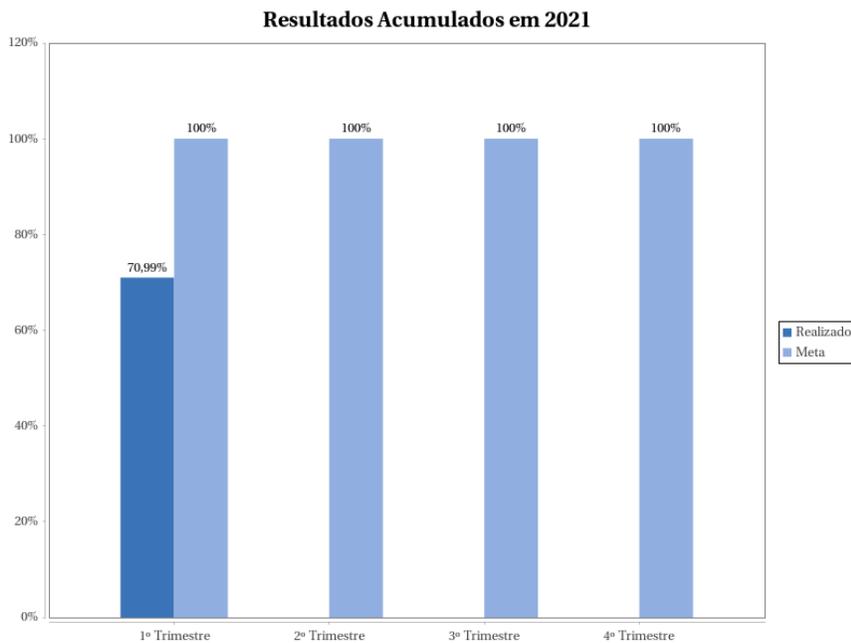
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Além da regulamentação da migração, a Comissão de Eficiência da Prestação jurisdicional já tem buscado alternativas, inclusive mediante a formalização de pedido de ferramentas de TI que permitam a identificação dos gargalos que interferem diretamente nos números do indicador, e que não necessariamente traduzem uma ineficiência do Tribunal.

Riscos associados ao objetivo

Por fim, a única ressalva que se pode fazer em relação às migrações - afora o tempo despendido com a sua realização, a exigir o manuseio dos autos para extração de peças, sua digitalização e posterior inclusão no expediente digital correlato, já no Sistema Pje) - é que elas exigem o restabelecimento de atividade presencial, hoje limitada em função do recrudescimento da pandemia.

Quanto à disponibilização das ferramentas de TI - que permitiriam um diagnóstico mais preciso dos entraves ao julgamento dos feitos - há sempre a incerteza em relação ao momento em que passaremos a contar com esses controles, sendo certo que as unidades encarregadas de produzir o sistema têm de atender a outras demandas, por vezes mais urgentes (como ocorrido em relação ao Balcão Virtual), circunstância que naturalmente compromete a sua entrega.

OE 04 - Fortalecer a segurança e a transparência do processo eleitoral**Insatisfatório****Desempenho do Período: 70,99%****Responsável: GABPRE.****Análise de contexto**

O objetivo OE 04 apresentou no primeiro trimestre de 2021 o desempenho de 70,99%, inferior, portanto, ao alcançado no último trimestre de 2020, ocasião em que alcançou 81,27% de desempenho.

A queda de desempenho pode ser atribuída ao IE 09 (Índice de aprimoramento da gestão da eleição), único dentre os 4 indicadores estratégicos que compõem o objetivo que tem medição trimestral, o qual alcançou apenas 24,51% da meta estabelecida para o período.

Ocorre que o resultado do IE 09 foi impactado pela impossibilidade de medição do indicador IA 24 (Percentual de implementação dos planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições), uma vez que não havia previsão de implementação de nenhum Plano de Ação relativo às Eleições de 2018 e aqueles relativos às Eleições de 2020 ainda estão em fase de elaboração. Assim, o desempenho de 0% do indicador IA 24 impactou negativamente o IE 09 e, via de consequência, o desempenho do OE 04.

Na hipótese de suspensão do IA 24 retroativamente ao 1º trimestre em 2021, o desempenho do IE 09 seria 49,02%. A suspensão do indicador, medida que parece ser a mais razoável pelos motivos já expostos, impactaria no resultado do OE 04, que passaria a apresentar o desempenho de 75,89%, uma vez que os demais indicadores estratégicos mantiveram neste período de medição os seguintes desempenhos: IE 10 = 86,97%; IE 11 = 87,81%; e IE 12 = 74,77.

Ressalta-se, ainda, que o outro indicador de apoio que integra o IE 09, a saber, o IA 26 (Índice de aderência ao PIE), também teve redução de desempenho neste primeiro trimestre de 2021, tendo alcançado 49,02% da meta - no quarto trimestre de 2020 o desempenho foi de 51,35%.

Muito embora houvesse apenas 4 atividades previstas no PIE neste primeiro trimestre, somente uma foi executada tempestivamente, o que gera preocupação, não só em relação ao cumprimento das atividades, mas também à ausência de alimentação do sistema de forma tempestiva pelas unidades responsáveis.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Suspensão do indicador de apoio IA 28 (Percentual de eleitores, com cadastro biométrico, habilitados a votar pela biometria), integrante do IE 10, conforme deliberado pelo CGE na 1ª RAE de 2021. A suspensão do indicador resultou na revisão do desempenho do OE 04 no quarto trimestre de 2020, elevando-o de 72,57% para 81,27%.

Sistemático monitoramento dos planos de ação relativos a melhorias das Eleições de 2018 que ainda estavam em execução nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2021.

Aprovação das formas de tratamento que serão dadas às demandas advindas da Avaliação das Eleições 2020, assim como das melhorias que foram priorizadas para as Eleições de 2022, com definição das unidades responsáveis pela construção dos respectivos Planos de Ação.

Sistemático monitoramento do Sistema PIE, por meio da instrução de processo especificamente instaurado para tal fim.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Sem prejuízo da sugestão de suspensão do IA 24 retroativamente ao primeiro trimestre de 2021, estima-se que haja melhora no desempenho do OE 04, na medida em que será iniciada a execução de novos planos de ação para implementação das melhorias advindas do processo de avaliação das eleições de 2020.

Não há expectativa de grande evolução do IA 26 nos próximos seis meses, uma vez que restam pendentes no PIE apenas as atividades relacionadas ao exame e julgamento das prestações de contas dos candidatos e partidos, cujo prazo final é 30/11/2021, assim como o exame das prestações de contas de suprimento de fundos, cujo prazo final é 30/12/2021.

Em relação aos demais indicadores estratégicos, reproduz-se a consideração da última análise no que se refere à existência de muitos indicadores de apoio com medição bianual e que, portanto, terão seus desempenhos estagnados (IA 25; IA 28; IA 29; IA 30; IA 31; IA 33; IA 34. Além desses, o IA 32 tem medição anual). Sugere-se que tal situação seja reavaliada por ocasião da revisão do Plano Estratégico.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

1. Submeter ao CGE a suspensão do indicador de apoio IA 24 ((Percentual de implementação dos planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições), retroativamente ao primeiro trimestre de 2021.

2. Realizar ações de sensibilização, fomentando a participação colaborativa na construção do Plano Integrado das Eleições 2022, como forma de envolver todos os responsáveis no processo de monitoramento.

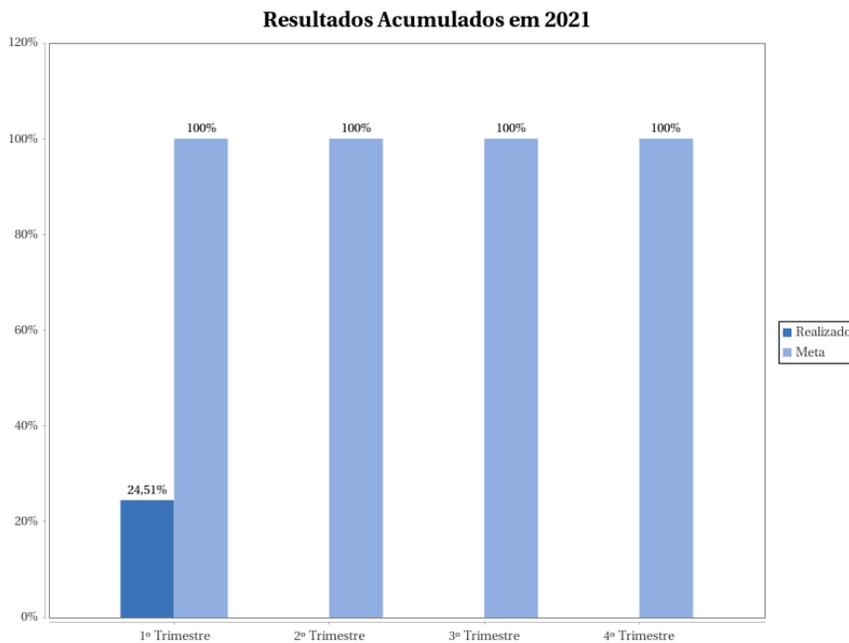
Riscos associados ao objetivo

1. Risco de novos impactos que a pandemia da Covid-19 ainda pode trazer para os trabalhos deste Tribunal.

2. Risco de demora na elaboração e aprovação dos Planos de Ação para implementação das melhorias advindas da Avaliação das Eleições de 2020, impactando o início das atividades neles previstas e, conseqüente possibilidade de atraso na implementação da melhoria até as eleições de 2022.

3. Risco de dimensionamento equivocado dos prazos previstos para início e fim das atividades que integram o PIE 2022.

4. Risco de baixo comprometimento das unidades responsáveis em alimentar tempestiva e adequadamente o sistema PIE e em dar andamento aos planos de ação sob suas responsabilidades, assim como em comunicar à ASPLEL a implementação tempestiva dos referidos Planos, mediante envio dos reports mensais à Assessoria.

IE 09 - Índice de aprimoramento da gestão da eleição**Insatisfatório****Desempenho do Período: 24,51%****Responsável: CPLAN.****Análise de contexto**

O indicador estratégico IE 09 (Índice de aprimoramento da gestão da eleição) registrou 24,51% de alcance da meta estabelecida para o 1º trimestre de 2021, mantendo resultado insatisfatório no período.

O IE 09 é computado a partir do desempenho de três IAs, a saber:

- IA 24 - Percentual de implementação dos planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições - 0% (insatisfatório);

- IA 25 - Índice de aderência do orçamento das eleições (suspensão);

- IA 26 - Índice de aderência ao PIE - 49,02% (insatisfatório).

Em relação ao IA 24, a ASPLEL informa que no primeiro trimestre de 2021 não havia previsão de implementação de nenhum Plano de Ação, pois os relativos à Avaliação das Eleições de 2018 estavam planejados para serem implementados até dezembro de 2020 e aqueles relativos às Eleições de 2020 ainda estão em fase de elaboração, com previsão de aprovação até 16/04/2021 e início de execução a partir de 19/04/2021 de 2021.

Ante o exposto, sugere a suspensão do IA 24 retroativa ao 1º trimestre de 2021, pois não havia o que ser mensurado, evitando, portanto, um impacto negativo no seu desempenho e, conseqüentemente, no desempenho dos IE 09 e OE 04.

Ademais, a unidade informa que os planos de ação “Processo de trabalho ‘Fiscalizar propaganda eleitoral’ institucionalizado e monitorado” e “Divulgação permanente de informações sobre eleições” estavam planejados para serem executados até dezembro de 2020, foram finalizados com atraso, no 1º trimestre de 2021.

Dos 27 Planos de Ação previstos para implementação até as Eleições de 2020, 25 foram concluídos. Um não foi implementado (“Mapeamento Real das Atribuições dos Cartórios”) e um teve sua execução suspensa nos autos do processo SEI nº 2020.0.000016842-2 (“Otimizar os Exames de Prestações de Contas Eleitorais”).

A ASPLEL registra, portanto, que, apesar das dificuldades causadas pela pandemia de Covid-19, as ações relacionadas às melhorias da Avaliação das Eleições 2018 foram implementadas de forma satisfatória pelas unidades.

Quanto ao IA 26, no trimestre em análise, as atividades relacionadas ao Planejamento Integrado das Eleições 2020 já estavam quase todas finalizadas, restando algumas em atraso e outras ainda em andamento, relacionadas a temas que naturalmente ocorrem após a realização do pleito.

Não obstante haver poucas atividades previstas no período, observa-se que houve um desempenho insatisfatório do IA 26 – “Índice de aderência ao PIE” em relação ao trimestre anterior, tendo apresentado um índice de aderência de 25% no período analisado, já que das 4 atividades previstas no 1º trimestre de 2021, somente 1 foi executada tempestivamente.

Dessa forma, o indicador manteve o desempenho insatisfatório, alcançando apenas 49,02% da meta definida, fato que, na avaliação da ASPLEL, causa preocupação no que se refere, não só ao não cumprimento das atividades, mas também à ausência de alimentação do sistema PIE de forma tempestiva pelas unidades responsáveis, o que pode causar distorções futuras nas medições mensais.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Quanto ao IA 24 e IA 26, foram promovidas pela ASPLEL as seguintes ações no período em análise:

1. Publicação dos reports com o status do andamento dos Planos de Ação que ainda estavam em execução nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2021 na página de monitoramento das melhorias da Avaliação das Eleições na intranet.

2. Registro nos processos de monitoramento no SEI de todas as informações encaminhadas pelas unidades do Tribunal relativas às atualizações dos Planos de Ação que ainda se encontravam em andamento.

3. Incentivo para que as unidades que ainda possuíam Plano de Ação em execução atualizassem seu andamento e formalizassem o cumprimento das atividades ali previstas através do envio mensal dos reports.

4. Quanto aos resultados e tratamento da Avaliação das Eleições 2020:

4.1. Realização de Reunião com o CGE para apresentar o resultado da Avaliação das Eleições 2020 e deliberar sobre os critérios que seriam adotados no tratamento dos assuntos levantados na Avaliação pelas unidades indicadas como responsáveis.

4.2. Apresentação, pelas Unidades responsáveis, das propostas de tratamento para cada uma das demandas levantadas na Avaliação de Eleições.

4.3. Reunião da Administração com a CORZE para definição das melhorias prioritizadas para implementação até as Eleições de 2022.

4.4. Aprovação, pela Presidência, das formas de tratamento que serão dadas às demandas advindas da Avaliação das Eleições 2020, assim como das melhorias que foram prioritizadas para as Eleições de 2022, com definição das unidades responsáveis pela construção dos respectivos Planos de Ação.

4.5. Reunião da ASPLEL com os Assistentes de Planejamento, ou servidores que fazem esse papel, para esclarecimentos acerca dos procedimentos relativos à construção e submissão, para aprovação, dos Planos de Ação de responsabilidade de suas unidades.

5. Tramitação e instrução do processo de monitoramento do PIE no SEI, que foi encaminhado mensalmente às unidades para que fizessem as atualizações necessárias no sistema do PIE e certificassem nos autos.

6. Compilação e juntada aos autos das informações de alteração, bem como dos pedidos de cancelamento de atividades, os quais foram submetidos à apreciação da Diretoria-Geral, com posterior anotação no sistema PIE.

Após essas ações, ao fim de março de 2021, os autos encontravam-se com vistas às unidades que ainda possuíam tarefas em atraso ou em andamento para realização das atualizações cabíveis e prestação de informações no sistema SEI.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Em relação ao IA 24, como principais desafios para os próximos 6 meses, preveem-se:

- a retomada do andamento e conclusão do Plano de Ação “Otimizar os Exames de Prestação de Contas Eleitorais”, o qual já se encontra com algumas atividades executadas, considerando o ganho que poderá trazer para as Eleições de 2022.

- o início da execução dos novos planos de ação para implementação das melhorias advindas da Avaliação das Eleições de 2020.

Quanto ao IA 26 inicialmente ressalta-se que o ciclo de atividades das Eleições de 2020 está quase finalizado, restando pendentes apenas atividades relacionadas ao exame e julgamento das prestações de contas dos candidatos e partidos, cujo prazo final é 30/11/2021, assim como o exame da prestação de contas de suprimento de fundos, cujo prazo final é 30/12/2021.

Para este indicador, o maior desafio refere-se à construção do ciclo relacionado ao Planejamento Integrado das Eleições 2022, este será iniciado ainda neste trimestre, sob coordenação da ASPLEL, com participação das demais unidades do Tribunal.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A fim de que haja melhoria de desempenho dos IAs 24 e 26, a ASPLEL informa que analisará as propostas de Planos de Ação que serão construídos pelas unidades, a fim de garantir que as atividades nele previstas sejam exequíveis e concluídas de forma

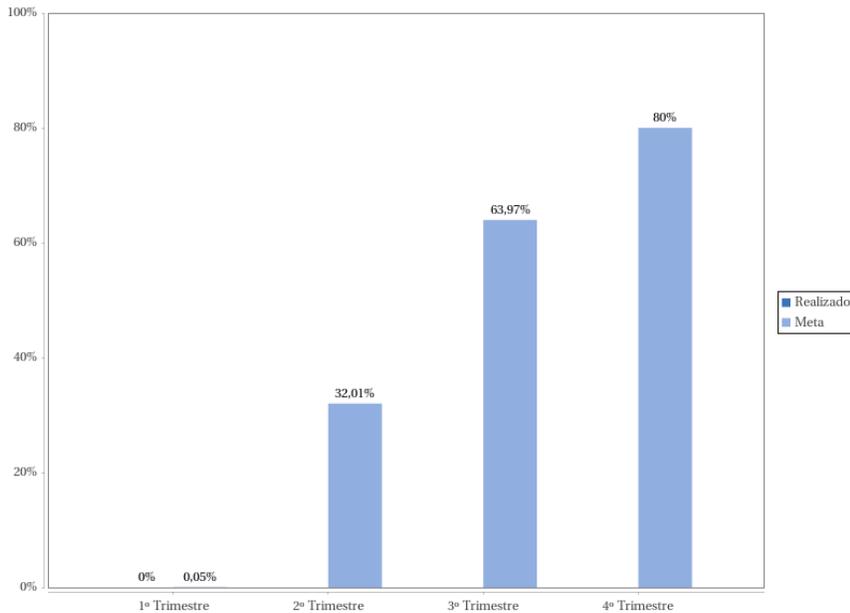
tempestiva, a fim de garantir a implementação da respectiva melhoria até as Eleições de 2022. Ademais, cuidará para que, na construção do PIE 2020, sejam melhor dimensionados os prazos de cumprimento das atividades nele previstas.

Além disso, permanecerá em contato constante com todas as unidades responsáveis pela execução de Planos de Ação, através dos gestores, seus assistentes de planejamento ou servidor que faz este papel, a fim de que sejam informados, tempestivamente, os andamentos e/ou eventual implementação dos referidos planos de ação, assim como os andamentos e/ou eventuais alterações no sistema do PIE.

Nesse ponto, ressalte-se a proposta de suspensão do IA 24 retroativa ao 1º trimestre de 2021, pois não havia o que ser mensurado, evitando, portanto, um impacto negativo no seu desempenho e, conseqüentemente, no desempenho dos IE 09 e OE 04.

Riscos associados ao objetivo

1. Risco de novos impactos que a pandemia da Covid-19 ainda pode trazer para os trabalhos deste Tribunal.
2. Risco de demora na elaboração e aprovação dos Planos de Ação para implementação das melhorias advindas da Avaliação das Eleições de 2020, impactando o início das atividades neles previstas e, conseqüente possibilidade de atraso na implementação da melhoria até as eleições de 2022.
3. Risco de dimensionamento equivocado dos prazos previstos para início e fim das atividades que integram o PIE 2022.
4. Risco de baixo comprometimento das unidades responsáveis em alimentar tempestiva e adequadamente o sistema PIE e em dar andamento aos planos de ação sob suas responsabilidades, assim como em comunicar à ASPLEL a implementação tempestiva dos referidos Planos, mediante envio dos reports mensais à Assessoria.

IA 24 - Percentual de implementação dos planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições**Insatisfatório****Desempenho do Período: 0,00%****Resultados Acumulados em 2021****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASPLEL.****Análise de contexto**

Trata-se de análise trimestral do IA 24 – “Percentual de implementação dos planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições”, referente aos eventos ocorridos nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2021.

No primeiro trimestre de 2021 não havia previsão de implementação de nenhum Plano de Ação, pois os relativos à Avaliação das Eleições de 2018 estavam planejados para serem implementados até dezembro de 2020 e aqueles relativos às Eleições de 2020 ainda estão em fase de elaboração, com previsão de aprovação até 16/04/2021 e início de execução a partir de 19/04/2021 de 2021.

Ante o exposto, sugerimos a suspensão do IA-24 retroativa ao 1º Trimestre de 2021, pois não havia o que ser mensurado, evitando, portanto, um impacto negativo no seu desempenho e, conseqüentemente, no desempenho dos IE 09 e OE 04.

Os planos de ação “Processo de trabalho ‘Fiscalizar propaganda eleitoral’ institucionalizado e monitorado” e “Divulgação permanente de informações sobre eleições” estavam planejados para serem executados até dezembro de 2020, foram finalizados com atraso, no 1º Trimestre de 2021.

Desta forma, dos 27 Planos de Ação previstos para implementação até as Eleições de 2020, 25 foram concluídos. Um não foi implementado (“Mapeamento Real das Atribuições dos Cartórios”) e um teve sua execução suspensa nos autos do processo SEI nº 2020.0.000016842-2 (“Otimizar os Exames de Prestações de Contas Eleitorais”).

Podemos considerar, portanto, que, apesar das dificuldades causadas pela pandemia do COVID-19, as ações relacionadas às melhorias da Avaliação das Eleições 2018 foram implementadas de forma satisfatória pelas unidades.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

1 – Publicação dos reports com o status do andamento dos Planos de Ação que ainda estavam em execução nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2021 na página de monitoramento das melhorias da Avaliação das Eleições na intranet;

2 – Registro, nos processos de monitoramento criados no sistema SEI!, de todas as informações encaminhadas pelas unidades do Tribunal relativas às atualizações dos Planos de Ação que ainda se encontravam em andamento;

4 – Incentivo para que as unidades que ainda possuíam Plano de Ação em execução atualizassem o seu andamento, formalizando o cumprimento das atividades ali previstas através do envio mensal dos reports à esta assessoria.

5-Realização de Reunião com o CGE para apresentar o resultado da Avaliação das Eleições 2020 e deliberar sobre os critérios que seriam adotados no tratamento dos assuntos levantados na Avaliação pelas unidades indicadas como responsáveis;

6 – Apresentação, pelas Unidades responsáveis, das propostas de tratamento para cada uma das demandas levantadas na Avaliação de Eleições;

7 – Reunião da Administração com a CORZE para definição das melhorias prioritizadas para implementação até as Eleições de 2022;

8 – Aprovação, pela Presidência, das formas de tratamento que serão dadas às demandas advindas da Avaliação das Eleições 2020, assim como das melhorias que foram prioritizadas para as Eleições de 2022, com definição das unidades responsáveis pela construção dos respectivos Planos de Ação;

9 – Reunião da ASPLEL com os Assistentes de Planejamento, ou servidores que fazem esse papel, para esclarecimentos acerca dos procedimentos relativos à construção e submissão, para aprovação, dos Planos de Ação de responsabilidade de suas unidades

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Retomada do andamento do processo SEI nº 2020.0.000016842-2, com submissão à apreciação da Administração, de proposta para retomar o andamento do Plano de Ação “Otimizar os Exames de Prestação de Contas Eleitorais”, o qual já se encontra com algumas atividades executadas, considerando o ganho que poderá trazer para as Eleições de 2022.

Construção e aprovação e início da execução dos novos planos de ação para implementação das melhorias advindas da Avaliação das Eleições de 2020.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Para garantir o bom desempenho do indicador, a ASPLEL analisará as propostas de Planos de Ação que serão construídos pelas unidades, a fim de garantir que as atividades nele previstas sejam exequíveis e concluídas de forma tempestiva, a fim de garantir a implementação da respectiva melhoria até as Eleições de 2022.

Além disso, a Assessoria permanecerá em contato constante com todas as unidades responsáveis pela execução de Planos de Ação, através dos gestores, seus assistentes de planejamento ou servidor que faz este papel, a fim de que sejam informados, tempestivamente, os andamentos e/ou eventual implementação dos referidos planos de ação.

Riscos associados ao objetivo

Seguem alguns riscos que podem contribuir para o baixo desempenho do indicador:

1 - O risco de novos impactos que a pandemia da Covid-19 ainda possa trazer para os trabalhos deste Tribunal;

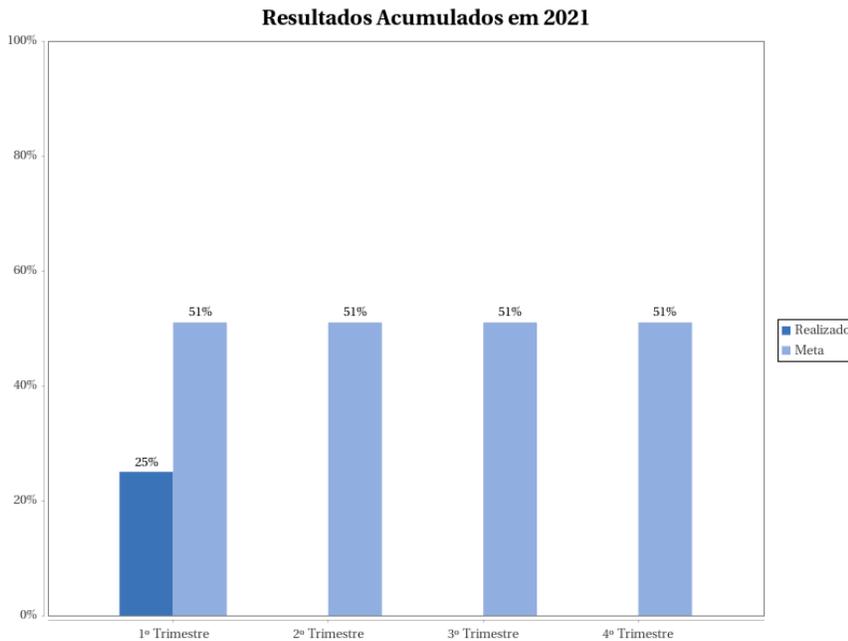
2 – Risco de demora na elaboração e aprovação dos Planos de Ação para implementação das melhorias advindas da Avaliação das Eleições de 2020, impactando o início das atividades neles previstas e, conseqüente possibilidade de atraso na implementação da melhoria até as eleições de 2022;

3 - Baixo comprometimento das unidades responsáveis em dar andamento aos planos de ação sob suas responsabilidades, assim como em comunicar à ASPLEL a implementação tempestiva dos referidos Planos de Ação, mediante envio dos reports mensais à Assessoria.

IA 26 - Índice de aderência ao PIE

Insatisfatório

Desempenho do Período: 49,02%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASPLEL.

Análise de contexto

Trata-se de análise trimestral do IA 26 – “Índice de aderência ao PIE”, referente às atividades previstas nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2021.

No trimestre em análise, observamos que as atividades relacionadas ao Planejamento Integrado das Eleições 2020 já estavam quase todas finalizadas, restando algumas em atraso e outras ainda em andamento, relacionadas a temas que naturalmente ocorrem após a realização do pleito.

Não obstante haver poucas atividades previstas no período, observa-se que houve um desempenho insatisfatório do IA 26 – “Índice de aderência ao PIE” em relação ao trimestre anterior, tendo apresentado um índice de aderência de 25% no período analisado, já que das 4 atividades previstas no 1º trimestre de 2021, somente 1 foi executada tempestivamente.

Dessa forma, o indicador manteve o desempenho insatisfatório, alcançando apenas 49,02% da meta definida, fato que justifica a preocupação desta Assessoria de Planejamento de Eleições no que se refere, não só ao não cumprimento das atividades, mas também à ausência de alimentação do sistema PIE de forma tempestiva pelas unidades responsáveis, o que pode causar distorções futuras nas medições mensais.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

A fim de mitigar os riscos relacionados à baixa aderência ao PIE, a ASPLEL seguiu tomando as seguintes providências no trimestre em análise:

1 – Tramitação e instrução do processo de monitoramento do PIE (2020.0.000021919-1) no sistema SEI, que fora encaminhado mensalmente às unidades para que fizessem as atualizações necessárias no sistema do PIE, devidamente certificadas nos autos do referido processo;

2 – Compilação e juntada aos autos das informações de alteração, bem como dos pedidos de cancelamento de atividades;

4 – Submissão dos pedidos de alteração e cancelamento à apreciação superior, conforme despachos de ids. 1500543 e 1553009, exarados pela Diretoria Geral.

5 – Anotação no sistema dos cancelamentos e pedidos de alteração deferidos.

Após essas ações, ao fim de março/2021, os autos encontravam-se com vistas às unidades que ainda possuíam tarefas em atraso ou em andamento para realização das atualizações cabíveis e prestação de informações no sistema SEI.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Inicialmente, ressalta-se que o ciclo de atividades das Eleições de 2020 está quase finalizado, restando pendentes apenas atividades relacionadas ao exame e julgamento das prestações de contas dos candidatos e partidos, cujo prazo final é 30/11/2021, assim como o exame da prestação de contas de suprimento de fundos, cujo prazo final é 30/12/2021.

Quanto à construção do ciclo relacionado ao Planejamento Integrado das Eleições 2022, este será iniciado ainda neste trimestre, sob Coordenação da ASPLEL, com participação das demais unidades do Tribunal.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A fim de que haja melhora no desempenho do indicador, a ASPLEL permanecerá em contato constante com todas as unidades responsáveis pelas atividades do PIE 2018, através dos Gestores, seus assistentes de planejamento ou servidor que faz este papel, a fim de que sejam informados, tempestivamente, os andamentos e/ou eventuais alterações no sistema.

Além disso, cuidará para que, na construção do PIE 2020, sejam melhor dimensionados os prazos de cumprimento das atividades nele previstas.

Riscos associados ao objetivo

Seguem alguns riscos que podem contribuir para o baixo desempenho do indicador:

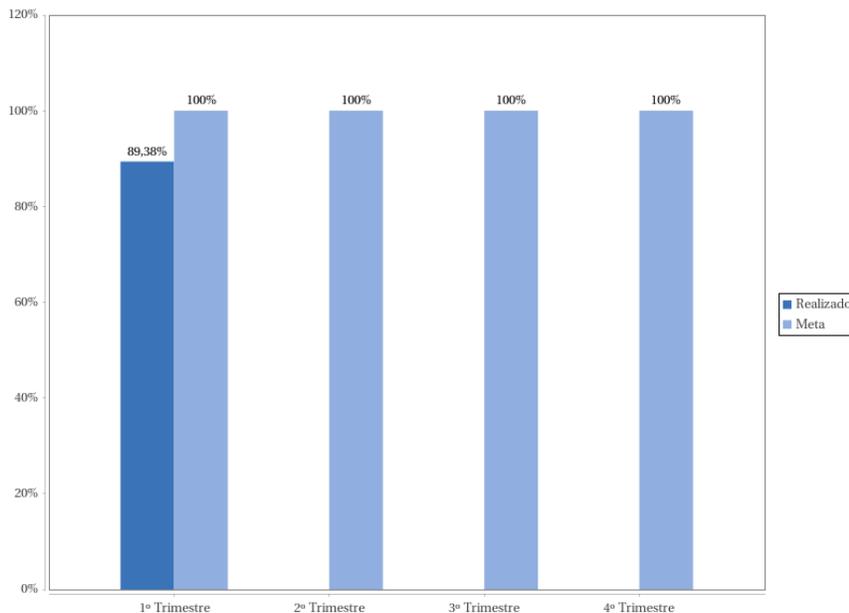
- 1 - O risco de novos impactos que a pandemia da Covid-19 ainda possa trazer para os trabalhos deste Tribunal.
- 2 - Baixo comprometimento das unidades responsáveis em alimentar tempestiva e adequadamente o sistema PIE.
- 3 – Risco de dimensionamento equivocado dos prazos previstos para início e fim das atividades que integram o PIE 2022.

OE 05 - Aprimorar a comunicação com o público externo

Atenção

Desempenho do Período: 89,38%

Resultados Acumulados em 2021



Responsável: GABPRE.

Análise de contexto

Ao final do primeiro trimestre de 2021, observa-se que o desempenho do OE 05 (Aprimorar a comunicação com o público externo) permanece a evoluir, alcançando o resultado de 89,38%.

O objetivo é integrado por três indicadores estratégicos, dos quais apenas o IE 13 (Índice de adequação da comunicação com o público externo) tem medição trimestral. Assim, em razão do melhor desempenho do mencionado indicador estratégico, o OE 05 foi positivamente impactado.

No escopo do IE 13, que alcançou desempenho de 90,39% no primeiro trimestre de 2021, isto é, 6 pontos percentuais a mais do no quarto trimestre de 2020, foram medidos o Índice de satisfação do cliente externo com a comunicação, objeto do IA 38, e o Índice de atendimento das demandas recebidas com base na Lei de Acesso à Informação, objeto do IA 39.

Em relação ao IA 38, que atingiu 78,97% de desempenho, ressalta-se que houve uma significativa redução da meta em relação ao ano anterior. Em 2020, a meta estabelecida para os quatro trimestres do ano foi de 95%, ao passo que no primeiro trimestre de 2021 a meta foi definida em 73,96%. Tal mudança resultou no melhor desempenho observado neste primeiro trimestre de 2021, apesar do índice realizado (58,40%) ser inferior ao alcançado no último período de 2020 (58,75%).

Avaliados individualmente cada um dos canais que integram o indicador IA 38, considerando os dados registrados no primeiro trimestre de 2021 no sistema GERIR, depreende-se que os clientes externos revelam maior satisfação (percentual de avaliações positivas) com a CAT, seguida da Ouvidoria e, por fim, da Internet, extraíndo-se os seguintes percentuais: 1. CAT = 94,76%; 2. Ouvidoria = 75,94%; 3. Internet = 4,50%.

Apesar da recorrente insatisfação do cliente externo com a Internet, verifica-se significativa queda de desempenho no primeiro trimestre de 2021, com redução de aproximadamente 18 pontos percentuais em relação ao 4º trimestre de 2020. De 111 avaliações sobre a Internet, apenas 5 foram favoráveis. Tal situação endossa a premente necessidade de um estudo aprofundado sobre os problemas que podem estar causando tamanha insatisfação.

Apesar da significativa evolução do índice de satisfação do cliente externo com a Ouvidoria, que passou de 66,37% em dezembro de 2020 para 75,94% no final de março de 2021, a OUV, unidade gestora do IA 38, reitera a resistência dos cartórios eleitorais em responder as ocorrências registradas no sistema da unidade. Registra, também, que no final do primeiro trimestre de 2021 ainda havia ocorrências abertas com data de dezembro de 2020.

No que tange ao IA 39 (Índice de atendimento das demandas recebidas com base na Lei de Acesso à Informação), em que pese o aumento da procura pelos serviços da Ouvidoria, conforme relatado pela unidade gestora do indicador, observa-se desempenho bastante satisfatório no primeiro trimestre de 2021, isto é, 98,21%, superior a todos os resultados obtidos desde 2018.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Conforme consta da Ata da I RAE de 2021, realizada em 26/02/2021, o CGP (Comitê Gestor dos Portais), atendendo à deliberação do CGE na IV RAE de 2020, enviou à DG, no dia 24/02/2021, o aludido plano de ação para tratamento dos fatores que geram insatisfação dos clientes externos com a página do Tribunal na Internet, considerando, sobretudo, a implantação no novo Portal, PLONE. Resta pendente a formalização do plano no sistema SEI, com vistas à sua execução e sistemático acompanhamento.

Especificamente em relação aos problemas relatados pela Ouvidoria no penúltimo parágrafo do tópico anterior, conforme consignado na Ata da I RAE de 2021, realizada em 26/02/2021, já existe plano de ação em andamento com a finalidade de promover a sensibilização interna no sentido de esclarecer sobre o papel da Ouvidoria, bem como incentivar as diversas unidades da Sede e cartórios eleitorais a fornecerem as respostas aos pedidos de informação, sobretudo aquelas relativas à Lei de Acesso à Informação (LAI), no prazo regulamentar. Registra-se que tal plano de ação, que tramita no Processo SEI nº 2020.0.0.000051428-2, também atende ao Monitoramento do Relatório de Auditoria nº 02/2017, sobre a avaliação de gestão dos canais de comunicação com o público externo.

Em vista do andamento dos planos de ação, ainda não é possível identificar resultados decorrentes.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Embora exista uma expectativa de evolução dos demais indicadores estratégicos que integram o OE 05, a saber, IE 14 (Índice de gestão da comunicação) e de manutenção do desempenho do IE 15 (Índice de relacionamento institucional com a mídia), não há tendência de melhora de desempenho do objetivo caso não haja a priorização da execução do plano de ação elaborado para tratamento dos fatores que geram insatisfação dos clientes externos com o sítio eletrônico deste Tribunal na Internet.

Estima-se que a execução do referido plano de ação, associado à execução do plano de ação que tem por objetivo promover a sensibilização interna sobre o papel da Ouvidoria, guarda potencial para contribuir com o melhor desempenho do IE 13 nos próximos 6 meses.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

- Formalizar o plano de ação que visa ao tratamento dos fatores que geram insatisfação dos clientes externos com a página do Tribunal na Internet, a fim de viabilizar o monitoramento sistemático das ações.

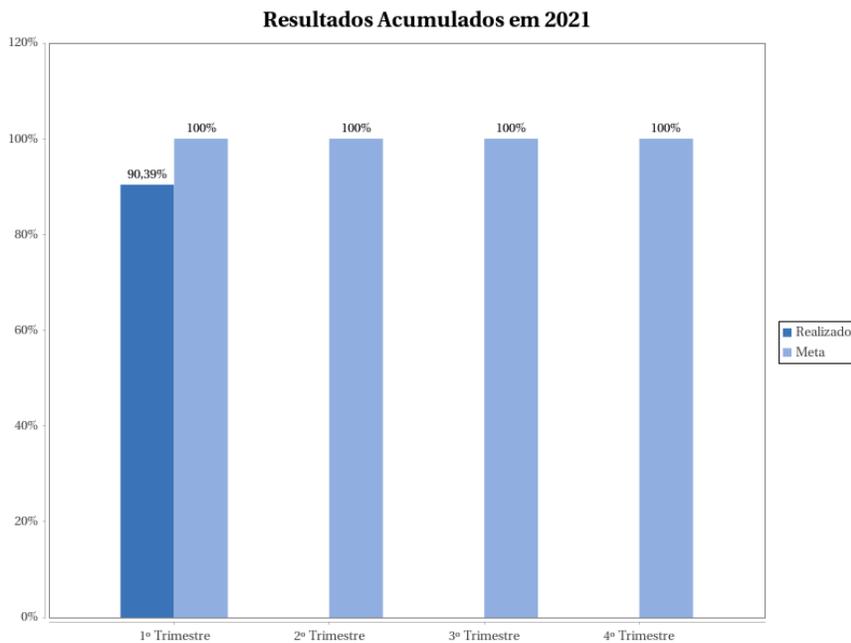
- Estabelecimento de um prazo para os cartórios eleitorais analisarem os requerimentos dos eleitores, pois atualmente representam 30% das demandas recebidas na Ouvidoria.

- Aprimoramento das informações constantes do site do TRE-RJ (ex.: colocação de informação no site acerca do procedimento a ser adotado para demandas urgentes, com o encaminhamento de e-mail para a zona eleitoral, anexando um documento que comprove a urgência, à semelhança do que foi feito no início da pandemia em 2020 e no recesso de final de ano).

- Reavaliação sobre a forma que é realizada a pesquisa de satisfação, onde o usuário tem a iniciativa de procurar a pesquisa. A tendência neste tipo de pesquisa é de que a procura maior seja por pessoas insatisfeitas com a prestação do serviço.

Riscos associados ao objetivo

Risco de imagem do Tribunal junto à sociedade, em virtude do não atendimento às demandas no prazo e de recurso à CGU, no caso de negativa ou intempestividade no atendimento das demandas de acesso à informação.

IE 13 - Índice de adequação da comunicação com o público externo**Satisfatório****Desempenho do Período: 90,39%****Responsável: GABPRE.****Análise de contexto**

O indicador IE 13 (Índice de Adequação da Comunicação com o Público Externo), integrado por três indicadores de apoio, isto é, IA 37 (Índice de estruturação dos canais de comunicação), IA 38 (Índice de satisfação do cliente externo com a comunicação) e IA 39 (Índice de atendimento das demandas recebidas com base na Lei de Acesso à Informação), apresentou desempenho superior ao observado no 4º trimestre de 2020, elevando o status de atenção para satisfatório, com desempenho de 90,39%.

O IA 37 é medido semestralmente. Assim, o desempenho apurado no 4º trimestre de 2020, isto é, 94%, foi contabilizado no cálculo do IE 13.

Em relação aos demais indicadores de apoio, depreende-se que IA 38 e IA 39 apresentaram desempenhos de 78,97% e 98,21%, respectivamente, superiores, portanto, aos atingidos em dezembro de 2020.

No que se refere ao IA 38, deve-se ressaltar que houve uma significativa redução da meta em relação ao ano anterior. Em 2020, a meta estabelecida para os quatro trimestres do ano foi de 95%, ao passo que no primeiro trimestre de 2021 a meta foi definida em 73,96%. Tal mudança resultou no melhor desempenho observado neste primeiro trimestre de 2021, apesar do índice realizado (58,40%) ser inferior ao alcançado no último período de 2020 (58,75%).

Avaliados individualmente cada um dos canais que integram o indicador IA 38, considerando os dados registrados no primeiro trimestre de 2021 no sistema GERIR, depreende-se que os clientes externos revelam maior satisfação (percentual de avaliações positivas) com a CAT, seguida da Ouvidoria e, por fim, da Internet, extraíndo-se os seguintes percentuais: 1. CAT = 94,76%; 2. Ouvidoria = 75,94%; 3. Internet = 4,50%.

Apesar da recorrente insatisfação do cliente externo com a Internet, verifica-se significativa queda de desempenho no primeiro trimestre de 2021, com redução de aproximadamente 18 pontos percentuais em relação ao 4º trimestre de 2020. De 111 avaliações sobre a Internet, apenas 5 foram favoráveis.

Embora verifique-se significativa evolução do índice de satisfação do cliente externo com a Ouvidoria, que passou de 66,37% em dezembro de 2020 para 75,94% no final de março de 2021, a OUVE, unidade gestora do IA 38, reitera a resistência dos cartórios eleitorais em responder as ocorrências registradas no sistema da unidade. Registra, também, que no final do primeiro trimestre de 2021 ainda havia ocorrências abertas com data de dezembro de 2020.

No que tange ao IA 39 (Índice de atendimento das demandas recebidas com base na Lei de Acesso à Informação), em que pese o aumento da procura pelos serviços da Ouvidoria, conforme relatado pela unidade gestora do indicador, observa-se desempenho bastante satisfatório no primeiro trimestre de 2021, superior, inclusive a todos os resultados obtidos desde 2018.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Conforme consta da Ata da I RAE de 2021, realizada em 26/02/2021, o CGP (Comitê Gestor dos Portais), atendendo à deliberação do CGE na IV RAE de 2020, enviou à DG, no dia 24/02/2021, o aludido plano de ação para tratamento dos fatores que geram insatisfação dos clientes externos com a página do Tribunal na Internet, considerando, sobretudo, a implantação no novo Portal, PLONE. Resta pendente a formalização do plano no sistema SEI, com vistas à sua execução e sistemático acompanhamento. Especificamente em relação aos problemas relatados pela Ouvidoria no penúltimo parágrafo do tópico anterior, conforme consignado na Ata da I RAE de 2021, realizada em 26/02/2021, já existe plano de ação em andamento com a finalidade de promover a sensibilização interna no sentido de esclarecer sobre o papel da Ouvidoria, bem como incentivar as diversas unidades da Sede e cartórios eleitorais a fornecerem as respostas aos pedidos de informação, sobretudo aquelas relativas à Lei de Acesso à Informação (LAI), no prazo regulamentar. Registra-se que tal plano de ação, que tramita no Processo SEI nº 2020.0.0.000051428-2, também atende ao Monitoramento do Relatório de Auditoria nº 02/2017, sobre a avaliação de gestão dos canais de comunicação com o público externo.

Em vista do andamento dos planos de ação, ainda não é possível identificar resultados decorrentes.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Estima-se que a execução dos dois planos de ação mencionados no tópico anterior guardam potencial para contribuir com o melhor desempenho do indicador.

No entanto, com a continuidade da pandemia e a permanência do fechamento dos cartórios para atendimento presencial, o desafio na comunicação com o cliente externo continuará grande.

Nesse viés, ressalta-se, mais uma vez, a grande preocupação com a satisfação do cliente externo com a Internet, principalmente por ser, usualmente, o primeiro canal de acesso do cidadão que busca qualquer informação sobre o Tribunal e onde, atualmente, estão disponíveis os acessos a grande parte dos serviços prestados pela instituição.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

- Formalizar o plano de ação que visa ao tratamento dos fatores que geram insatisfação dos clientes externos com a página do Tribunal na Internet, a fim de viabilizar o monitoramento sistemático das ações.

- Estabelecimento de um prazo para os cartórios eleitorais analisarem os requerimentos dos eleitores, pois atualmente representam 30% das demandas recebidas na Ouvidoria.

- Aprimoramento das informações constantes do site do TRE-RJ (ex.: colocação de informação no site acerca do procedimento a ser adotado para demandas urgentes, com o encaminhamento de e-mail para a zona eleitoral, anexando um documento que comprove a urgência, à semelhança do que foi feito no início da pandemia em 2020 e no recesso de final de ano).

- Reavaliação sobre a forma que é realizada a pesquisa de satisfação, onde o usuário tem a iniciativa de procurar a pesquisa. A tendência neste tipo de pesquisa é de que a procura maior seja por pessoas insatisfeitas com a prestação do serviço.

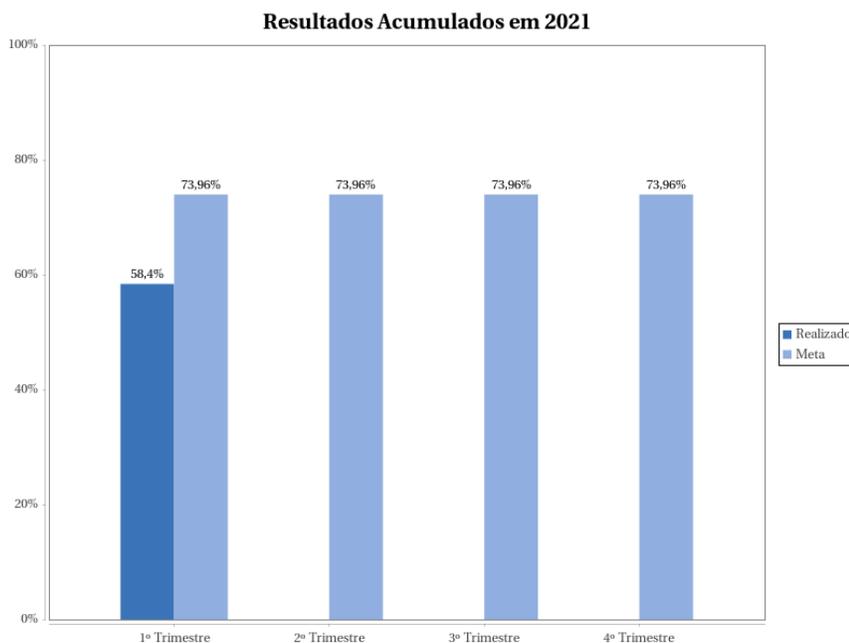
Riscos associados ao objetivo

Risco de imagem do Tribunal junto à sociedade, em virtude do não atendimento às demandas no prazo e de recurso à CGU, no caso de negativa ou intempestividade no atendimento das demandas de acesso à informação.

IA 38 - Índice de satisfação do cliente externo com a comunicação

Insatisfatório

Desempenho do Período: 78,97%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: OUVE.

Análise de contexto

Apesar de uma crescente melhora no índice de satisfação ao longo do ano de 2020, era esperada uma diminuição na satisfação do cliente externo, em razão da dificuldade de contato com o Tribunal. No sistema da Ouvidoria, por exemplo, as demandas que dependiam de resposta dos cartórios eleitorais ficaram pendentes de resposta, apesar das reiterações da Ouvidoria e até do encaminhamento de ofícios via SEI.

A maioria das reclamações, cerca de 1/3, têm sido quanto aos prazos de análise do requerimento do Título Net. Em seguida, são relativas à baixa de multa e emissão de certidão de quitação.

A Ouvidoria tem encontrado muita resistência dos cartórios eleitorais em responder as ocorrências registradas no sistema. Grande parte das ocorrências que dependiam de resposta do cartório eleitoral ficou sem resposta no 4º trimestre de 2020, mesmo com todos os esforços da Ouvidoria. Chegamos a ter mais de 120 ocorrências sem resposta nesse período. Próximo ao recesso, tínhamos em torno de 60 ocorrências que dependiam de respostas dos cartórios, algumas pendentes desde outubro de 2020, sendo que parte delas só foram respondidas na segunda semana de 2021. No final do primeiro trimestre de 2021, havia ocorrências abertas ainda com data de dezembro de 2020.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

No último trimestre, a Ouvidoria efetuou 2507 atendimentos via sistema da Ouvidoria, facebook do TRE/RJ e telefone.

A questão da baixa automática da multa também tem sido uma demanda recorrente na Ouvidoria. Os eleitores reclamam que já fizeram o pagamento, mas que a baixa não foi dada no prazo constante do site do TRE/RJ.

Verifica-se que houve uma pequena redução no índice de satisfação do cliente externo em relação ao 4º trimestre de 2020. Neste aspecto, constata-se que a satisfação do cliente externo é muito impactada pela avaliação do site do Tribunal. No primeiro trimestre, verificou-se de 111 respondentes, apenas 5 estavam satisfeitos com o site do Tribunal.

Outro aspecto que pode impactar a avaliação da satisfação do cliente externo é o prazo de resposta, que independe da Ouvidoria. Na maioria dos casos, a Ouvidoria precisa de informações de outras Unidades do Tribunal ou dos cartórios eleitorais, e muitas vezes as respostas ao pedido de informação não vêm no prazo regulamentado. E continuamos com dificuldade de receber as respostas das ocorrências registradas no sistema da Ouvidoria.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Com a continuidade da pandemia e a permanência do fechamento dos cartórios para atendimento presencial, o desafio na comunicação com o cliente externo continuará grande. No primeiro trimestre de 2021, verificou-se um aumento de 70% na demanda do sistema da ouvidoria em relação ao primeiro trimestre de 2020 e de 30% na demanda do Facebook/Instagram em relação ao primeiro trimestre de 2020.

A ausência de um prazo para a análise dos requerimentos tanto de justificativa quanto do Título Net têm gerado grande insatisfação do público externo, bem como a falta de atendimento do eleitor pelos cartórios eleitorais. Temos constatado a necessidade dos eleitores do título ou da quitação eleitoral em razão de emprego, concurso público, matrícula em universidade, emissão de passaporte, benefícios do governo etc, o que gera uma ansiedade e necessidade de urgência no atendimento da Justiça Eleitoral.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A Ouvidoria precisa de um incremento de mão-de-obra urgentemente. Além da vaga da servidora que passou em concurso de remoção, a Ouvidoria precisa de mais 2 servidores, para poder prestar um serviço adequado à população e à estatura constitucional do TRE RJ.

Uma providência que melhoraria muito não só os serviços da Ouvidoria, como a imagem do Tribunal junto à sociedade seria o estabelecimento de um prazo para os cartórios eleitorais analisarem os requerimentos dos eleitores, pois atualmente representa 30% das demandas recebidas na Ouvidoria e que tem trazido grandes prejuízos para os eleitores, pois muitos têm relatado a perda de oportunidades de emprego em função da ausência do título.

Neste momento muitos jovens estão relatando também a ameaça de perda de vaga em universidades públicas, em função da ausência do título de eleitor.

A melhoria das informações constantes do site do TRE RJ também poderia melhorar o desempenho. Sugiro a colocação de informação no site acerca do procedimento a ser adotado para demandas urgentes, com o encaminhamento de e-mail para a zona eleitoral, anexando um documento que comprove a urgência, à semelhança do que foi feito no início da pandemia em 2020 e no recesso de final de ano.

Por fim, deve ser dada uma atenção especial ao site, tendo em vista o índice extremamente baixo de satisfação do cliente externo com o site do TRE RJ. A grande insatisfação pode ser justificada em parte pela forma que é realizada a pesquisa de satisfação, onde o usuário tem a iniciativa de procurar a pesquisa. A tendência neste tipo de pesquisa é de que a procura maior seja por pessoas insatisfeitas com a prestação do serviço.

Riscos associados ao objetivo

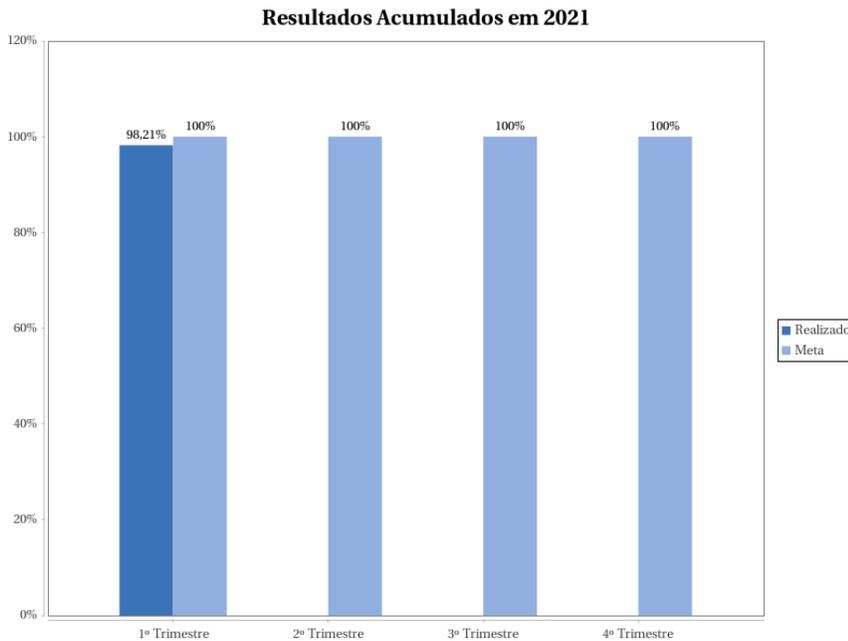
A Ouvidoria neste momento é a imagem do Tribunal, pois as demandas dos eleitores têm vindo basicamente pelos canais de atendimento de responsabilidade da Ouvidoria.

Risco de imagem e credibilidade do Tribunal junto à sociedade, em virtude do não atendimento às demandas no prazo.

IA 39 - Índice de atendimento das demandas recebidas com base na Lei de Acesso à Informação

Satisfatório

Desempenho do Período: 98,21%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: OUVE.

Análise de contexto

Foi atingido o percentual de 98,21% da meta, o que é um excelente resultado.

Em 2021, com o incremento da pandemia do coronavírus e o conseqüente fechamento dos cartórios, além da suspensão do expediente presencial dos servidores dos cartórios, a procura pelos serviços da Ouvidoria continua aumentando. Houve um incremento de 70% das demandas no sistema da Ouvidoria em relação ao primeiro trimestre de 2020.

A reabertura do cadastro eleitoral em 09/12/2020, a suspensão do atendimento dos cartórios durante o período de recesso, e a ausência de um prazo especificado para a análise dos requerimentos do título net, das justificativas dos eleitores e dos mesários está gerando uma grande demanda por informações na Ouvidoria.

E temos percebido que os eleitores estão utilizando a opção 'Pedido de Informação' do Formulário para toda e qualquer informação, principalmente para pedidos de urgência de análise do requerimento do título net.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

A Ouvidoria envidou todos os esforços para continuar atendendo todos os requerentes, mesmo durante a pandemia e o resultado foi que a avaliação positiva dos serviços da ouvidoria teve um significativo incremento. Com os cartórios eleitorais fechados para o atendimento ao público, constatou-se uma grande procura pela ouvidoria, para qualquer tipo de demanda.

No último trimestre houve também o atraso na resposta de 1 pedido de informação, em razão do feriado decretado no Estado no período de 26/03 a 04/04/2021 e a resposta da VPCRE somente no dia 05/04/2021.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

É factível o aumento da demanda da Ouvidoria com a pandemia e a assunção de novas atribuições no ano de 2020 e 2021, sem o respectivo aumento da mão-de-obra está trazendo enormes prejuízos para os serviços da Ouvidoria, pois passamos o dia todo atendendo demandas dos eleitores.

A tendência é de piora no desempenho dos índices da ouvidoria, com a continuidade da pandemia e a assunção de novas atribuições pela ouvidoria, como a responsabilidade pela fiscalização da CAT neste momento de maior demanda pelos serviços da ouvidoria. A demanda do público pelos serviços do e-título, título net e de justificativa tem aumentado significativamente a demanda

da ouvidoria e com apenas 2 servidoras além da chefe, é bem provável que a avaliação dos serviços e a tempestividade deles sofra alguma baixa.

Outro grande desafio enfrentado pela Ouvidoria é a sensibilização dos setores do Tribunal do trabalho realizado na Ouvidoria. Temos enfrentado muita resistência das zonas eleitorais, que não respondem aos pedidos de informação, e quando os lembramos do prazo, alguns dizem que não têm tempo para responder a Ouvidoria e têm coisas mais importantes para fazer.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A Ouvidoria precisa de um incremento de mão-de-obra urgentemente. Além da vaga da servidora que passou em concurso de remoção, a Ouvidoria precisa de mais 2 servidores, para poder prestar um serviço adequado à população e à estatura constitucional do TRE RJ.

Uma providência que melhoraria muito não só os serviços da Ouvidoria, como a imagem do Tribunal junto à sociedade seria o estabelecimento de um prazo para os cartórios eleitorais analisarem os requerimentos dos eleitores, pois atualmente representa 30% das demandas recebidas na Ouvidoria e que tem trazido grandes prejuízos para os eleitores, pois muitos têm relatado a perda de oportunidades de emprego em função da ausência do título.

Neste momento muito jovens estão relatando também a ameaça de perda de vaga em universidades públicas, em função da ausência do título de eleitor.

A melhoria das informações constantes do site do TRE RJ também poderia melhorar o desempenho. Sugiro a colocação de informação no site acerca do procedimento a ser adotado para demandas urgentes, com o encaminhamento de e-mail para a zona eleitoral, anexando um documento que comprove a urgência, à semelhança do que foi feito no início da pandemia em 2020 e no recesso de final de ano.

Riscos associados ao objetivo

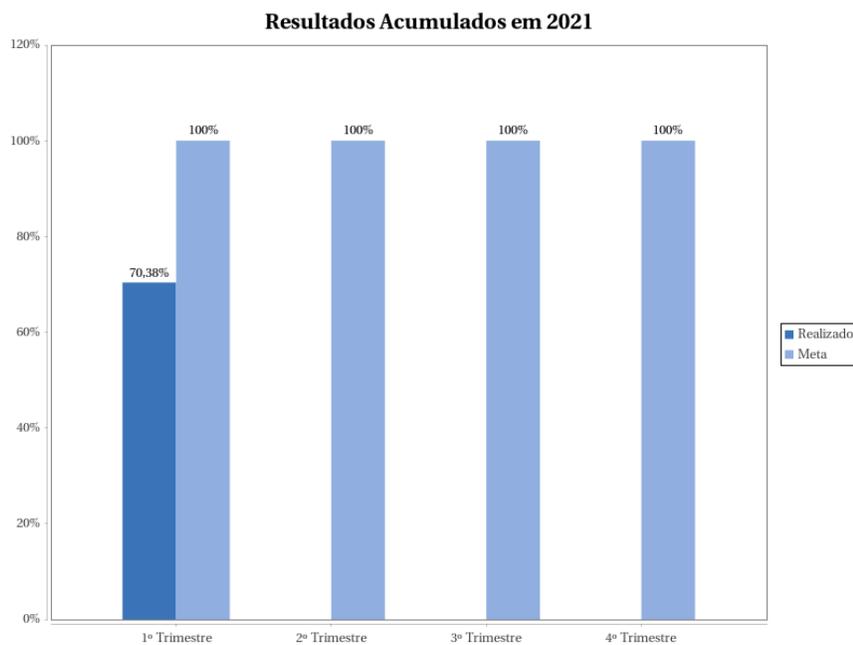
A Ouvidoria neste momento é a imagem do Tribunal, pois as demandas dos eleitores têm vindo basicamente pelos canais de atendimento de responsabilidade da Ouvidoria.

Risco de imagem e credibilidade do Tribunal junto à sociedade, em virtude do não atendimento às demandas no prazo e de recurso à CGU, no caso de negativa ou intempestividade no atendimento das demandas de acesso à informação

OE 07 - Desenvolver a Gestão Estratégica de Pessoas

Insatisfatório

Desempenho do Período: 70,38%



Responsável: SGP.

Análise de contexto

Apesar de ainda insatisfatório, o desempenho do 1º trimestre de 2021 (70,38) demonstrou forte recuperação em relação ao último trimestre de 2020 (58,38) e também em relação ao mesmo período do ano passado (33,03).

Importante registrar que houve significativo amadurecimento das unidades no processo de desdobramento das metas, de forma que, em uma primeira análise, pode-se atribuir a melhora do desempenho, também, ao estabelecimento de metas mais alinhadas ao cenário do primeiro trimestre.

Apesar de um contexto de período não eleitoral, mais favorável ao impulsionamento das iniciativas estratégicas não diretamente vinculadas às eleições, há que se buscar o devido foco para que as ações voltadas à melhoria do desempenho da Secretaria não seja perdido diante de outras demandas reservadas ao período.

A realização de workshops e outras atividades voltadas à elaboração do novo Plano Estratégico (novo ciclo), as demandas dos órgãos de controle externos e interno e os planos de ação decorrentes da avaliação das eleições, a implantação do Teletrabalho, além da carga operacional corrente, são exemplos de ações que concorrem com aquelas voltadas para o desempenho estratégico.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Avançou o projeto piloto para implantação da gestão por competências no âmbito da Secretaria de Tecnologia da Informação com a realização do curso "Comunicação Assertiva para Líderes". O curso teve por objetivo capacitar os gestores no processo de dar e receber feedback.

Elaboração do relatório consolidado das ocupações críticas das unidades da SGP.

Realização de 4 workshops para elaboração do novo Plano Estratégico.

Sobre a realização das capacitações previstas no eixo estratégico do PAC, vale ressaltar que, não obstante a realização de 4 dos 10 workshops previstos para o 1º trimestre, a respectiva variável foi lançada como 0 (zero), pela SEDCOR. Não foi possível considerar a entrega parcial, uma vez que a variável tem configuração, no sistema Gerir, para valores inteiros, não aceitando valores fracionados.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A Secretaria de Gestão de Pessoas deverá ser vigilante para que essa melhoria no desempenho seja sustentável para que se possa pensar no alcance do nível de Atenção.

Nesse contexto, é importante ressaltar que deverá ser dada especial atenção à sustentabilidade das seguintes ações:

- implantação da gestão por competências (conclusão do levantamento de competências técnicas, alimentação do sistema, realização do ciclo de avaliação por competências, identificação das lacunas de competências e elaboração dos planos individuais de desenvolvimento)

- implantação da gestão das ocupações críticas gerenciais (elaboração de plano de gestão de ocupações críticas gerenciais e apresentação de proposta de ficha de indicador de resultado de gestão de ocupações críticas gerenciais)

- capacitação na matriz gerencial

- implantação das ações decorrentes da Pesquisa de Clima Organizacional

Por outro lado, devem ser iniciadas as seguintes ações com grande potencial de impacto nos resultados da Secretaria:

- realização das capacitações previstas no eixo estratégico do PAC

- elaboração da matriz de conhecimento eleitoral básico e realização das respectivas ações de capacitação

- preparação da pesquisa de clima organizacional a ser realizada no segundo semestre

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Cabe, nesse ponto, a execução da proposta apresentada na análise do 3o trimestre, qual seja:

- Elaborar plano realista específico para 2021 voltado para a recuperação sustentável do desempenho do OE 07, alinhado com a política e as práticas do Tribunal para o ano.

- Definir, com clareza, os problemas que deverão ser solucionados, onde se quer chegar até o final de 2021 e como.

- Aprimorar os mecanismos de gestão para a melhoria da comunicação interna e para o melhor direcionamento das atividades.

- Definir, no plano proposto, pontos de controle pré definidos para verificação do cumprimento do planejado e medição de resultados e desempenho.

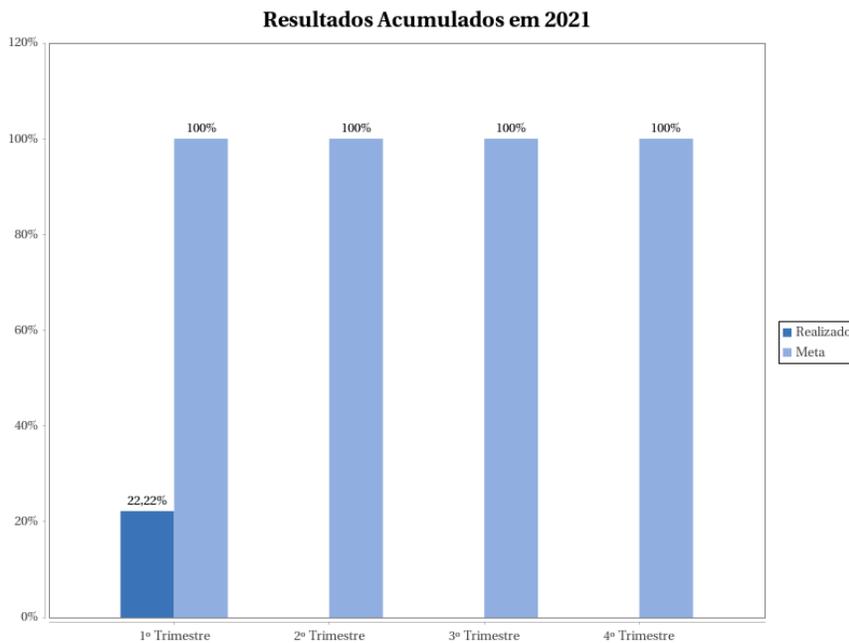
- Implementar, sem concessões, ações de redirecionamento quando identificado o não cumprimento do planejado.

- Implementar reunião periódica com a Diretora-Geral, se possível, a cada 2 meses, para acompanhamento do desempenho.

Riscos associados ao objetivo

Permanecem os riscos identificados na análise do período anterior relacionados à complexidade e ao volume das entregas da Secretaria de Gestão de Pessoas. Além das atividades operacionais, é importante ressaltar a concorrência das entregas, previstas para 2021 e relacionadas naquela análise, como fator de risco associado ao objetivo em ano de elaboração do próximo Plano Estratégico.

Vale ressaltar que a Secretaria permanece fortemente demandada para o atendimento das determinações dos órgãos de controle, não tendo sido possível iniciar as ações proposta para a melhoria do desempenho apresentadas acima.

IE 18 - Índice de desenvolvimento das competências**Insatisfatório****Desempenho do Período: 22,22%****Responsável: CDESC.****Análise de contexto**

Preliminarmente, informo que houve mudanças estruturais na CDESC. Atualmente, o servidor Marcos Guerrero está responsável pela Coordenadoria e o servidor Marcos Xavier está responsável pela operacionalização do projeto de implantação ocupações críticas gerenciais

Considerando que houve demora na votação da LOA, que só ocorreu no final de março, ainda não foi liberado o montante total do orçamento de capacitação, o que implicou diretamente nas contratações de treinamentos.

Desde janeiro está sendo liberado 1/12 do valor total, e a contratação dos workshops para elaboração do planejamento estratégico utilizou parcela considerável do valor disponível.

Mesmo assim, tendo em vista que está sendo realizado o levantamento das competências técnicas na STI, foi contratado o curso “Comunicação Assertiva para Líderes”, que corresponde ao “Feedback e Elaboração de Plano de Desenvolvimento Individual” que está previsto no PAC 2021.

O baixo orçamento disponível impacta diretamente na contratação de treinamentos.

Está sendo realizada a transferência de conhecimento para a SEGEDE que ficará responsável pelo levantamento de ocupações críticas gerenciais nas demais unidades do tribunal.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Está em fase final o levantamento de competências técnicas da STI. Foi realizado o curso “Comunicação Assertiva para Líderes”, onde participaram todos os gestores da STI. O curso teve por objetivo capacitar os gestores no processo de “dar feedback”.

Após a finalização do levantamento de competências técnicas, o sistema de gestão por competências será alimentado com essas informações e, em seguida, realizado o ciclo de avaliação por competências.

Houve suspensão do trabalho presencial e remoto no período de 26/03 a 04/04/2021 (Aviso GP nº 12/2021), o que atrasou o levantamento das competências técnicas.

Considerando que ainda não estamos trabalhando com fixação de metas de desempenho, foi sugerido à CPLAN, através de e-mail encaminhado em 19/03/2021, a exclusão de todo o 3o Ciclo Avaliativo (etapas 12 a 18 da Ficha do Indicador) do cálculo do indicador.

Importante esclarecer que a ficha trata da implementação da Gestão por Competências e o 3º ciclo trata de gestão de desempenho que está “descolado” do objetivo principal dela.

Na proposta apresentada à CPLAN, através do protocolo SEI 2019.0.000048248-0, foi sugerida, também, alteração nas metas ::

1. Retirando-se as etapas 12 a 18 do cálculo do indicador (o Total de etapas planejadas - TEPPIGC seria 11 em vez de 18), mantendo-se a meta em 100% ou
2. Fixando-se a meta para 2021 em 55%

Com relação às Capacitações estratégicas do PAC, estão sendo realizados os workshops com vistas ao Planejamento Estratégico do TRE 2021-2026, com previsão de conclusão no mês de junho/21. Foram concluídos, até a presente data, 2 workshops e está tramitando a contratação de mais seis workshops para a conclusão do treinamento.

A Matriz básica de conhecimento eleitoral está sendo elaborada com foco em três assuntos: Registro de Candidatura, Prestação de contas e segurança da urna eletrônica.

Considerando que está em fase de construção da ficha foi sugerida a alteração para os seguintes percentuais (processo 2020.0.000001829-3)

Sugestão: IA 51 - 1º tri - 5% 2º tri - 20% 3º tri - 40% 4º tri - 80%

Foram realizados levantamentos de materiais que irão compor o curso (EAD) a ser disponibilizado aos servidores, bem como, criado o espaço na plataforma de ensino a distância do TSE para a construção desse curso.

A plataforma foi escolhida pois pode ser acessada pela internet, diferentemente do EAD do TRE/RJ, que só pode ser acessada pela intranet.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Com a liberação do orçamento pretende-se focar nas contratações estratégicas e gerenciais.

Caso haja demora na liberação ou corte orçamentário haverá impacto nas contratações de cursos. e cumprimento das metas previstas na ficha do indicador.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

- a) Concluir o protótipo da gestão por competências na STI, cuja experiência aprendida será utilizada como modelo para as demais unidades do Tribunal;
- b) revisar e publicar a matriz básica de conhecimento eleitoral, para iniciar a execução das capacitações previstas.
- c) Havendo corte orçamentário, submeter a alta administração a priorização de ações de treinamentos.

Riscos associados ao objetivo

Os riscos são inerentes à carência de servidores e concorrência de atividades da coordenadoria, além da indisponibilidade do público para participar das ações em virtude da execução dos workshops do Planejamento Estratégico, até junho/21.

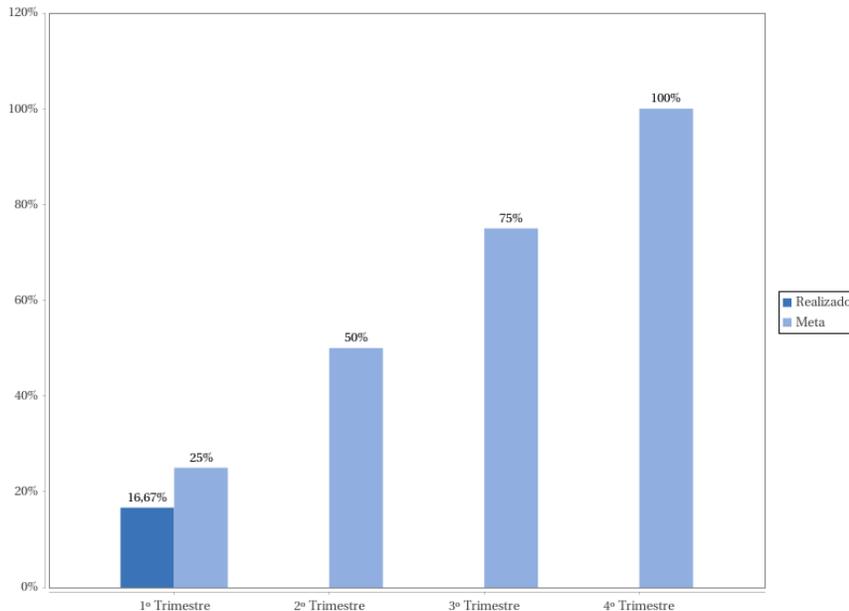
Priorização de outros treinamentos que não façam parte do eixo estratégico ou gerencial, no caso de corte orçamentário.

IA 49A - Índice de implantação da gestão por competências

Insatisfatório

Desempenho do Período: 66,67%

Resultados Acumulados em 2021



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CDESC.

Análise de contexto

Preliminarmente, informo que houve mudanças estruturais na CDESC. Atualmente, o servidor Marcos Guerrero está responsável pela Coordenadoria e o servidor Marcos Xavier está responsável pela operacionalização do projeto de implantação da Gestão por Competências.

Está sendo realizado projeto piloto na Secretaria de Tecnologia da Informação e a mensuração das variáveis da ficha do indicador estão sendo lançadas com base nos resultados.

Houve suspensão do trabalho presencial e remoto no período de 26/03 a 04/04/2021 (Aviso GP nº 12/2021), o que atrasou o levantamento das competências técnicas.

Considerando que ainda não estamos trabalhando com fixação de metas de desempenho, foi sugerido à CPLAN, através de e-mail encaminhado em 19/03/2021, a exclusão de todo o 3o Ciclo Avaliativo (etapas 12 a 18 da Ficha do Indicador) do cálculo do indicador.

Importante esclarecer que a ficha trata da implementação da Gestão por Competências e o 3º ciclo trata de gestão de desempenho que está “descolado” do objetivo principal dela.

Na proposta apresentada à CPLAN, através do protocolo SEI 2019.0.000048248-0, foi sugerida, também, alteração nas metas ::

1. Retirando-se as etapas 12 a 18 do cálculo do indicador (o Total de etapas planejadas - TEPIGC seria 11 em vez de 18), mantendo-se a meta em 100% ou
2. Fixando-se a meta para 2021 em 55%

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Está em fase final de execução o levantamento das competências técnicas, na STI,, através da realização de curso na modalidade a distância.

Em paralelo foi realizado o curso “Comunicação Assertiva para Líderes”, onde participaram todos os gestores da STI. O curso teve por objetivo capacitar os gestores no processo de “dar feedback”.

Após a finalização do levantamento de competências técnicas, o sistema de gestão por competências será alimentado com essas informações e, em seguida, realizado o ciclo de avaliação por competências.

Houve suspensão do trabalho presencial e remoto no período de 26/03 a 04/04/2021 (Aviso GP nº 12/2021), o que atrasou o levantamento das competências técnicas.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência é que este indicador melhore, pois após o levantamento das competências técnicas, será realizado o ciclo de avaliação por competências, feedback / elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual, e identificação das lacunas de competências com vistas ao desenvolvimento de competências comportamentais e técnicas para o PAC.

Ademais, caso seja aprovada a alteração da ficha, conforme proposto (2019.0.000048248-0) haverá melhoras no indicador.

A autonomia do servidor Marcos Xavier, que está mais focado na operacionalização da implementação, contribuirá para melhorar o desempenho do objetivo.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Ter servidores dedicados a esta atividade, exclusivamente ao menos nesta primeira implantação, desconcentrando das atividades gerenciais.

Como dito anteriormente, foi sugerida alteração na ficha do indicador que, caso aprovada, permitirá melhorar o desempenho desse objetivo.

Riscos associados ao objetivo

Os riscos estão relacionados a impossibilidade de dedicação exclusiva destes servidores o que pode acarretar atraso nas entregas.

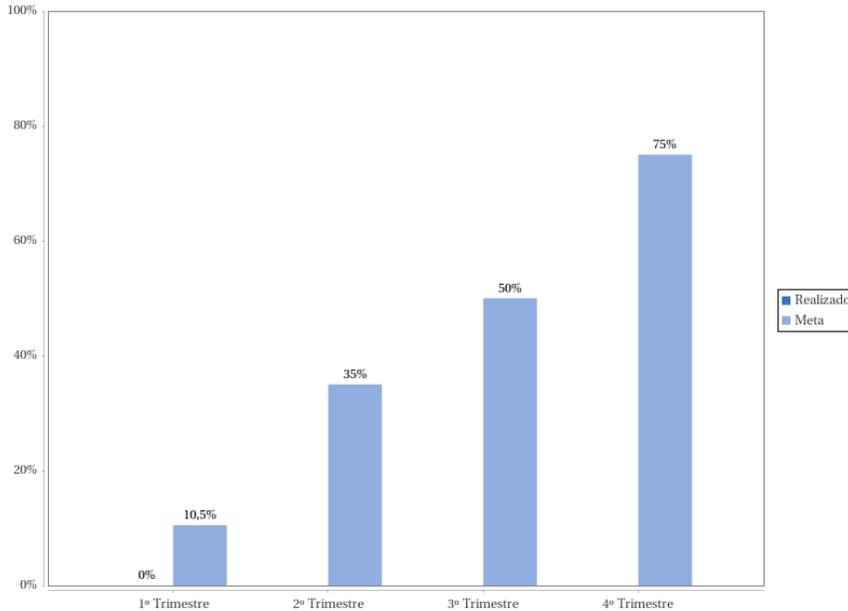
Atualmente, existem dois servidores atuando na implantação da Gestão de Competências e que estão acompanhando todo o processo de levantamento de competências, inserção no sistema e, nas próximas etapas. Caso haja algum afastamento não previsto de um desses servidores, poderá haver atraso nas entregas.

IA 50 - Índice de aderência do PAC à estratégia

Insatisfatório

Desempenho do Período: 0,00%

Resultados Acumulados em 2021



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEDCOR.

Análise de contexto

No primeiro trimestre não se teve o orçamento de capacitação completo por que o orçamento da União ainda não havia sido votado. Quando este fato ocorre, é liberado apenas um doze avos do orçamento a cada mês. O primeiro treinamento vinculado à estratégia escolhido para ser realizado tem um custo total que equivale a mais de três doze avos. Desse modo, ele não pôde ser totalmente executado no primeiro trimestre. Trata-se de evento composto de 10 workshops. Os 4 primeiros workshops já foram contratados, os 6 restantes estão em processo de contratação.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Nenhum treinamento vinculado à estratégia foi inteiramente realizado no primeiro trimestre.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

O Orçamento da União foi votado no Congresso Nacional mas ainda depende da sanção do Presidente da República. Assim que o orçamento de capacitação seja integralmente liberado, será dada prioridade à contratação dos treinamentos vinculados à estratégia.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Organizar um cronograma de cursos no primeiro trimestre que inclua treinamentos vinculados à estratégia que possam ser realizados com um doze avos do orçamento, para o caso de ocorrer o que aconteceu este ano, ou seja, o Orçamento da União não ter sido votado no Congresso Nacional.

Riscos associados ao objetivo

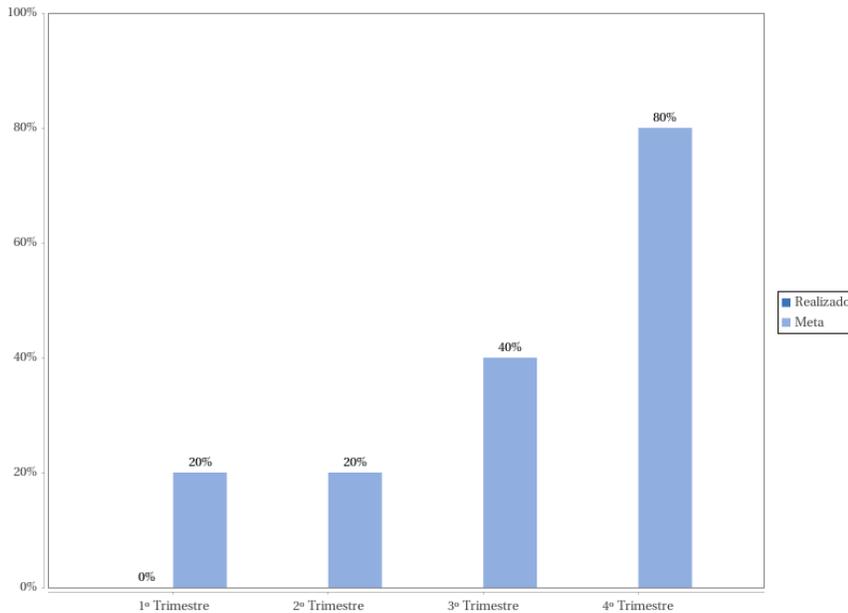
1) O fato do Orçamento da União não ter sido sancionado pelo Presidente da República; 2) A equipe reduzida que atualmente compõe a SEDCOR.

IA 51 - Índice de conhecimento eleitoral básico

Insatisfatório

Desempenho do Período: 0,00%

Resultados Acumulados em 2021



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEDCOR.

Análise de contexto

O desempenho é dificultado pela pandemia de Covid - 19 o que acarreta no trabalho realizado de casa associado á equipe reduzida da SEDCOR (duas pessoas)

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Foi realizado levantamento do conteúdo existente nos sites do TSE e outros TRE's como etapa anterior à elaboração da matriz básica de conhecimento eleitoral. No momento a matriz está sendo produzida.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

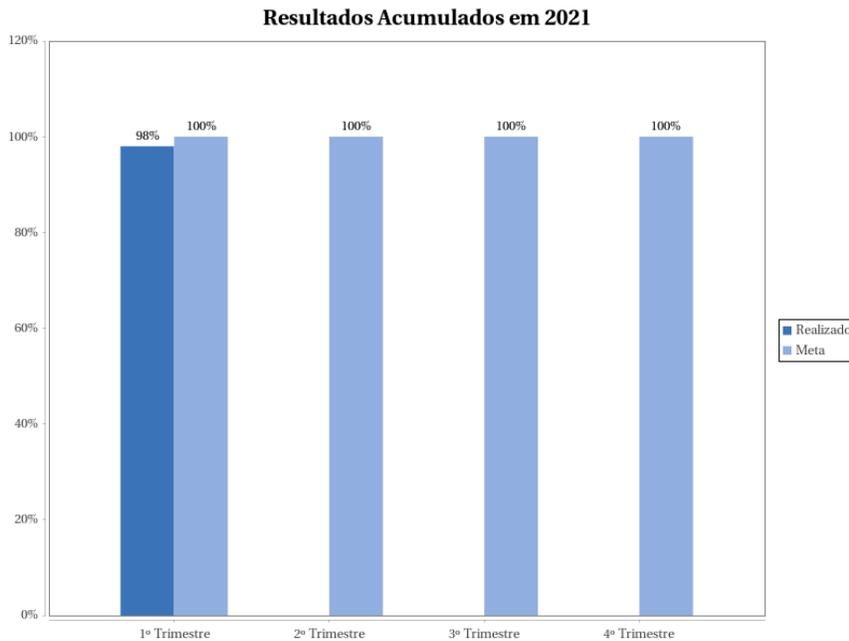
A finalização da matriz básica de conhecimento eleitoral e colocá-la à disposição dos servidores. Realizar trabalho de divulgação da matriz para que os servidores efetivamente participem do treinamento.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Com a conclusão da matriz ela será oferecida em turmas regulares, por meio de plataforma de ensino à distância, para que, gradativamente, um número cada vez maior de servidores participe do treinamento.

Riscos associados ao objetivo

O pequeno número de servidores da SEDCOR pode diminuir o número de ofertas de turmas e também fazer com que as turmas oferecidas sejam menores do que as planejadas inicialmente. Isto é explicado pelo fato de que uma turma de ensino à distância gera uma grande demanda de trabalho na parte operacional do treinamento como, por exemplo, retirar dúvidas sobre acesso à plataforma, sobre acesso à nota final, sobre se há necessidade de pedir averbação de horas para adicional de qualificação, etc.

IE 19 - Índice de desenvolvimento da liderança**Satisfatório****Desempenho do Período: 98,00%****Responsável: CDESC.****Análise de contexto**

No primeiro trimestre não se teve o orçamento de capacitação completo tendo em vista que o orçamento da União só foi votado no final de março/2021. No período Jan/Março foi sendo liberado o valor correspondente a 1/12 do valor total do orçamento de capacitação. O primeiro treinamento vinculado à estratégia escolhido para ser realizado, com vistas a elaboração do Planejamento Estratégico do TRE/RJ, teve um custo elevado que consumiu grande parte desse orçamento.

Foi sugerida através do processo SEI 2020.0.000031437-2, proposta de alteração na ficha do indicador IA 53, que está sendo analisada pela SGP.

Sugestão: IA 53 - 2º tri - 35% 4º tri - 70%

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Estão previstos 4 cursos no Eixo Gerencial do PAC. Até o presente momento, foi realizado o curso “Comunicação Assertiva para Lideranças” que equivale a “Feedback e Elaboração de Plano de Desenvolvimento Individual” do PAC.

Os gestores e seus respectivos substitutos das coordenadorias e seções da SGP participaram do curso “Gestão das Ocupações Críticas Gerenciais – Turma SGP”, no ambiente EAD deste Tribunal, no período de 11 de agosto a 4 de setembro de 2020, cujas atividades de aprendizagem foram as entregas da Matriz de Versatilidade, questionário para complementação da análise e o respectivo Plano de ação para redução da criticidade das ocupações gerenciais de cada unidade. Das 17 unidades participantes, 14 (82%) fizeram as entregas solicitadas ao final de cada módulo.

Foi elaborado o relatório consolidado das ocupações críticas das unidades da SGP, e respectivos planos de ação.

Após consolidação dos planos de ação foi verificado que mais de 75% das 107 ações propostas são iniciativas da própria unidade incentivando a transferência de conhecimento e experiência entre os servidores.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência é de melhora do indicador no próximo período devido a liberação do orçamento de capacitação. Ademais, será dado maior foco a execução dos cursos previstos no eixo gerencial do PAC.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

a) acompanhamento do PAC, especialmente do eixo gerencial, após liberação de orçamento

Riscos associados ao objetivo

Indisponibilidade dos gestores para participação nas ações de capacitação gerenciais devido a afastamentos e simultaneidade de participação na elaboração do Planejamento Estratégico do Tribunal, que somente estará concluído ao final de junho/2021.

Assim, deve-se focar nos gestores que não estejam envolvidos no Planejamento Estratégico

Número de servidores insuficiente na SEDCOR que possuem competências para utilização do ambiente virtual de aprendizagem e desenvolvimento de ações de educação para EAD.

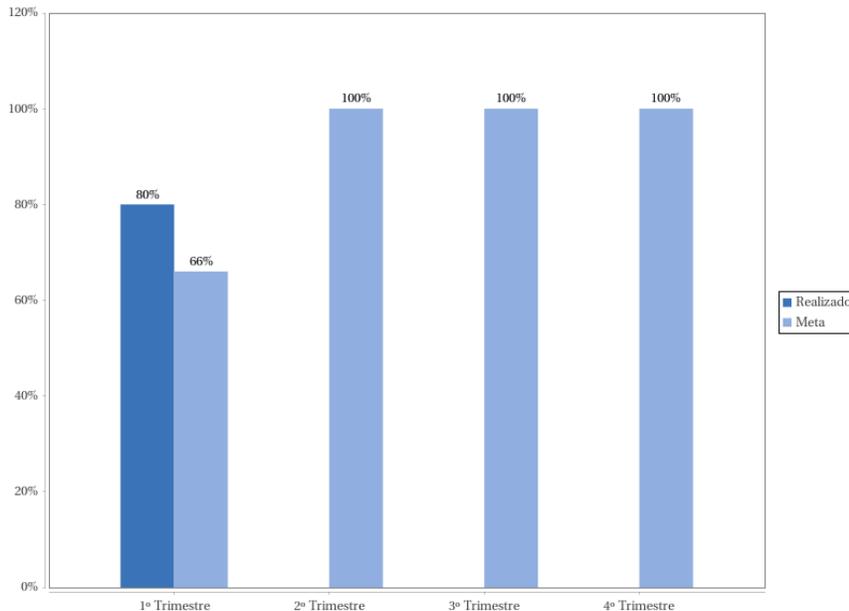
Corte no orçamento, o que poderá comprometer a execução dos cursos previstos no PAC.

IA 54A - Índice de implantação da gestão das ocupações críticas gerenciais

Satisfatório

Desempenho do Período: 121,21%

Resultados Acumulados em 2021



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CDESC.

Análise de contexto

Em um cenário de aumento crescente do número de aposentadorias, de contenção orçamentária, com consequente dificuldade de recomposição dos quadros de lotação, assim como dos desafios de formação e de retenção de talentos, o planejamento da força de trabalho torna-se imprescindível para que se possa manter a continuidade dos serviços, através da identificação das ocupações críticas gerenciais, para a redução das lacunas de competências.

A etapa de levantamento de criticidade das ocupações críticas foi realizada concomitantemente, com o DFT da SGP, o que acarretou dificuldades e demora nesse processo.

Após a realização do curso de Ocupações Críticas, foram realizadas as etapas de elaboração do relatório e planos de ação.

Importante mencionar que, futuramente, a Gestão por Competências irá abranger e incorporar as ocupações críticas, visto que o objetivo é identificar as lacunas de competências de servidores que poderão atuar como sucessores dos gestores nas respectivas unidades.

Foi sugerido, através de e-mail encaminhado à CPLAN em 19/03/2021, alteração das metas do indicador. A sugestão de alteração da ficha está tramitando no protocolo SEI 2020.0.000001829-3

IA 54A - 1ª tri - 66% 2ª tri - 100%

O processo 2020.0.000001829-3 está sendo analisado pela SGP.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Os gestores e seus respectivos substitutos das coordenadorias e seções da SGP participaram do curso “Gestão das Ocupações Críticas Gerenciais – Turma SGP”, no ambiente EAD deste Tribunal, no período de 11 de agosto a 4 de setembro de 2020, cujas atividades de aprendizagem foram as entregas da Matriz de Versatilidade, questionário para complementação da análise e o respectivo Plano de ação para redução da criticidade das ocupações gerenciais de cada unidade. Das 17 unidades participantes, 14 (82%) fizeram as entregas solicitadas ao final de cada módulo.

Foi elaborado o relatório consolidado das ocupações críticas das unidades da SGP, e respectivos planos de ação.

Após consolidação dos planos de ação foi verificado que mais de 75% das 107 ações propostas são iniciativas da própria da unidade incentivando a transferência de conhecimento e experiência entre os servidores.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

O indicador teve uma relevante melhoria, no último período, tendo sido executadas 4 das 5 etapas previstas, até a presente data.

A implementação da GPC está sendo realizada na STI. Ocupações críticas foi realizada na SGP.

Após a última entrega - etapa 5 - (ficha do indicador), que está prevista para final de junho, será realizada inversão dessas implementações. A STI fará análise das ocupações críticas e será implementada a GPC na SGP, o que trará melhor bagagem de conhecimentos para a implementação desses projetos nas demais unidades do Tribunal.

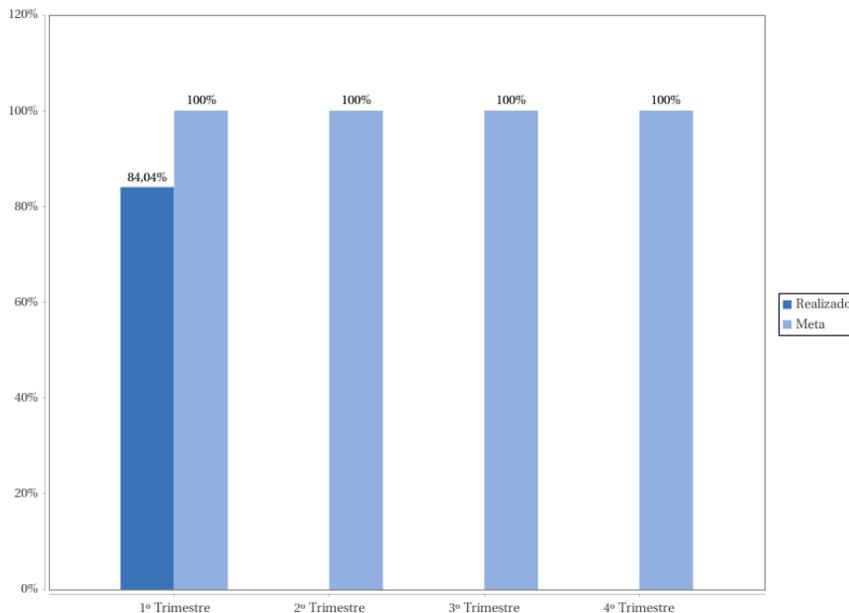
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Resta a conclusão da etapa 5, da ficha do indicador, que trata da apresentação de proposta de ficha de indicador de resultado de gestão de ocupações críticas gerenciais. Considerando que está em fase de elaboração do Planejamento Estratégico do TRE – 2021/2026, a etapa 5 está prevista para ser concluída em junho/2021, a fim de que seja melhor estudada durante esse processo.

Riscos associados ao objetivo

O riscos estão relacionados a impossibilidade de dedicação exclusiva de servidores para execução da última etapa, considerando a equipe reduzida e envolvida em outros projetos igualmente relevantes.

Atualmente, existem dois servidores atuando no projeto de ocupações críticas. Caso haja algum afastamento não previsto de um desses servidores, poderá haver atraso nas entregas.

OE 08 - Fortalecer a governança institucional**Atenção****Desempenho do Período: 84,04%****Resultados Acumulados em 2021****Responsável: GABPRE.****Análise de contexto**

Com índice de 84,04% ao final do primeiro trimestre de 2021, o objetivo apresentou desempenho superior ao alcançado ao final do quarto trimestre de 2021 (74,98%) e àquele observado no mesmo período de 2020, quando atingiu 75,42%.

O OE 08 é calculado a partir do desempenho dos 4 (quatro) indicadores estratégicos, a seguir relacionados:

IE 21 - Índice de gestão participativa – 94,25% (medição semestral)

IE 22 - Índice de estruturação do mecanismo de liderança – 91,85% (medição semestral)

IE 23 - Índice de execução e monitoramento da estratégia – 66,67% (medição trimestral)

IE 24 - Índice de adequação do mecanismo de controle – 86,99% (medição trimestral)

Depreende-se dos resultados aferidos neste primeiro trimestre de 2021 que os dois indicadores passíveis de medição, isto é, IE 23 e IE 24, apresentaram desempenhos superiores aos observados no final de 2020, impactando positivamente, portanto, sobre o OE 08.

Embora com desempenho ainda insatisfatório, o IE 23 teve uma evolução de 21,25 pontos percentuais em relação à última medição. Em que pese o desempenho insatisfatório, este se iguala ao melhor já obtido em um primeiro trimestre, qual seja o de 2018 (66,67%). Em 2019, atingiu-se 43,88% e, em 2020, 33,33%.

Destaca-se que o IE 23 foi severamente influenciado pelo índice de execução das iniciativas estratégicas, objeto do IA 62, que teve desempenho de 0%. As Reuniões de Análise da Estratégia e de Análise Crítica, medidos, respectivamente, pelos IA 63 e IA 64, tiveram desempenhos superiores a 100%.

Com relação às iniciativas estratégicas, aponta-se como fator preponderante para o baixo desempenho a redução da composição do portfólio de projetos estratégicos, por conta da revisão ocorrida durante o 2º trimestre de 2020, o que dá um peso maior para cada etapa prevista para execução, em relação ao conjunto total de etapas para todas as iniciativas estratégicas. Ressalta-se, contudo, que mesmo com as condições desfavoráveis para execução, dos 16 projetos componentes do PDE 2020-2021, em vigor, alguns foram concluídos no ano passado e outros foram sobrestados/cancelados, restando portanto apenas 4 em execução efetiva no final deste trimestre sob análise.

O IE 24 passou do status de insatisfatório para o de atenção, com evolução de 13,46 pontos percentuais em relação ao quarto trimestre de 2020. O melhor desempenho do indicador pode ser atribuído à evolução do IA 66 (Índice de processos críticos monitorados), único, dos 4 indicadores de apoio ativos que integram o IE 24, com medição trimestral.

Muito embora não tenha havido incremento do número de processos críticos monitorados em relação ao último período de medição (dos 8 processos críticos, 4 permanecem em monitoramento), o melhor desempenho do IA 66 é atribuído à revisão e redução das metas para o ano de 2021, ante a conclusão de que estavam superdimensionadas.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

1. Elaboração, pelo CPETI, da minuta do Plano de Ação de divulgação e promoção do conhecimento do Código de Ética, a qual está sendo analisada no âmbito do GABPRE (IE 22)

2. Realização tempestiva da 1ª RAE de 2021, em 26/02, e aprovação pelo CGE, na mesma ocasião, do calendário de todas as RAEs do ano, sendo uma boa prática para o desempenho positivo do indicador. (IE 23)

3. Aprovação pelo CGE na 1ª RAE de 2021 (26/02) da implantação da Reunião de Análise Crítica (RAC) na EJE no 1º semestre de 2021. (IE 23)

4. Aprovação pelo CGE na 1ª RAE de 2021 (26/02) de deliberação no sentido que as unidades com RAC implementada realizassem, até o dia 12/03, a reunião por videoconferência e publicassem o respectivo Plano de Ação no Portal da Estratégia na Intranet do TRE-RJ.

5. Publicação dos Boletins de Processo, no Portal da Estratégia, de todos os processos monitorados pelo menos duas vezes, bem como seu desempenho avaliado. Todavia, não houve a medição dos indicadores quanto aos processos "Monitorar a Execução Orçamentária" e "Fiscalizar a Propaganda Eleitoral".

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Estima-se que haja melhor desempenho do objetivo estratégico no próximo período, considerando os seguintes aspectos:

Em relação ao IE 21 (Índice de gestão participativa), estima-se melhora do desempenho do indicador em razão das últimas deliberações do CGE sobre a disponibilização de Atas e Relatórios no submenu "Comissões" do Menu "Transparência", na Internet, e sobre o melhor controle dos trabalhos desenvolvidos pelas Comissões. Associa-se a essa tendência, o trabalho que vem sendo realizado para criar e manter um padrão mínimo de conteúdos sobre as Comissões no Portal da Transparência e a publicação do normativo do CNJ que trata do Ranking da Transparência, ocasião em que, costumeiramente, há um esforço adicional por parte das diversas unidades no sentido de revisar os conteúdos do Portal deste Tribunal na Internet.

No que se refere ao IE 22 (Índice de estruturação do mecanismo de liderança), acredita-se que o Plano de Trabalho destinado a divulgar e promover o Código de Ética esteja publicado até o final do segundo trimestre deste ano, o que contribuirá para o melhor desempenho do indicador.

Quanto ao IE 23 (Índice de execução e monitoramento da estratégia), acredita-se que se mantenha estável. A depender das novas diretrizes que serão estabelecidas por ocasião da revisão do atual Plano Estratégico em relação às iniciativas estratégicas, existe a possibilidade de efeitos sobre ao indicador IA 62. Por outro lado, considerando a deliberação sobre a implementação da RAC na EJE no primeiro semestre de 2021, estima-se o melhor desempenho do IA 64 a partir da próxima medição do indicador. No que tange ao IE 24, a finalização do projetos de melhoria do processo "Julgar Prestação de Contas", que apresenta ligeiro atraso no momento, e a realização do projeto de melhoria "Registrar Candidatos" indicam tendência de elevação do IA 66 nos próximos períodos de medição.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

1. Elaboração de cronograma de implementação da RAC no 2º semestre e submissão à aprovação do CGE na 2ª RAE de 2021.

2. Permanência da realização das RAEs por meio de videoconferência enquanto não for possível reunir presencialmente todos os integrantes do CGE e convidados da reunião em um mesmo ambiente, devido ao cenário de distanciamento social imposto pela pandemia de Covid-19.

3. Reforço do prazo para as unidades publicarem seus respectivos planos de ação da RAC no Portal da Estratégia na Intranet do TRE-RJ.

Riscos associados ao objetivo

1. Agravamento da pandemia e da situação de distanciamento social, o que pode impedir a retomada das iniciativas correntemente suspensas ou provocar a paralisação de outras iniciativas estratégicas.

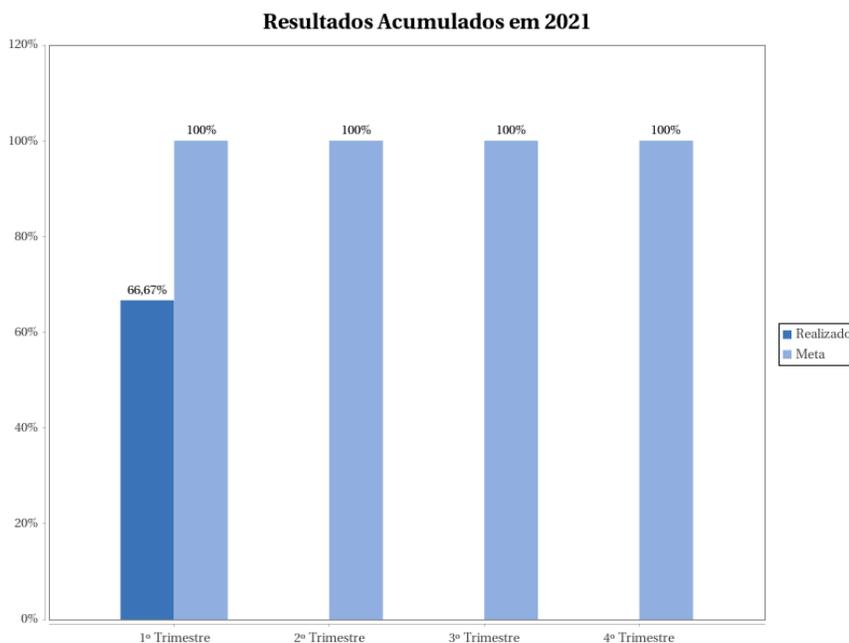
2. Oportunidade decorrente do fato de que os gerentes dos projetos iniciados na última metade do exercício de 2020 possivelmente estarão mais familiarizados com a metodologia e outros aspectos do gerenciamento de projetos envolvidos, conseguindo dessa forma fazer os ajustes de maneira mais precisa para conseguir sucesso na execução das etapas previstas.

3. Risco de permanência das regras de distanciamento social, implicando: na permanência do desafio para as unidades com RAC implementada estruturarem as reuniões num ambiente virtual, através de videoconferência, aliado ao fato de que o processo da RAC é relativamente novo; em dificuldades ainda mais significativas para a implementação das RACs nas demais unidades.

IE 23 - Índice de execução e monitoramento da estratégia

Insatisfatório

Desempenho do Período: 66,67%



Responsável: CPLAN.

Análise de contexto

O indicador estratégico IE 23 (Índice de execução e monitoramento da estratégia) registrou 66,67% de alcance da meta estabelecida para o 1º trimestre de 2021, atingindo resultado insatisfatório no período.

Os indicadores de apoio do IE 23 tiveram o seguinte desempenho no período:

IA 62 (Índice de execução das iniciativas estratégicas) – 0% (Insatisfatório)

IA 63 (Índice de aderência de realização das Reuniões de Análise da Estratégia) - 100% (Satisfatório)

IA 64 (Índice de realização de Reuniões de Análise Crítica) – 128,27% (Satisfatório)

Em que pese o desempenho insatisfatório, este se iguala ao melhor já obtido em um primeiro trimestre, qual seja o de 2018 (66,67%). Em 2019, atingiu-se 43,88% e, em 2020, 33,33%. Ademais, o desempenho alcançado neste trimestre supera todos os percentuais trimestrais atingidos em 2020 (1º trim. - 33,33%, 2º trim. - 39,31%, 3º trim. - 49,48%, 4º trim. 45,42%).

Com relação às iniciativas estratégicas, o resultado e desempenho nulos do IA 62 repetem a performance obtida no 1º trimestre de 2020, exercício em que o indicador já havia demonstrado níveis críticos de desempenho. A SEDINE, unidade responsável pela análise do IA 62, aponta como fator preponderante para tanto a redução da composição do portfólio de projetos estratégico, por conta da revisão ocorrida durante o 2º trimestre de 2020, o que dá um peso maior para cada etapa prevista para execução, em relação ao conjunto total de etapas para todas as iniciativas estratégicas, e ressalta que, mesmo com as condições desfavoráveis para execução, dos 16 projetos componentes do PDE 2020-2021, em vigor, alguns foram concluídos no ano passado e outros foram sobrestados/cancelados, restando portanto apenas 4 em execução efetiva no final deste trimestre sob análise.

Em relação às RAEs, cabe registrar que a 1ª RAE de 2021 foi realizada tempestivamente em 26/02, tendo o IA 63 alcançado, portanto, 100% de desempenho no período em análise. Na 1ª RAE 2019, que avaliou o resultado do 4º trimestre de 2018, foi aprovada a proposta de dispensa de análise para indicadores que tenham aferido desempenho satisfatório no trimestre e estejam com o status de indicadores controlados. O IA 63 apresenta resultado e desempenho de 100% desde o 1º trimestre de 2020 tendo atingido o status de "indicador controlado" e, portanto, sendo dispensado de análise.

Com relação às RACs, repise-se que o IA 64 foi profundamente afetado pelo cenário atípico decorrente da pandemia ao longo de 2020. A mudança do cenário presencial para o virtual, a dificuldade de implantar um novo processo no contexto de distanciamento social e de eleições fora de época, e a suspensão do cronograma de implantação de RACs em novas unidades,

conforme deliberado na 2ª RAE (29/05/2020), implicaram em desempenho praticamente nulo do indicador ao longo do ano. O resultado de 25% no 1º trimestre de 2021, que deu azo ao desempenho de 128,27%, demonstra que as ações planejadas para a retomada da realização das RACs em 2021 já dão sinais de efetividade. Cabe notar que o indicador é aferido com base no quantitativo de planos de ação publicados no prazo no Portal da Estratégia. Foram 3 neste período (DG, SAU e SGP), de um total de 12 unidades, porém a SSG e a STI também realizaram suas RACs, apesar de terem publicado seus respectivos planos de ação após o prazo, por essa razão não convertendo para o indicador.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

1. Manutenção do contato da SEDINE, mesmo que de modo virtual, com os gerentes de projetos que tinham atividades previstas no período, a fim de dar o suporte possível no que fosse necessário para uma condução mais efetiva das iniciativas, diante das limitações impostas. Considerando-se o impacto do trimestre anterior, por força do calendário eleitoral, muitas etapas previstas foram concluídas no final do ano passado, restando apenas aquelas que ainda têm um horizonte de execução para este ano, quando o portfólio de projetos deve ser revisado, em função do novo Planejamento Estratégico que está em processo de construção.

2. Realização no 1º trimestre de 2021 de capacitação básica em Gestão de Projetos, dentre os servidores que já assumiram ou estão em vias de assumir a gerência de novos projetos estratégicos, elevando a qualidade do capital humano potencial para o exercício de atividades dessa natureza.

3. Realização tempestiva da 1ª RAE de 2021 em 26/02.

4. Aprovação pelo CGE na 1ª RAE de 2021 (26/02) do calendário de todas as RAEs do ano, sendo uma boa prática para o desempenho positivo do indicador.

5. Aprovação pelo CGE na 1ª RAE de 2021 (26/02) da implantação da Reunião de Análise Crítica (RAC) na EJE no 1º semestre de 2021. Dessa forma, no 2º trimestre, a RAC estará implementada em sete unidades (58% do total de doze), aumentando a possibilidade de melhora do desempenho do IA 64, a partir da próxima medição do indicador.

6. Aprovação pelo CGE na 1ª RAE de 2021 (26/02) de deliberação no sentido que as unidades com RAC implementada realizassem, até o dia 12/03, a reunião por videoconferência e publicassem o respectivo Plano de Ação no Portal da Estratégia na Intranet do TRE-RJ.

7. Elaboração do Plano de Retomada das RACs 2021, em cumprimento a deliberação aprovada na 4ª RAE de 2020, conforme registrado no processo SEI 2021.0.000003013-3, e execução das seguintes ações previstas no plano:

7.1. Realização de reunião no dia 02/03 com os assistentes de planejamento ou representantes da SAU, SSG, SGP e STI, com o objetivo de relembrar as principais informações sobre o processo e, principalmente, estimular a troca de experiência entre as unidades com RACs já implementadas.

7.2. Reformulação da estrutura e do design do Roteiro da RAC, com o intuito de servir como guia rápido e de fácil localização de informações. Com destaque para "dicas" e redação objetiva e direta, além de seção específica para divulgar "boas práticas". Os participantes da reunião mencionada acima receberam o roteiro no dia do encontro. Dessa forma, espera-se que o Roteiro reformulado possa ser um documento que efetivamente auxilie as unidades nas suas respectivas RACs.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Sobre o IA 62, o cenário de contenção causado pela pandemia, ainda que influenciado por conta de avanços nos protocolos sanitários e imunização de parte da população através de um programa de vacinação, não apresentou uma melhora significativa que pudesse se refletir objetivamente na execução dos projetos. Entretanto, como fruto das ações de capacitação para os Assistentes de Grandes Projetos e gerentes das iniciativas mais novas, espera-se que estes possam ter maior familiaridade com o uso da metodologia e documentos usados no gerenciamento de projetos do TRE-RJ, além de um acompanhamento metodológico mais constante naquelas iniciativas há mais tempo em curso. Acrescente-se a isso a própria revisão do Planejamento Estratégico para o TRE-RJ, que está em curso, que deverá provocar a construção de um novo portfólio de projetos estratégicos nos próximos meses, com etapas que terão impacto no indicador em questão .

Em relação ao IA 63, e a tendência é que em 2021 o indicador permaneça alcançando 100% de desempenho.

Em relação ao IA 64, o principal desafio a ser enfrentado nos próximos seis meses é a publicação do Plano de Ação dentro do prazo estabelecido porque, das cinco unidades que realizaram a RAC no 1º trimestre, apenas três foram contabilizadas para efeito do indicador devido a não publicação do Plano de Ação das outras duas dentro do prazo. Se, no 2º trimestre, ao menos quatro unidades realizarem a RAC e publicarem o respectivo plano de ação dentro do prazo, o resultado do IA 64 será de 33,33% (4/12), ficando acima da meta de 29,23% estabelecida para o período. Logo, a tendência é que, com o reforço dos prazos de publicação, esse

resultado seja atingido. Cabe ainda acrescentar a previsão de implementação da RAC na EJE que também contribuirá para que o desempenho do indicador permaneça satisfatório.

Ante o exposto, são esperadas melhorias de desempenho para o IE 23 nos próximos 6 meses.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

1. Elaboração de cronograma de implementação da RAC no 2º semestre e submissão à aprovação do CGE na 2ª RAE de 2021.

2. Permanência da realização das RAEs por meio de videoconferência enquanto não for possível reunir presencialmente todos os integrantes do CGE e convidados da reunião em um mesmo ambiente, devido ao cenário de distanciamento social imposto pela pandemia de Covid-19.

3. Reforço do prazo para as unidades publicarem seus respectivos planos de ação da RAC no Portal da Estratégia na Intranet do TRE-RJ.

Riscos associados ao objetivo

1. Agravamento da pandemia e da situação de distanciamento social, o que pode impedir a retomada das iniciativas correntemente suspensas ou provocar a paralisação de outras iniciativas estratégicas.

2. Não haver um mínimo arrefecimento do distanciamento social a partir do 2º semestre 2021, em decorrência de atrasos na disponibilização de vacinação à população, frustrando até mesmo o cenário mais conservador admitido para a retomada de projetos importantes.

3. Oportunidade decorrente do fato de que os gerentes dos projetos iniciados na última metade do exercício de 2020 possivelmente estarão mais familiarizados com a metodologia e outros aspectos do gerenciamento de projetos envolvidos, conseguindo dessa forma fazer os ajustes de maneira mais precisa para conseguir sucesso na execução das etapas previstas.

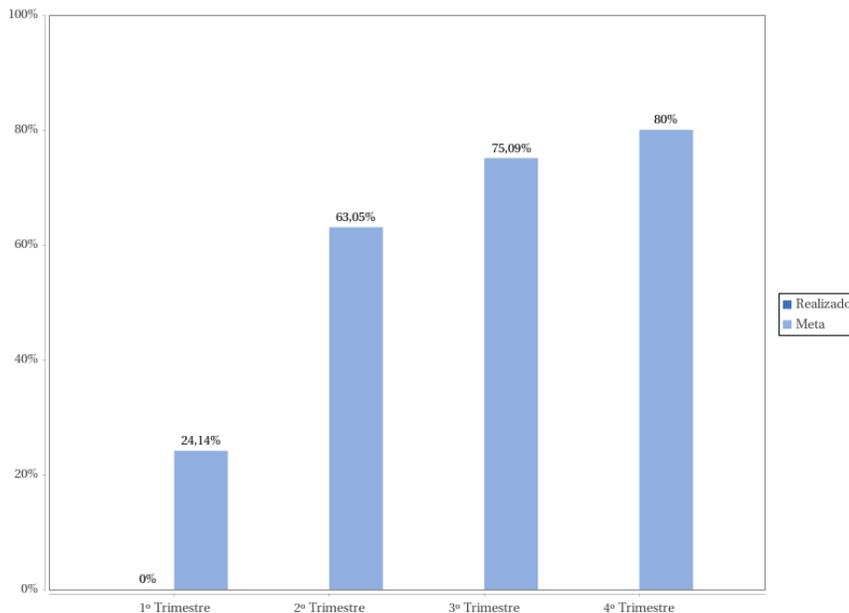
4. Risco de permanência das regras de distanciamento social, implicando: na permanência do desafio para as unidades com RAC implementada estruturarem as reuniões num ambiente virtual, através de videoconferência, aliado ao fato de que o processo da RAC é relativamente novo; em dificuldades ainda mais significativas para a implementação das RACs nas demais unidades.

IA 62 - Índice de execução das iniciativas estratégicas

Insatisfatório

Desempenho do Período: 0,00%

Resultados Acumulados em 2021



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEDINE.

Análise de contexto

O resultado para o trimestre foi nulo (0%), o que ficou 24,14% distante da meta a ser atingida, que seria de 24,14% para o período. Isto evidenciou um decréscimo de 22,45 pontos percentuais em relação ao trimestre anterior, confirmando o grau de insatisfatório para o resultado, em termos gerais de apuração. Se for estabelecida uma comparação com o mesmo período de 2020, quando ainda não havia o contexto integral de pandemia causada pela Covid 19, o índice fica idêntico ao que foi obtido naquele trimestre (0%), indicando que não houve evolução na comparação com trimestre daquele ano. Contudo, é preciso levar em conta que a composição do portfólio de projetos estratégicos encontra-se reduzida, por conta da revisão ocorrida durante o 2º trimestre de 2020, o que dá um peso maior para cada etapa prevista para execução, em relação ao conjunto total de etapas para todas as iniciativas estratégicas. Ressalte-se que mesmo com as condições desfavoráveis para execução, dos 16 projetos componentes do PDE 2020-2021, em vigor, alguns foram concluídos no ano passado e outros foram sobrestados/cancelados, restando portanto apenas 4 em execução efetiva no final deste trimestre sob análise.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Mesmo com as restrições de mobilidade decorrentes do cenário de pandemia, A SEDINE tem procurado manter o contato com os gerentes de projeto, mesmo que de modo virtual, a fim de dar o suporte possível no que for necessário para uma condução mais efetiva das iniciativas, diante das limitações impostas. Considerando-se o impacto do trimestre anterior, por força do calendário eleitoral, muitas etapas previstas foram concluídas no final do ano passado, restando apenas aquelas que ainda têm um horizonte de execução para este ano, quando o portfólio de projetos deve ser revisado, em função do novo Planejamento Estratégico que está em processo de construção. Há que se destacar, mesmo com as dificuldades orçamentárias, que foi possível realizar neste trimestre uma capacitação básica em Gestão de Projetos, dentre os servidores que já assumiram ou estão em vias de assumir a gerência de novos projetos estratégicos, elevando a qualidade do capital humano potencial para o exercício de atividades dessa natureza.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

O cenário de contenção causado pela pandemia, ainda que influenciado por conta de avanços nos protocolos sanitários e imunização de parte da população através de um programa de vacinação, não apresentou uma melhora significativa que pudesse se

refletir objetivamente na execução dos projetos. Entretanto, como fruto das ações de capacitação para os Assistentes de projetos e gerentes das iniciativas mais novas, espera-se que estes possam ter maior familiaridade com o uso da metodologia e documentos usados no gerenciamento de projetos do TRE-RJ, além de um acompanhamento metodológico mais constante naquelas iniciativas há mais tempo em curso. Acrescente-se a isso a própria revisão do Planejamento Estratégico para o TRE-RJ, que está em curso, que deverá provocar a construção de um novo portfólio de projetos estratégicos nos próximos meses, com etapas que terão impacto no indicador em questão .

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Qualquer proposta de melhoria para o desempenho do IA 62 passa por uma gestão mais efetiva de cada uma das etapas previstas nos projetos componentes do Portfólio Estratégico do TRE -RJ. Isto pode ser conseguido por meio de ações regulares de capacitação para os Assistentes de projetos e gerentes das iniciativas mais novas, tanto em nível básico como avançado, para que estes possam ter maior familiaridade com o uso da metodologia e documentos usados no gerenciamento de projetos do TRE-RJ .

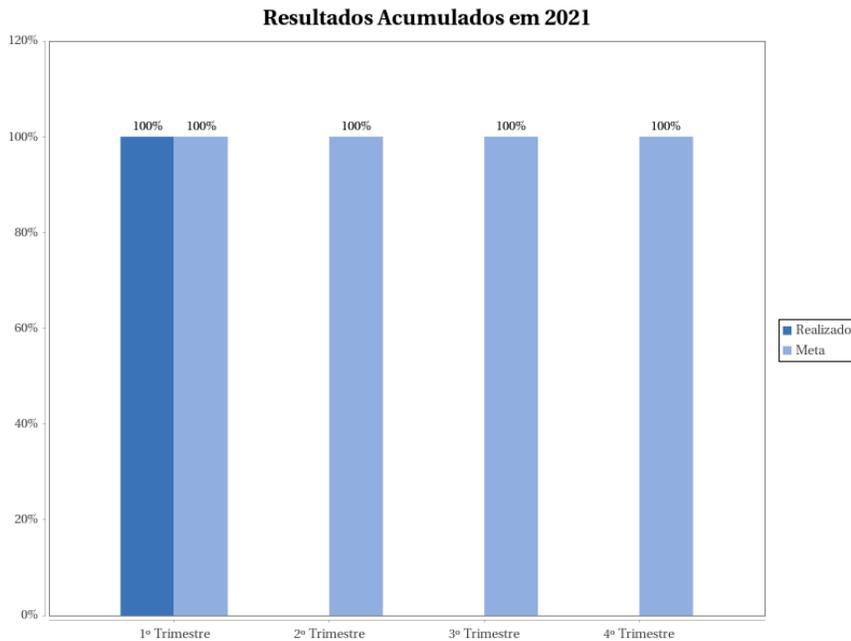
Riscos associados ao objetivo

Como houve alteração negativa no cenário externo, no que diz respeito aos condicionantes sobre mobilidade e segurança sanitária, em função de uma piora no controle da pandemia Covid-19, o ambiente de riscos associado ao indicador pode ficar mais desfavorável do que no contexto atual. Se for realizado um programa de vacinação de amplo espectro com maior extensão e regularidade, é possível que se possa retomar algumas iniciativas que estão paralisadas neste momento, o que certamente terá impacto no resultado do próximo trimestre, contribuindo positivamente para que se chegue mais próximo ou se alcance a meta prevista. Um outro risco, de natureza positiva, é o fato de que os gerentes de projetos iniciados recentemente, agora melhor capacitados, poderão estar mais familiarizados com a metodologia e outros aspectos do gerenciamento dos projetos envolvidos, conseguindo dessa forma fazer os ajustes para obter mais efetividade na execução das etapas previstas, com impacto positivo no indicador associado ao cumprimento das metas estabelecidas .

IA 63 - Índice de aderência de realização das Reuniões de Análise da Estratégia

Satisfatório

Desempenho do Período: 100,00%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEGEST.

Análise de contexto

Na 1ª RAE 2019, que avaliou o resultado do 4º trimestre de 2018, foi aprovada a proposta de dispensa de análise para indicadores que tenham aferido desempenho satisfatório no trimestre e estejam com o status de indicadores controlados.

O IA 63 apresenta resultado e desempenho de 100% desde o 1º trimestre de 2020 tendo atingido o status de "indicador controlado" e, portanto, sendo dispensado de análise.

Cabe registrar as seguintes considerações:

- Na 1º RAE de 2021, o CGE definiu o calendário de todas as RAEs do ano. Essa medida é uma boa prática para o cumprimento da realização das RAEs e consequente desempenho positivo do indicador.

- A tendência é que, no ano de 2021, o indicador permaneça alcançando 100% de desempenho.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

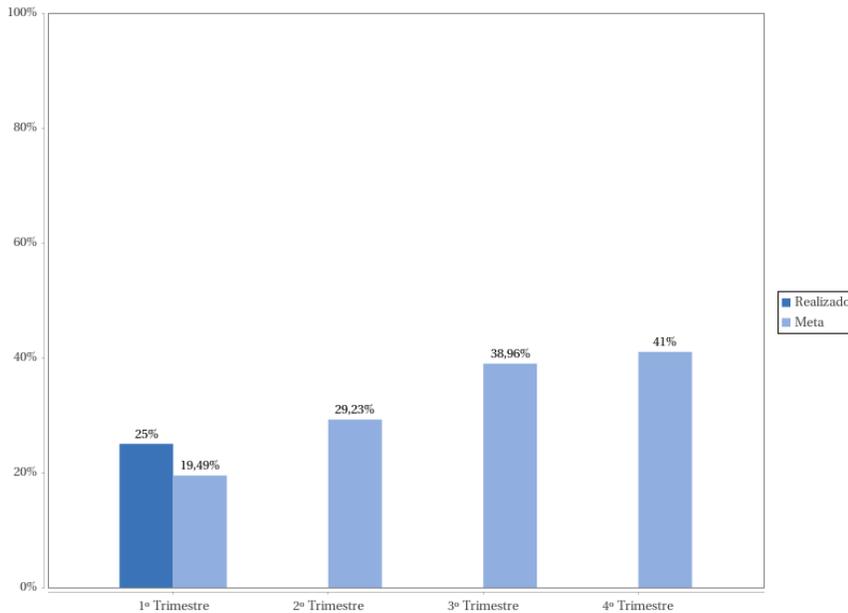
Riscos associados ao objetivo

IA 64 - Índice de realização de Reuniões de Análise Crítica

Satisfatório

Desempenho do Período: 128,27%

Resultados Acumulados em 2021



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEGEST.

Análise de contexto

Considerações Iniciais

A Reunião de Análise Crítica (RAC) tem por objetivo disseminar a estratégia no âmbito das diversas unidades e níveis hierárquicos, além de promover a gestão participativa. Dessa forma, com a realização sistemática das RACs, espera-se um maior alinhamento das áreas com o planejamento estratégico e uma melhor comunicação interna nos temas afetos à estratégia.

A periodicidade da RAC é trimestral, tendo como referência a ocorrência das RAEs (Reuniões de Análise da Estratégia). Portanto, cada unidade deve realizar um total de 4 RACs por ano. Para efeito deste indicador, considera-se um total de 12 unidades: PRES, VPCRE, EJE, COSOC, DG, SAD, SSG, STI, SJD, SGP, SAU, SOF.

O processo de realização das Reuniões de Análise Crítica (RAC) foi iniciado no segundo semestre de 2018, nas unidades DG (Diretoria-Geral) e SGP (Secretaria de Gestão de Pessoas). Em 2019, conforme cronograma elaborado pela Assessoria de Planejamento (atual CPLAN), ocorreu a implementação escalonada da RAC em mais 4 unidades:

SAU (Secretaria de Auditoria Interna), SSG (Secretaria de Manutenção e Serviços Gerais), STI (Secretaria de Tecnologia da Informação) e SAD (Secretaria de Administração). Análise de Contexto

Para efeito de cálculo do indicador, contabiliza-se a realização da RAC no período considerando a publicação no Portal da Estratégia do Plano de Ação resultante da RAC da unidade. Cabe registrar que, conforme deliberado na 4ª RAE de 2019 (25/11/2019), os prazos para realização das RACs e publicação do plano de ação resultante da reunião passaram a ser de 2 semanas após a RAE.

Tendo em vista que a 1ª RAE de 2021 foi realizada no dia 26/02, o prazo para a publicação do Plano de Ação era até o 12/03. As unidades DG, SAU e SGP publicaram seus respectivos Plano de Ação da RAC no Portal da Estratégia dentro do prazo, respectivamente, nos dias 12/03, 05/03 e 12/03. As unidades SSG e STI, embora tenham realizado a RAC, publicaram seus respectivos Planos de Ação no dia 16/03 e, portanto, após o prazo (12/03). Com isso, o indicador atingiu o resultado de 25,00%, ou seja, de um total de doze unidades, três realizaram a RAC e publicaram o Plano dentro do prazo. Considerando que a meta estipulada para o período era de 19,49%, o IA 64 alcançou 128,27% de desempenho no 1º trimestre de 2021.

Conforme previsto na última análise do IA 64, o indicador começou a apresentar sinais de melhor devido à execução das ações enumeradas no tópico seguinte. No período anterior, apenas a STI realizou a reunião e publicou o Plano de ação dentro do prazo. As demais unidades com RAC implementadas, além de não terem publicado o Plano de Ação, não realizaram a reunião. Dessa

forma, o resultado do indicador teve um aumento de aproximadamente 17 pontos percentuais, pois passou de 8,33% para 25%. Com relação ao mesmo período do ano anterior, o aumento foi ainda mais expressivo, pois o IA 64 teve desempenho nulo no 1º trimestre de 2020, indicando que nenhuma unidade realizou a RAC.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

1. Na 1ª RAE de 2021 (data: 26/02), o Comitê Gestor da Estratégia (CGE) aprovou a implantação da Reunião de Análise Crítica (RAC) na EJE no 1º semestre de 2021. Dessa forma, no 2º trimestre, a RAC estará implementada em sete unidades, o que representa 58% do total de doze. Com isso, aumenta a possibilidade de melhora do desempenho do IA 64, a partir da próxima medição do indicador.

2. Na 1ª RAE de 2021 (data: 26/02), o Comitê Gestor da Estratégia (CGE) aprovou deliberação no sentido que as unidades com RAC implementada realizassem, até o dia 12/03, a reunião por videoconferência e publicassem o respectivo Plano de Ação no Portal da Estratégia na Intranet do TRE-RJ.

3. Realização de reunião no dia 02/03 com os assistentes de planejamento ou representantes da SAU, SSG, SGP e STI. O objetivo do encontro foi lembrar as principais informações sobre o processo e, principalmente, estimular a troca de experiência entre as unidades com RACs já implementadas.

4. Reformulação do Roteiro da RAC: a estrutura e o design do roteiro foram pensados para servir de guia rápido e de fácil localização de informações. Com destaque para "dicas" e redação objetiva e direta, além de seção específica para divulgar "boas práticas". Os participantes da reunião mencionada acima receberam o roteiro no dia do encontro. Dessa forma, espera-se que o Roteiro reformulado possa ser um documento que efetivamente auxilie as unidades nas suas respectivas RACs.

Cabe mencionar que as duas últimas ações (itens 3 e 4) estavam previstas no Plano de Retomada da RAC 2021 elaborado em cumprimento à deliberação relativa à 4ª RAE de 2020. O documento foi formalizado no Processo SEI nº 2021.0.000003013-3, que foi aberto com o objetivo de registrar a implantação e o acompanhamento das RACs.

Com relação aos resultados obtidos, a avaliação é que, com exceção da primeira, cujo impacto no indicador só será observado no próximo trimestre, as ações contribuíram diretamente para o desempenho satisfatório do IA 64 no 1º trimestre de 2021.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

O principal desafio é a publicação do Plano de Ação dentro do prazo estabelecido porque, das cinco unidades que realizaram a RAC no 1º trimestre, apenas três foram contabilizadas para efeito do indicador devido a não publicação do Plano de Ação das outras duas dentro do prazo.

Se, no 2º trimestre, quatro unidades realizarem a RAC e publicarem o respectivo plano de ação dentro do prazo, o resultado do IA 64 será de 33,33% (4/12), ficando acima da meta de 29,23% estabelecida para o período. Logo, a tendência é que, com o reforço dos prazos de publicação, esse resultado seja atingido. Cabe ainda acrescentar a previsão de implementação da RAC na EJE que também contribuirá para que o desempenho do indicador permaneça satisfatório.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

1. Elaborar cronograma de implementação da RAC no 2º semestre e apresentá-lo como proposta de deliberação na 2ª RAE de 2021.

2. Realizar as RACs por videoconferência, enquanto não for possível reunir presencialmente todos os gestores da unidade em um mesmo ambiente, devido ao cenário de distanciamento social imposto pela pandemia da Covid-19.

3. Reforçar o prazo para as unidades publicarem seus respectivos planos de ação da RAC no Portal da estratégia na Intranet do TRE-RJ.

Riscos associados ao objetivo

1. Descumprimento do prazo para a publicação do Plano de Ação.

Conforme mencionado acima, a maioria das unidades conseguiu retomar a realização das reuniões, no entanto, nota-se que há dificuldade da publicação do respectivo Plano de Ação dentro do prazo, o que impacta negativamente o desempenho do indicador.

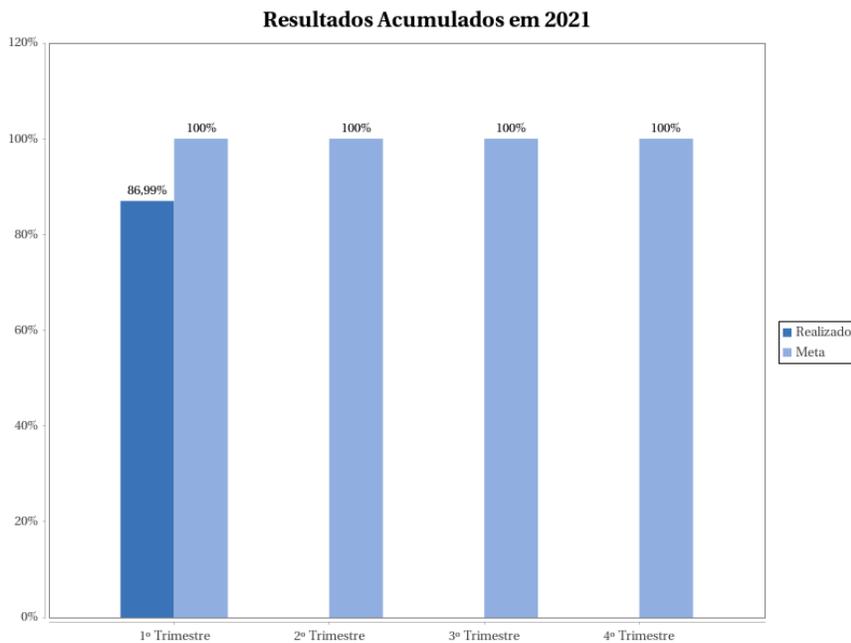
2. Permanência das regras de distanciamento social.

Considerando que o processo da RAC é relativamente novo permanece o desafio para as unidades com RAC implementada estruturarem as reuniões num ambiente virtual, através de videoconferência. Nesse cenário, cabe ressaltar que a dificuldade é ainda mais significativa para implementar as RACs nas demais unidades.

IE 24 - Índice de adequação do mecanismo de controle

Atenção

Desempenho do Período: 86,99%



Responsável: SAU.

ANÁLISE IE 24 – 1º TRIMESTRE DE 2021

Análise de contexto

No 1º trimestre de 2021, o IE 24 alcançou 86,99% da meta estabelecida para o período, resultado superior ao aferido no 4º trimestre de 2020, em que alcançou 73,53% da meta, passando seu desempenho de insatisfatório para o status de atenção.

Merece destaque que, na 3ª RAE de 2020, realizada em 28.08.2020, aprovou-se proposta de suspensão do indicador de apoio 69A, em razão da falta de confiabilidade dos dados extraídos do Portal BR. A prorrogação da suspensão foi aprovada na 1ª RAE de 2021, realizada em 26.02.2021, a princípio até a próxima RAE, ocasião em que o CGE apreciará a proposta de desativar o indicador.

Assim, neste 1º trimestre, o resultado do IE 24 baseou-se nos outros quatro indicadores de apoio, dos quais apenas o IA 66 foi medido, permanecendo os demais com os valores apurados no 4º trimestre de 2020.

No que tange ao IA66, conforme informado pela SEDEST, houve revisão das suas metas para o ano de 2021. Isso porque, a partir deste ano, a SEDEST passou a adotar, quando do desdobramento das metas, uma avaliação quanto ao superdimensionado das metas.

Nesse sentido, o IA66 foi considerado um indicador superdimensionado haja vista que nunca atingiu 70% da meta para ele estabelecida. A revisão das metas foi realizada segundo o seguinte critério: (média dos valores de 2018, 2019 e 2020) + 50%.

Assim, segundo as novas metas definidas, o indicador alcançou 119,62% da meta estabelecida, atingindo desempenho satisfatório, mantidos aptos à medição 4 (quatro) dos 8 (oito) processos críticos identificados, ou seja, 50% dos processos críticos monitorados.

Registre-se, que não houve incremento no número de processos críticos monitorados em relação ao trimestre anterior.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Em relação ao monitoramento dos oito grupos de processos críticos, quatro encontravam-se aptos à medição no período: "Monitorar a Estratégia", "Monitorar a Execução Orçamentária", "Realizar Avaliação das Eleições" e "Fiscalizar Propaganda Eleitoral".

Segundo registrado pela SEDPRO, considerando os esforços da unidade na realização de diagnósticos e na execução dos projetos de melhoria de processos, todos os processos passíveis de monitoramento tiveram seu acompanhamento efetivado no período.

Em paralelo foram realizados trabalhos de estruturação do mapeamento de processos da COGED em resposta à achado de auditoria; apresentação do mapeamento do processo "Priorizar Soluções de TIC" em resposta ao achado A3 de auditoria ao CGOVTIC; e trabalhos para a implementação do fluxo aprovado em conjunto com a unidade gestora indicada.

Consigne-se que houve a publicação dos Boletins de Processo no Portal da Estratégia de todos os processos monitorados, pelo menos duas vezes, bem como seu desempenho avaliado, todavia não houve a medição dos indicadores quanto aos processos "Monitorar a Execução Orçamentária" e Fiscalizar a Propaganda Eleitoral.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A finalização do projeto de melhoria do processo "Julgar Prestação de Contas", que apresenta ligeiro atraso no momento, e a realização do projeto de melhoria "Registrar Candidatos" indicam tendência de elevação do IA 66 nos próximos períodos de medição.

Como se trata do único indicador de apoio medido trimestralmente, haja vista a suspensão do também trimestral IA 69A, seu desempenho na próxima medição determinará a oscilação de desempenho do IE 24.

Assim, tendo em vista a revisão das metas quanto ao IA66, há uma tendência de que o IE24 se mantenha com status de desempenho em "atenção" relativamente aos 2º e 3º trimestres, caso se mantenha o desempenho já alcançado pelo referido indicador de apoio, ou mesmo elevação no alcance de seus resultados.

Permanece o desafio no que concerne a operacionalização dos planos de trabalho no contexto da nova realidade trazida pela pandemia da COVID-19, que parece não será diferente nos próximos trimestres, o que demanda capacidade de adaptação a fim de que possamos superar as dificuldades que se apresentarem.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Como apontado pela SEDPRO, a necessidade de desenvolvimento do trabalho em regime domiciliar trouxe novos desafios e, principalmente, inovações na forma de gestão do dia a dia e na execução dos projetos de melhoria.

O caminho adotado, e que deve ser mantido, relaciona-se com a avaliação constante da metodologia utilizada e a promoção dos ajustes necessários conforme a situação.

Outrossim, é necessário que os gestores dos processos críticos em monitoramento continuem envidando esforços no sentido de realizar a avaliação do desempenho dos processos nos prazos estabelecidos, com a publicação dos Boletins do Processo, e a medição de seus indicadores.

Riscos associados ao objetivo

Permanecem os riscos apontados na análise anterior do presente indicador estratégico:

1. Devido ao novo contexto de trabalho, poderá ocorrer dificuldades na execução dos planos de trabalho pelas unidades, o que poderá levar à queda no resultado dos indicadores de apoio causando impacto negativo no indicador estratégico e por conseguinte no objetivo estratégico.

2. Demandas externas podem impactar a realização dos planejamentos;

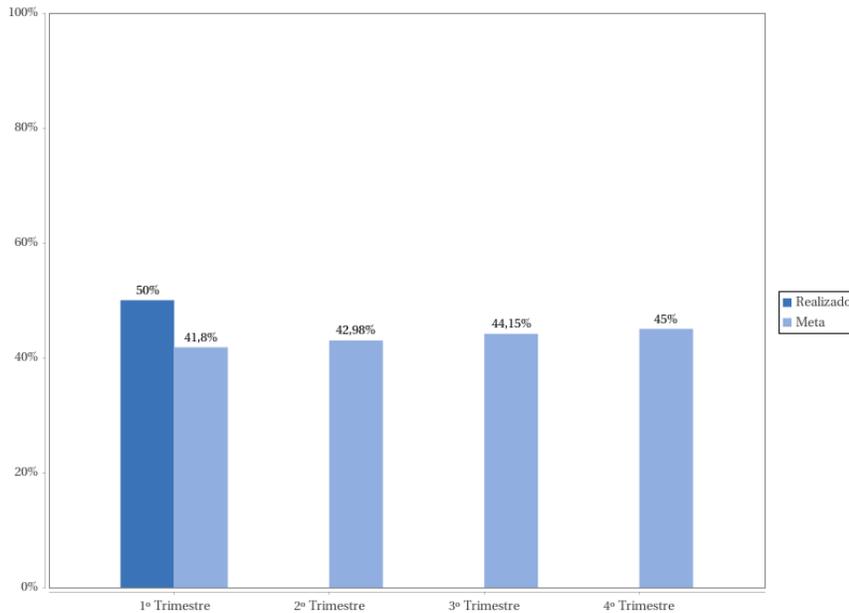
3. Dificuldade no cumprimento dos prazos de execução dos trabalhos previstos na unidade de auditoria interna, o que poderá causar impacto na execução do PAA, em razão do reduzido quantitativo de pessoal e o ineditismo da auditoria de contas anuais, restando finalizar a relativa ao exercício financeiro de 2020, bem como iniciar a auditoria quanto ao exercício financeiro de 2021.

IA 66 - Índice de processos críticos monitorados

Satisfatório

Desempenho do Período: 119,62%

Resultados Acumulados em 2021



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEDPRO.

Análise de contexto

Dos processos críticos para estratégia, 8 grupos, quais sejam: 1) Informar e orientar a sociedade sobre serviços prestados pelo TRE-RJ; 2) Fiscalizar propaganda eleitoral; 3) Julgar prestação de contas; 4) Planejar e avaliar as eleições; 5) Gerir a estratégia; 6) Contabilizar e controlar a execução orçamentária; 7) Contabilizar e controlar a execução financeira e 8) Registrar candidatos; foram selecionados em reunião realizada pelo Comitê de Gestão da Estratégia em 22/09/2017 para serem objeto de análise e melhorias.

Considerando o fim do plano estratégico vigente, em dezembro de 2021, a unidade SEDPRO elaborou plano para execução de projetos de melhoria dos processos ainda não trabalhados até o momento.

Entretanto a permanência de alguns impactos sofridos pelas unidades do tribunal, em decorrência de pandemia, além do desenvolvimento de ações vinculadas à revisão do plano estratégico do Tribunal no primeiro semestre de 2021, podem afetar a sua execução do plano de trabalho desenvolvido pela unidade.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Em relação ao monitoramento dos oito grupos de processos críticos, encontravam-se aptos à medição no período (1º trimestre de 2021) quatro: "Monitorar a Estratégia", "Monitorar a Execução Orçamentária", "Realizar Avaliação das Eleições" e "Fiscalizar Propaganda Eleitoral".

Considerando os esforços desta unidade na realização de diagnósticos e execução dos projetos de melhoria de processos, bem como, no monitoramento dos processos já estruturados (realizado por suas áreas gestoras com apoio da SEDPRO), todos os processos passíveis de monitoramento tiveram seu acompanhamento efetivado no período.

Em paralelo foram realizados trabalhos de estruturação do mapeamento de processos da COGED em resposta à achado de auditoria; apresentação do mapeamento do processo "Priorizar Soluções de TIC" em resposta ao achado A3 de auditoria ao CGOVTIC; e trabalhos para a implementação do fluxo aprovado em conjunto com a unidade gestora indicada.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A finalização do projeto de melhoria do processo "Julgar Prestação de Contas", que apresenta ligeiro atraso neste momento, e a realização do projeto de melhoria "Registrar Candidatos" indicam tendência de elevação no indicador para os próximos períodos de medição.

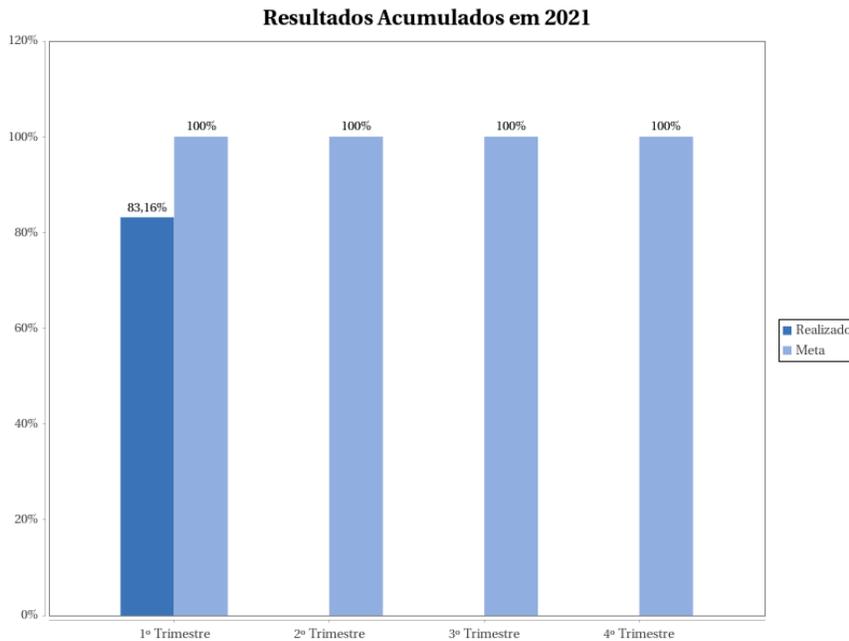
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A necessidade de desenvolvimento de trabalho em regime domiciliar trouxe novos desafios e, principalmente, inovações na forma como a gestão do dia a dia e a execução de projeto de melhoria.

O caminho adotado pela unidade até o momento, relaciona-se com avaliação constante da metodologia utilizada na gestão de processos e a promoção dos ajustes necessários considerando em cada situação.

Riscos associados ao objetivo

Considerando que todas as atividades desta SEDPRO envolvem a participação de outras unidades e considerando a manutenção das atividades em regime domiciliar, os desafios enfrentados em 2020 adentram em 2021 podendo causar atrasos e até minimizar os ganhos necessários ao indicador.

OE 10 - Aperfeiçoar a infraestrutura e a governança de TIC**Atenção****Desempenho do Período: 83,16%****Responsável: STI.****Análise de contexto**

O objetivo em questão está relacionado a quatro indicadores de apoio: IE 29 - Índice de governança em TIC, IE 30 - Índice de adequação dos equipamentos, IE 31 - Índice de disponibilidade da infraestrutura de suporte a TIC e IE 32 - Índice de modernização das soluções, os quais correspondem respectivamente a 30%, 20%, 30% e 20% da composição do desempenho do Objetivo Estratégico. O índice de desempenho medido para o trimestre foi de 83,16, o que indica um status de atenção para o desempenho aferido e uma ligeira queda em relação ao trimestre anterior, onde também havia obtido status de atenção com resultado de 85,62. Destaca-se que o IE 31 e o IE 32 apresentaram status satisfatório e os demais indicadores estratégicos que compõem o objetivo apresentaram status insatisfatório. O impacto da pandemia foi mais sentido nos indicadores que apresentaram status insatisfatório. No IE 29 por conta da indefinição da aprovação do orçamento da união, o que impossibilitou a realização dos empenhos dos contratos de serviços continuados para todo o exercício, o que reduziu significativamente o indicador referente à gestão dos custos que compõe o IE 29 - Índice de governança em TIC e fez com que este indicador apresentasse resultado insatisfatório com um percentual de alcance da meta de somente 10,26%. Já o IE30, por ser medido semestralmente, apresenta o mesmo resultado do 2º semestre de 2020, tendo sido impactado negativamente naquele período pelo desempenho ruim do IA 86 - Índice de adequação dos equipamentos aos padrões, em razão de não ter sido possível dar andamento à substituição de computadores nos cartórios e sede e devido ao atraso na implantação do projeto de outsourcing de impressão nos cartórios.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

O último trimestre apresentou uma série de dificuldades para a realização das tarefas em de ser historicamente um período de férias e, também, em virtude do recrudescimento da pandemia. As equipes foram reduzidas e tiveram que manter a realização de praticamente todos os trabalhos de forma remota. Assim, o impacto foi duplamente sentido, reduzindo a execução das tarefas previstas.

Ainda assim foi aprovada a norma de backup do TRE-RJ, o que trouxe impacto positivo para o IE29 e dado andamento na elaboração do planejamento de diversos processos de contratação/aquisição, o que possibilitará a implementação de melhorias quando houver disponibilidade orçamentária.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Acreditamos que o desempenho do objetivo deverá variar positivamente quando ocorrerem as licitações previstas, uma vez que o principal impacto no IE 29 foi referente à execução orçamentária, que foi significativamente afetada pelo atraso nos empenhos e nas especificações e contratações. O IE 32 deve apresentar estabilidade ou queda em razão de as unidades envolvidas terem conseguido se estabilizar para executar o trabalho remoto, porém o significativo aumento da demanda por soluções suplanta o ganho de produtividade. O IE 30 não apresenta grande possibilidade de variação positiva, pois o tempo de uso dos equipamentos continuará aumentando enquanto a previsão de troca de equipamentos permanece reduzida em razão da dificuldade de instalação decorrente do distanciamento social e da não contratação dos serviços de apoio à infraestrutura.

Ressaltamos que o impacto das diversas atividades que estão ocorrendo em paralelo às muitas tarefas a serem executadas tende a ser negativo, em razão da necessidade de intervenção das equipes das diversas áreas no desenvolvimento de tarefas relacionadas a planos de ação de planejamento estratégico, das eleições 2022, do Plano Diretor de TIC e para atender a diversas demandas do CNJ.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A chegada de novos servidores concursados, gerou impacto positivo na execução de tarefas mais simples enquanto os mesmos ainda não se integraram totalmente às equipes, o que tem sido mais complicado por conta do isolamento social. Todavia, baixas em razão de remoção e problemas de saúde de servidores têm impactado negativamente.

Sugerimos a adoção de maior pragmatismo em relação às tarefas, evitando desenvolver tarefas não essenciais, de modo a permitir o foco das equipes nas tarefas essenciais ou onde o retorno for mais positivo e gerar mais impacto.

Riscos associados ao objetivo

Um dos principais contratos que dá suporte direto ao IE30 e ao IE31, o de prestação de serviços de suporte à infraestrutura, ainda não teve sua licitação realizada. Esta contratação deve ser acompanhada com especial atenção em razão de sua relevância para o serviço, além dos prazos, da complexidade e das novidades apresentadas (contratação regionalizada para o suporte e mudanças no formato de contratação). O atraso na contratação acarretou na descontinuidade do serviço, aumentando a demanda sobre áreas que já atuavam no limite, como a SESOPE, SEPREL e SEREDE. A nova contratação deverá trazer algumas dificuldades decorrentes de possível troca da força de trabalho que executa os serviços, os quais demandam familiaridade com o ambiente do TRE-RJ, além das ocorrências normais decorrentes de uma eventual troca de contratada. Novas empresas contratadas ou novas implementações de tecnologias certamente terão efeito na qualidade/presteza dos serviços em um primeiro momento, podendo afetar negativamente os indicadores.

Deve-se destacar que as limitações impostas pelo distanciamento social impactam significativamente as tarefas que envolvem atuação presencial, tais como instalações, vistorias etc. A questão da força de trabalho reduzida para fazer frente às diversas novas demandas e à crescente complexidade que têm sido apresentadas à área de TI é um fator que pressiona de maneira negativa o desenvolvimento de ações para alcance das metas, de modo que sugerimos a observância às recomendações do CNJ de força de trabalho mínima e de retenção de pessoal de TI por meio de implantação da gratificação por atividade de TI. Outro indicador da necessidade de reforço no quadro de pessoal é o resultado do projeto de redimensionamento da força de trabalho, que demonstrou a carência de pessoal para a STI em relação ao volume de trabalho executado atualmente e que só tem previsão de aumento, com a implementação de novas soluções e todo o suporte relacionado a elas.

Demandas extraordinárias decorrentes de determinações ou recomendações do CNJ para pontuação para rankings ou premiações também têm gerado a necessidade de readequações nas equipes e redirecionamento de esforços para seu atendimento e têm prejudicado o desenvolvimento de tarefas previstas.

A disponibilidade dos sistemas essenciais encontra-se diretamente relacionada à adequação da infraestrutura de TIC e à capacitação e ao quantitativo de servidores dedicados às atividades relacionadas ao funcionamento dos serviços e sistemas. Uma infraestrutura deficiente produzirá efeitos negativos na disponibilidade dos sistemas, afetando a realização dos serviços. O número reduzido de pessoas capacitadas alonga não apenas a disponibilização dos serviços mas também a resolução de eventuais problemas. O principal risco relacionado ao IE31 continua sendo relativo à infraestrutura física do Data Center, o qual, conforme comentado em análises anteriores, há muito tempo vem trabalhando no limite, uma vez que os sistemas que o compõem (refrigeração, segurança, elétrico etc.) estão defasados, inadequados e sobrecarregados. A estratégia de mitigação, ou seja, o projeto Modernização do Data Center, continua tendo andamento, porém dificuldades na contratação do Data Center trazem prejuízo ao andamento do projeto e necessitam ser tratadas o quanto antes. Com a adoção do trabalho remoto, a infraestrutura do Datacenter sofre uma demanda ainda maior pois o serviço remoto é realizado em qualquer horário, aumentando a necessidade de disponibilidade de toda a infraestrutura.

Mesmo sofrendo com a escassez de recursos e pessoal, assim como com as exigências cada vez maiores de órgãos controladores, da alta administração e dos usuários, o conjunto dos resultados alcançados tem sido muito bom. Infelizmente, tal situação tende a contribuir negativamente para o crescimento da força de trabalho ou da estrutura para atender ao aumento da demanda quando é analisado somente o resultado obtido, sem considerar o esforço por trás dele e pode levar a situações críticas, de colapso na infraestrutura. Assim, continuo a recomendar fortemente um reforço na força de trabalho que atende às áreas de suporte a infraestrutura, o que possibilitaria um melhor planejamento e gestão dos contratos.

O resultado positivo em um ambiente tão estressante é difícil de se obter e só se consegue através de servidores e colaboradores comprometidos e empenhados com o trabalho. Considerando estes aspectos, o CNJ recomenda, por meio da Resolução nº 211, a criação de gratificação específica para os servidores da área especializada que atuam em atribuições específicas da área de Tecnologia da Informação e Comunicações, como forma de elevar o estímulo e evitar a evasão destes servidores.

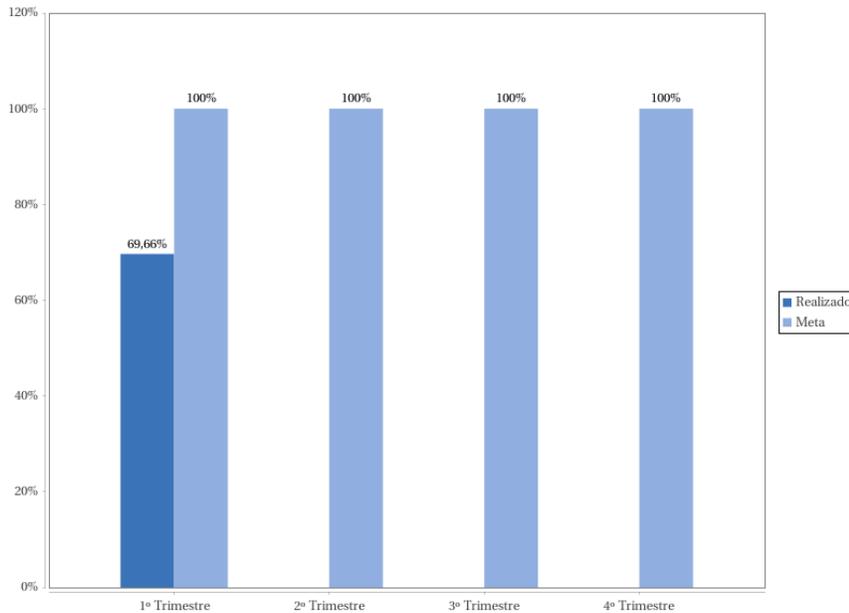
No atual cenário de atuação desses servidores, onde “vestir a camisa do TRE-RJ” é fator imprescindível para a continuidade dos bons serviços prestados, dadas as condições de trabalho e suas exigências diárias, talvez o maior fator de risco seja o de conseguir manter esses servidores e colaboradores sempre motivados e produtivos. Um indicador da redução na motivação dos servidores é o aumento no interesse na movimentação para outras unidades, o que tem ocorrido recentemente.

IE 29 - Índice de governança em TIC

Insatisfatório

Desempenho do Período: 69,66%

Resultados Acumulados em 2021



Responsável: STI.

Análise de contexto

No trimestre em questão houve uma redução significativa no índice do indicador estratégico. Um dos 3 IAs associados a ele superou a meta, o IA 84 - Índice de gestão corporativa da segurança da informação, um ficou com status satisfatório, o IA 83 - Índice de transparência das informações relacionadas à gestão e uso de TIC e o terceiro, o IA85 - Índice de aderência da execução do orçamento de TIC teve uma grande redução, atingindo somente 10,26% da meta estipulada, o que derrubou o status do indicador estratégico para um valor considerado insatisfatório. Destaca-se que o IA 84 obteve ligeira variação positiva no último trimestre e o IA 83 manteve-se sem alteração em relação ao trimestre anterior, porém houve uma ligeira redução no percentual de atingimento em razão da elevação da meta, porém ainda se encontrando em status satisfatório.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Foi dado andamento, na medida do possível, ao planejamento das contratações previstas, o que geraria impacto positivo no IA 85, porém o fato de o orçamento da União ainda não ter sido aprovado teve grande impacto neste indicador, em razão da execução orçamentária permanecer sendo realizada a partir de duodécimos liberados a cada mês pelo TSE. Com o adiamento da licitação do projeto Modernização do Datacenter para 2021, está previsto um grande impacto no desempenho do IA85, o que afetará sobremaneira este indicador em 2021, já que outros projetos deverão ser adiados ou cancelados para o remanejamento de recursos orçamentários para atendimento das necessidades do projeto.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Acredito que a tendência para o indicador seja de ligeira melhoria no resultado quando for sanada a questão do orçamento da União, o que permitirá a realização dos empenhos referentes a todo o exercício e um melhor andamento das licitações previstas. A elevação das metas gera um relativo impacto negativo no IA 83 e no IA 84 em virtude das dificuldades no desenvolvimento de novas ações para estes indicadores. A execução de novas iniciativas está sendo prejudicada em razão do pequeno quadro de pessoal disponível para estas atividades, pelas dificuldades impostas pelo trabalho remoto, pelo aumento de demandas específicas de suporte ao trabalho remoto e pelo aumento da complexidade da infraestrutura. Destaco que a meta estipulada para o indicador estratégico permanece bastante desafiadora em razão do aumento da complexidade para execução dos itens de pontuação restantes

para os IAs 83 e 84. Todavia, a previsão de finalização do Plano Diretor de TIC deverá permitir um aumento no IA 83, assim como a execução dos planos de ação previstos e relacionados à segurança cibernética deverá gerar melhorias no IA84.

O adiamento da licitação do projeto Modernização do Datacenter para 2021 afetará significativamente o IA85, o que deverá manter o indicador no status insatisfatório ou no de atenção, na melhor das hipóteses.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Como meio de melhorar o desempenho, se faz essencialmente necessário melhorar o IA 85. Assim, a realização das contratações previstas se faz essencial, embora, em razão da situação do projeto Datacenter e da proposta orçamentária apresentada, já se espera uma aderência muito baixa em relação ao planejado.

Riscos associados ao objetivo

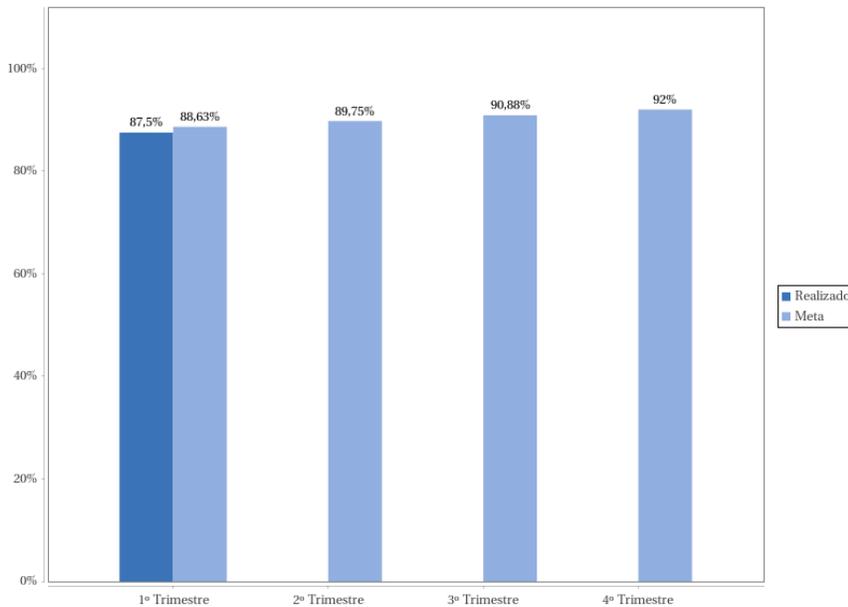
Dificuldades para a efetivação das contratações previstas, uma vez que algumas são de grande complexidade, alto valor e grande competição. Restrições impostas pelo quadro de pessoal e demandas trazidas pelos órgãos superiores e pandemia. Agravamento da pandemia, levando a lockdowns ou outras situações de restrição de movimentação ou de alocação de pessoal. Aumento da exposição a riscos de segurança da informação/ataques de hackers em razão da elevada utilização de trabalho remoto por pessoal com pouca experiência nestas questões. Persiste, ainda, a sobrecarga de atribuições aos servidores da STI envolvidos no suporte à infraestrutura e nas questões de segurança da informação.

IA 83 - Índice de transparência das informações relacionadas à gestão e uso de TIC

Satisfatório

Desempenho do Período: 98,72%

Resultados Acumulados em 2021



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: STI.

Análise de contexto

O indicador apresentou desempenho satisfatório, mantendo o mesmo valor em relação ao trimestre anterior, sem alterações. Com a variação da meta estipulada, houve redução no resultado final do indicador, porém ainda sem alterar o status final.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

No trimestre houve a atualização das publicações na Internet, o que manteve a pontuação destes itens.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Apesar das dificuldades impostas pela pandemia do vírus COVID-19, a expectativa é de melhoria do indicador graças à previsão de término do Plano Diretor de TIC, o que possibilitará a execução do único item sem pontuação, relacionado à divulgação na Internet do acompanhamento das ações e projetos da STI.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Riscos associados ao objetivo

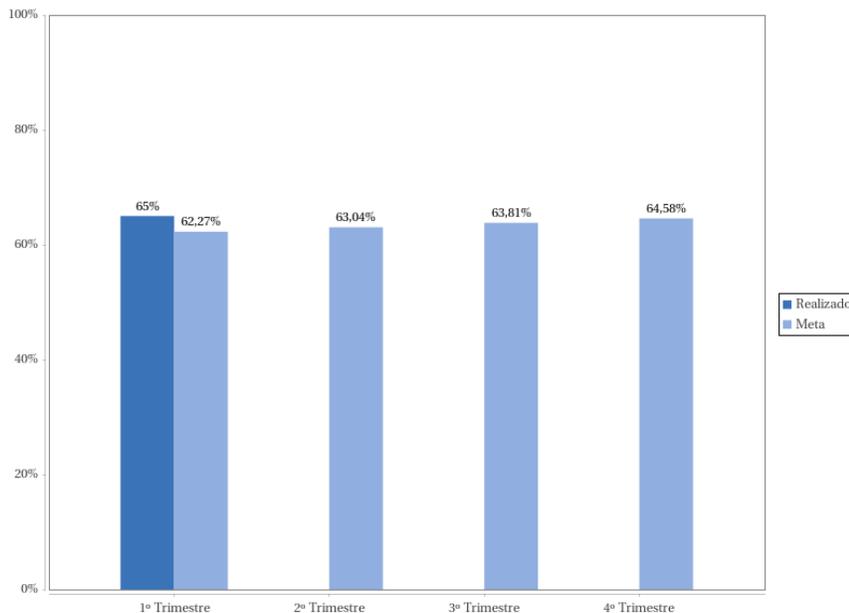
Destaca-se que a implantação de ações de melhoria da transparência tem sido impactada em razão do reduzido quadro de pessoal e da pouca disponibilidade de pessoal dedicado exclusivamente à área de planejamento e governança na STI. Os servidores das diversas áreas da STI acabam envolvidos na realização de atividades técnicas, administrativas e de gestão de modo simultâneo, o que acaba por prejudicar o andamento das mesmas. Deve-se destacar, ainda, que as medidas planejadas têm sido impactadas pela realização de diversas atividades que demandam significativos esforços da área técnica para capacitar o TRE-RJ para o serviço remoto durante a pandemia, além de diversos outros projetos priorizados que envolvem a área de TI, cada vez mais envolvida nas atividades levadas a cabo pelo TRE. As dificuldades impostas pelo agravamento das medidas de isolamento social e o desenvolvimento de novas iniciativas decorrentes de necessidades surgidas devido à pandemia e/ou exigências do CNJ também podem impactar negativamente no alcance do objetivo.

IA 84 - Índice de gestão corporativa da segurança da informação

Satisfatório

Desempenho do Período: 104,38%

Resultados Acumulados em 2021



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASINFO.

Análise de contexto

No 1º trimestre de 2021 ainda perdurava a pandemia da Covid-19, mas diminuíram as demandas remanescentes da realização das eleições municipais e as equipes de trabalho se encontravam mais adaptadas às novas rotinas.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

O processo referente à minuta da norma de backup foi, enfim, concluído com a publicação da Instrução Normativa DG n.º 01/2021, resultando no cômputo de 5 pontos, derivados do atendimento integral do quesito “4 - A organização dispõe de política de cópias de segurança (backup) formalmente instituída, como norma de cumprimento obrigatório”.

Houve também avanço no item “15 - A organização executa processo de monitoramento do uso dos recursos de TI, com objetivo de detectar atividades não autorizadas”, desta vez em razão da inclusão do tema em plano de trabalho proposto para atendimento das determinações expedidas pelo CNJ na Portaria 291 e na Resolução 362, que versam sobre cibersegurança (Proc. SEI n.º 2021.0.000002070-7).

Com mais os 2 pontos acrescidos por essa iniciativa, o indicador deixou o estado de estagnação e avançou significativamente, registrando o atingimento de 104,38% da meta e o colocando em nível satisfatório.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

O enfrentamento aos desafios se dará agora nos campos do monitoramento do uso de recursos TI, da gestão de riscos de segurança da informação e da política de controle de acesso.

Nos dois primeiros casos espera-se obter resultados pela implementação dos já mencionados planos de trabalho. Quando à gestão de acesso, existe iniciativa em andamento na Comissão de Segurança da Informação – COMSI.

A tendência é de que ocorram progressos nessas áreas antes do quarto trimestre

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Um desempenho ainda melhor só pode ser obtido com a concentração de esforços para cumprimento tempestivo dos planos de trabalho.

Riscos associados ao objetivo

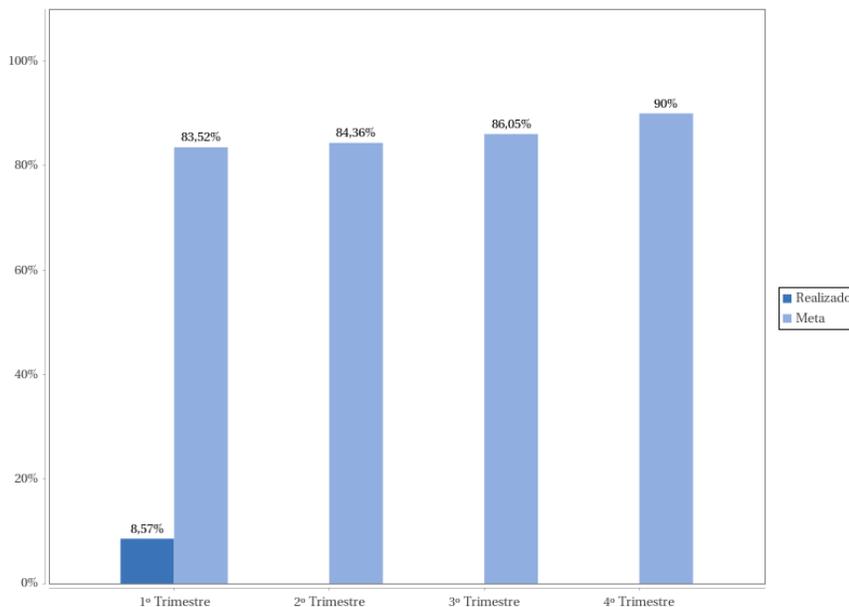
Concorrência com as medidas para implementação e gerenciamento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

IA 85 - Índice de aderência da execução do orçamento de TIC

Insatisfatório

Desempenho do Período: 10,26%

Resultados Acumulados em 2021



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: STI.

Análise de contexto

O alcance da meta tem sido bastante prejudicado em razão das incertezas do projeto Modernização do Datacenter, o qual impacta parte muito significativa do orçamento e tem grande influência no resultado do indicador. O atraso na aprovação do orçamento da União gerou impacto significativo, uma vez que somente estão sendo efetivados empenhos de forma mensal (duodécimos), sem que seja possível a efetivação de novas aquisições e contratações de maior vulto. A pandemia também acabou por gerar impacto nas demais contratações, em maior ou menor grau. Atrasos na entrega de bens também não permitiram a execução de parte do orçamento já compromissado.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Mesmo com as restrições surgidas em decorrência da pandemia, foi dado andamento ao planejamento de diversas contratações. Todavia, as licitações somente deverão ocorrer após a liberação do orçamento, o que depende da aprovação do orçamento da União. A necessidade de remanejamento de orçamento para atender ao projeto Modernização do Datacenter terá um impacto muito grande nos valores, porém não deverá contribuir para melhoria do índice. Permanece uma grande dificuldade na especificação de algumas aquisições de maior vulto e nos procedimentos de preparação das atas de registro de preços e de contratação/envio das notas de empenho. A principal razão para o atraso na especificação é que persiste a dificuldade na elaboração dos estudos preliminares, seja em razão da elevada complexidade exigida pelos projetos, seja em decorrência do surgimento, cada vez mais frequente, de situações emergenciais e projetos prioritários envolvendo servidores das equipes de planejamento das contratações. Devido ao reduzido quadro de pessoal especializado, os servidores envolvidos no planejamento das contratações também realizam diversas outras atividades, como implantação de novos sistemas e soluções de TI, gestão do ambiente computacional, suporte aos usuários, fiscalização de contratos, implantação de atualizações de segurança etc. Tal sobrecarga de atividades impacta no tempo disponível para o planejamento das contratações, o que tem levado a atrasos em relação ao planejado. Deve-se destacar, ainda, que estas medidas de priorização e acompanhamento das contratações somente estão atenuando a situação, pois postergam a ocorrência de problemas caso as equipes de suporte e planejamento não sejam reforçadas.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Com o andamento das licitações, deverá ocorrer uma melhora no desempenho, porém o projeto Modernização do Datacenter envolve grande parte dos recursos e não estava previsto na proposta encaminhada no ano anterior

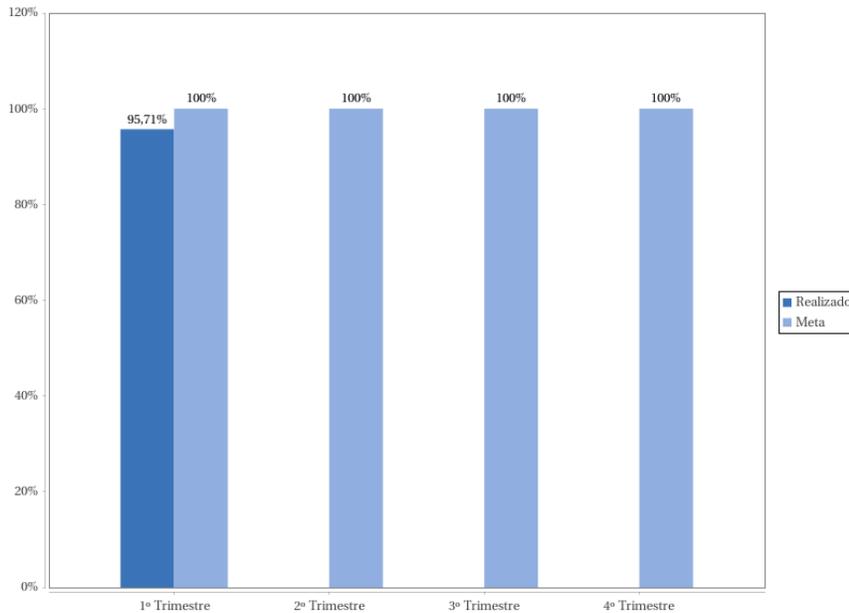
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Alguns projetos de aquisição/contratação estão praticamente finalizados, de modo que deverá haver uma agilização para a realização das licitações.

Planeja-se a ampliação das previsões de aquisição de bens permanentes de modo a aproveitar as sobras orçamentárias decorrentes da não realização de serviços durante as interrupções geradas pela pandemia e realocação de orçamento assim que possível para adequações do orçamento à situação após a licitação do Datacenter.

Riscos associados ao objetivo

Destaca-se que a implantação de ações de melhoria tem sido impactada em razão do reduzido quadro de pessoal e de não ter sido finalizada a contratação de postos de trabalho para apoio aos serviços de suporte à infraestrutura. Os servidores das diversas áreas da STI acabam envolvidos na realização de atividades técnicas, administrativas e de gestão de modo simultâneo, o que acaba por prejudicar o andamento das mesmas. Deve-se destacar, ainda, que as medidas planejadas têm sido impactadas pela realização de diversas atividades que demandam significativos esforços da área técnica para capacitar o TRE-RJ para o serviço remoto durante a pandemia, além de diversos outros projetos priorizados que envolvem a área de TI, cada vez mais envolvida nas atividades levadas a cabo pelo TRE. As restrições impostas pela pandemia também dificultam a implantação de melhorias que demandam maior contato entre as equipes.

IE 31 - Índice de disponibilidade da infraestrutura e do suporte de TIC**Satisfatório****Desempenho do Período: 95,71%****Resultados Acumulados em 2021****Responsável: COINF.****Análise de contexto**

O Objetivo Estratégico no geral apresentou desempenho satisfatório no 1º trimestre. O IA89 é analisado semestralmente e permanece com o último índice avaliado em 2020. O IA 90 teve desempenho satisfatório, mesmo apresentando uma pequena queda, o índice alcançado ficou abaixo da meta, o serviço de correio eletrônico continua como o mais instável, a solução apresenta já há algum tempo sinais de estar funcionando no seu limite. Os índices que compõem o indicador precisam ser ajustados, tendo em vista que o SADP não é mais crítico, o SEI precisaria ser incluído e o Link de Internet deveria compor Indicador próprio sob a responsabilidade da SEREDE. O IA 91 continua com bom desempenho, a satisfação dos usuários internos continua estável.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Solução de Backup: a Norma de Segurança da Informação (Backup) foi publicada através da Instrução normativa DG nº 01/2021 em fevereiro de 2021. Incluída no Plano de Contratações de 2021 a aquisição de uma nova Biblioteca de Fitas (Tape Library) com o objetivo de ampliar a capacidade de backup do Tribunal, aumentar a eficiência nos processos de backup e restauração de dados, além de substituir a biblioteca de fitas atualmente em uso, servindo como importante dispositivo de backup com capacidade de retenção em médio e longo prazo. **Rede sem fio:** A implantação está em andamento. **Solução de Correio:** está em andamento os estudos para aquisição de nova solução de correio eletrônico através do processo SEI nº 2020.0.000031835-1. Os estudos preliminares devem ser finalizados esse mês e o Termo de Referência em maio, previsão de contratação ainda em 2021.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Realizar as alterações necessárias no termo de referência, realizar a licitação e dar início a execução do projeto Data Center no começo de 2021. Ainda há o desafio de se conseguir orçamento complementar para a realização do projeto. Elaboração dos Estudos Preliminares e Termo de Referência para a contratação da Biblioteca de Fitas. Implantar a solução de wi-fi contratada atendendo as exigências da nossa Política de Segurança da Informação. Finalizar o Termo de Referência para a aquisição de nova solução de Correio Eletrônico. Elaborar e propor os ajustes necessários no IA 90.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Contar com o apoio da SOF para a captação de orçamento complementar junto ao TSE, necessário à implantação do Data Center. Suporte da Administração para que a SEREDE tenha fôlego para implantar a solução de wi-fi na SEDE, juntamente com o

projeto VPN sob sua responsabilidade. Suporte da Administração para que as unidades envolvidas consigam priorizar a elaboração dos Estudos Preliminares e Termo de Referência para a aquisição de solução de Correio Eletrônico e Biblioteca de Fitas. Nossas unidades sofrem com a escassez de recursos, de pessoal e com as exigências cada vez maiores de órgãos controladores, da alta administração e de seus usuários. O suporte da Administração a que nos referimos se refere a um entendimento dessa situação, e que nossas unidades não conseguem dar conta do volume dessas demandas (operacionais, gestão TI e segurança da informação), frustrando muitas vezes as expectativas dos usuários que não tem essa visão holística do tribunal. Começamos a perceber esse entendimento, fato esse que está contribuindo para o andamento das ações propostas que são de responsabilidade da COINF.

Riscos associados ao objetivo

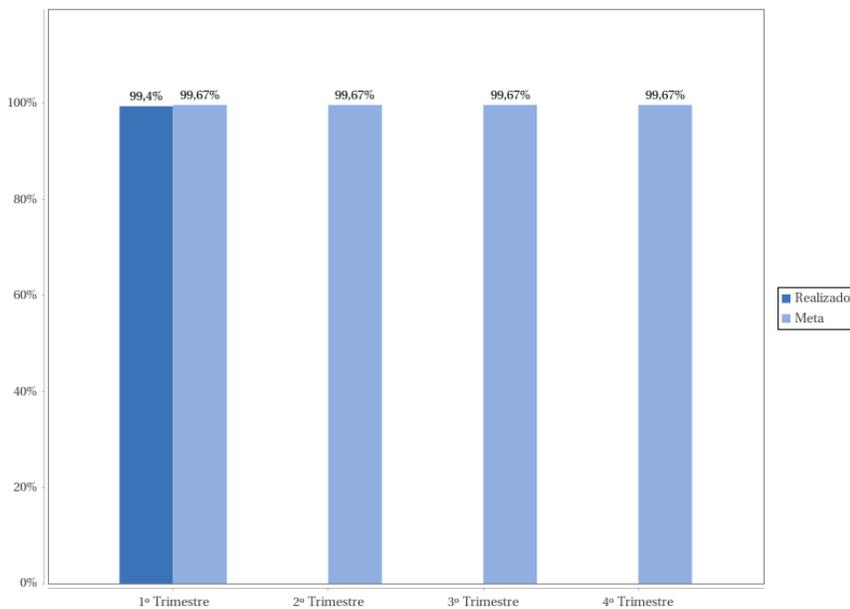
Enquanto o Projeto de Modernização do Data Center não for implantado, o tribunal ficará exposto aos riscos inerentes à indisponibilidade dos serviços e sistemas que contam com a infraestrutura do Data Center atual e em desacordo com o nivelamento de TIC proposto pela ENTIC-JUD. Enquanto não implantarmos uma nova solução de rede sem fio aderente à Política de Segurança do Tribunal não estaremos alinhados totalmente com o nivelamento de TIC proposto pela ENTIC-JUD. Enquanto não implantarmos uma nova solução de correios, continuaremos a ter dificuldades com a aplicação atual que já demonstra estar no seu limite e não apresenta mais opções para uma possível melhoria em seu desempenho. Faz-se necessário realizar ajustes no IA 90 para que tenhamos um índice que reflita de forma adequada a disponibilidade dos serviços essenciais de TIC.

IA 90 - Índice de disponibilidade de sistemas e serviços essenciais de TIC

Satisfatório

Desempenho do Período: 99,73%

Resultados Acumulados em 2021



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEPROD.

Análise de contexto

O indicador IA90, no 1º trimestre de 2021, alcançou o valor calculado no período de 99,4%. Houve queda no valor do indicador em relação ao último trimestre de 2020. O valor do indicador acumulado do ano, de 99,73% encontra-se acima da meta, que é de 99,67%. A variável que apresentou o pior desempenho, comparada às demais, foi "DispCorreio". O desempenho da variável "DispCorreio" foi sido afetado negativamente por problemas com o software de correio eletrônico corporativo utilizado pelo TRE-RJ, que apresentou instabilidade em momentos de alta utilização, sendo necessária intervenção manual para o mesmo voltar a operar. Neste 1º trimestre, devido à pandemia, e o consequente atendimento aos eleitores de forma remota, a utilização do correio eletrônico foi intensa, para comunicação com estes eleitores e para recebimento de demandas diversas (inclusive relativas à prestação de contas eleitorais), tendo causado instabilidade neste serviço. Houve duas ocasiões, nos meses de janeiro e fevereiro, em que o Zimbra esteve indisponível por várias horas devido a problemas técnicos. Em 06/03/2021 houve falha catastrófica do computador servidor que hospeda o Zimbra, sendo o mesmo substituído por outro equipamento, de contingência, com o serviço de e-mail retornando à disponibilidade na noite de 07/03 (interrupção não programada). A partir da substituição do equipamento notamos maior estabilidade no serviço do Zimbra, o que deve refletir em melhor desempenho da variável nos próximos meses. No caso da variável "DispLinkInternet", sua medição está sujeita a imprecisões, já que a Seprod não possui meios técnicos (ferramentas) para aferir com exatidão a disponibilidade dos links do TRE-RJ com a internet. Por este motivo, foi solicitada a revisão do indicador IA90, retirando da Seprod a medição da variável "DispLinkInternet", que ficaria sob responsabilidade da Seção de Redes Locais (Serede), também da Coinf, pois esta é a unidade que administra tais enlaces de comunicação de dados, tendo meios de aferir o desempenho com precisão.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Foi dado prosseguimento aos estudos técnicos preliminares para aquisição de solução de colaboração e comunicação, incluindo em seu escopo a funcionalidade de correio eletrônico, com o objetivo de substituir a solução de correio eletrônico atual, que vem apresentando episódios de instabilidade, além de encontrar-se defasada tecnologicamente, possuir capacidade de armazenamento local insuficiente para as necessidades atuais do Tribunal, e não possuir recursos e funcionalidades que estão sendo demandados pelo Tribunal, como por exemplo o envio/recebimento de mensagens criptografadas. A previsão de finalização dos estudos preliminares é abril de 2021. Para aumentar a capacidade de armazenamento de mensagens do Zimbra, foi realizado

trabalho de exclusão de contas de servidores e terceirizados que não trabalham mais no Tribunal (trabalho já concluído). Este trabalho permitiu o aumento, ainda que pequeno, da quota de espaço disponível no Zimbra para os usuários de cartórios eleitorais (embora tenha sido constatado que o aumento da quota não foi suficiente para suprir as necessidades atuais dos cartórios). O trabalho de exclusão de contas de e-mail não mais utilizadas é realizado periodicamente, de forma a manter dentro de limites aceitáveis o espaço ocupado pelo armazenamento do Zimbra.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência de desempenho do indicador IA90 nos próximos 6 meses é de estabilidade, com possibilidade de ligeira queda, tendo em vista que as principais iniciativas e projetos que podem melhorar o desempenho deste indicador (e por consequência do objetivo estratégico associado), provavelmente não estarão totalmente implantados dentro deste período. Tanto o projeto de modernização do datacenter, quanto a aquisição de nova solução de colaboração e comunicação não deverão estar operacionais neste horizonte de tempo, pois são projetos que demandam tempo razoável para conclusão, especialmente o projeto de modernização do datacenter, que envolve obras de engenharia. O principal desafio para a manutenção do desempenho do indicador IA90 está associado à infraestrutura física do ambiente central de processamento (datacenter), que atualmente não é adequada aos requisitos mínimos de segurança e de disponibilidade estabelecidos em normas nacionais e internacionais, conforme determina a Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 211 de 15/12/2015 (ENTIC-JUD), em seu artigo 24, inciso VII. Outros desafios a serem enfrentados são: (a) a necessidade de atualização da solução de correio eletrônico corporativo; (b) necessidade de atualização da infraestrutura de computadores servidores virtualizados, que depende da aquisição de licenças de software de virtualização para sua implementação, e também de computadores servidores; (c) necessidade de modernização da solução de backup (cópia de segurança) utilizada pelo Tribunal, compatibilizando-a com novas versões de sistemas operacionais e de aplicações; (d) aquisição de novo equipamento de backup offline, tendo em vista que o equipamento anteriormente utilizado encontra-se com defeito e com suporte técnico descontinuado pelo fabricante; (e) necessidade de migração de alguns computadores servidores que hospedam serviços e sistemas (alguns essenciais), que se encontram defasados tecnologicamente.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Visando a melhora futura do desempenho das ações realizadas, estão sendo levadas adiante as seguintes iniciativas: (a) capacitação contínua dos servidores da Seprod, de forma a provê-los de conhecimentos e competências técnicas adequadas para correto gerenciamento dos serviços e sistemas, e para a resolução de problemas - atualmente, realização de treinamentos na plataforma Alura, com eventuais treinamentos a serem contratados nos próximos trimestres, visando, principalmente, capacitar o novo servidor da Seprod que entrou em exercício no mês de dezembro/2020; (b) projeto para modernização do datacenter do TRE-RJ (projeto em andamento, com licitação prevista para os próximos meses); (c) elaboração de documentação necessária para aquisição de solução de colaboração e comunicação (visando a substituição da solução de correio eletrônico atual); (d) elaboração de estudos visando a modernização da solução de backup (cópia de segurança) utilizada pelo Tribunal, compatibilizando-a com novas versões de sistemas operacionais e de aplicações, iniciativa que englobará a aquisição novos equipamentos de backup, além da aquisição de suporte técnico para a mesma; (e) elaboração de estudos visando a modernização da infraestrutura de computadores servidores virtualizados.

Riscos associados ao objetivo

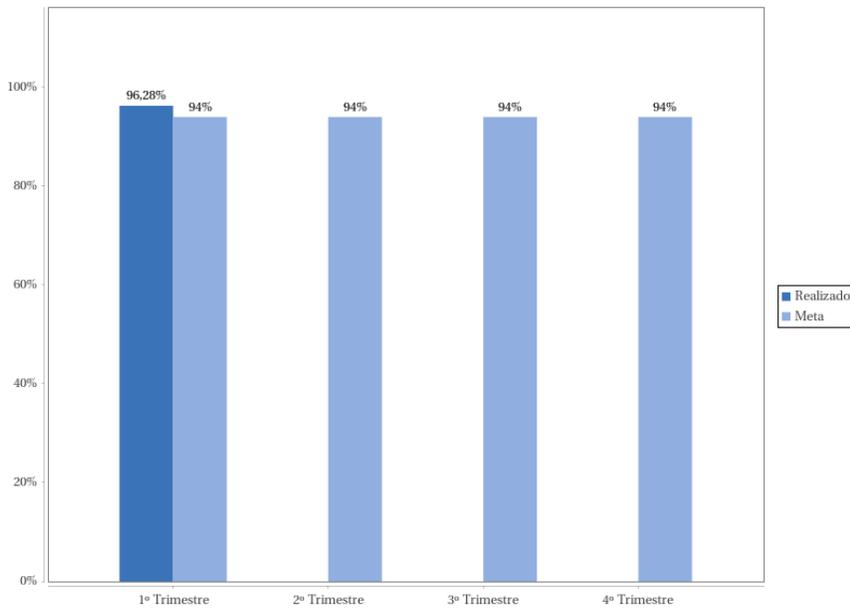
Os principais riscos identificados, e que podem afetar negativamente o desempenho das variáveis do indicador IA90, e o objetivo estratégico associado, são: infraestrutura (hardware e software) inadequada, deficiente e sem suporte técnico/manutenção; oscilações no fornecimento de energia elétrica, e sinistros diversos (acidentes, roubo de bens e informações, sabotagens etc.). O investimento na infraestrutura física e de segurança atua em vários destes riscos, possibilitando mais segurança e maior disponibilidade dos sistemas e serviços essenciais. Também há riscos à disponibilidade de sistemas e serviços essenciais pelo uso de hardware e de software obsoleto e sem contrato de manutenção em vigor, riscos estes combatidos com a aquisição de novos equipamentos, aquisição/manutenção de software de infraestrutura e a configuração adequada destes ativos. Por fim, há riscos de segurança da informação (roubo ou sequestro de dados, por exemplo), combatidos, por parte da Seprod, com o uso de software de infraestrutura atualizado (não obsoleto) e corretamente configurado (importância da capacitação contínua e do número adequado de servidores para dar conta destas tarefas).

IA 91 - Índice de satisfação dos usuários internos de TIC

Satisfatório

Desempenho do Período: 102,43%

Resultados Acumulados em 2021



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COINF.

Análise de contexto

Indicador dispensado de análise em razão de seu desempenho estável e satisfatório, conforme deliberação na I RAE 2019.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Indicador dispensado de análise em razão de seu desempenho estável e satisfatório, conforme deliberação na I RAE 2019.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Indicador dispensado de análise em razão de seu desempenho estável e satisfatório, conforme deliberação na I RAE 2019.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Indicador dispensado de análise em razão de seu desempenho estável e satisfatório, conforme deliberação na I RAE 2019.

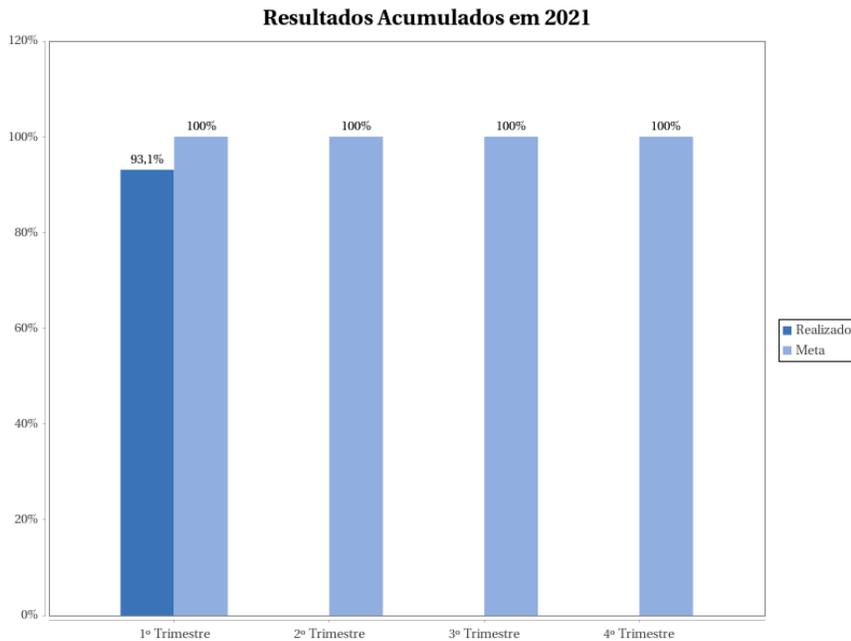
Riscos associados ao objetivo

Indicador dispensado de análise em razão de seu desempenho estável e satisfatório, conforme deliberação na I RAE 2019.

IE 32 - Índice de modernização das soluções

Satisfatório

Desempenho do Período: 93,10%



Responsável: CSCOR.

Análise de contexto

O desdobramento das metas do IA92 foi bastante adequado e fez um bom ajuste que favoreceu o acompanhamento do desempenho do indicador de modo mais efetivo.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Mantendo o processo de trabalho e engajando os novos servidores nas atividades foi possível atender à 91% das novas demandas recebidas no período.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Para os próximos 6 meses estão previstas grandes iniciativas conduzidas pelo CNJ no sentido da transformação digital dos órgãos do Poder Judiciário, cuja estratégia está descrita na nova ENTIC-JUD. Isso demandará aquisição e implantação de novas tecnologias e de novos sistemas no TRE-RJ. As equipes precisarão ser capacitadas e as atividades bem priorizadas para alcançarmos as metas propostas

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Usar ferramentas de gestão e comunicação com as equipes de modo a motivá-las e obter alto desempenho. Manter a disponibilidade de capacitação continuada em treinamentos à distância.

Riscos associados ao objetivo

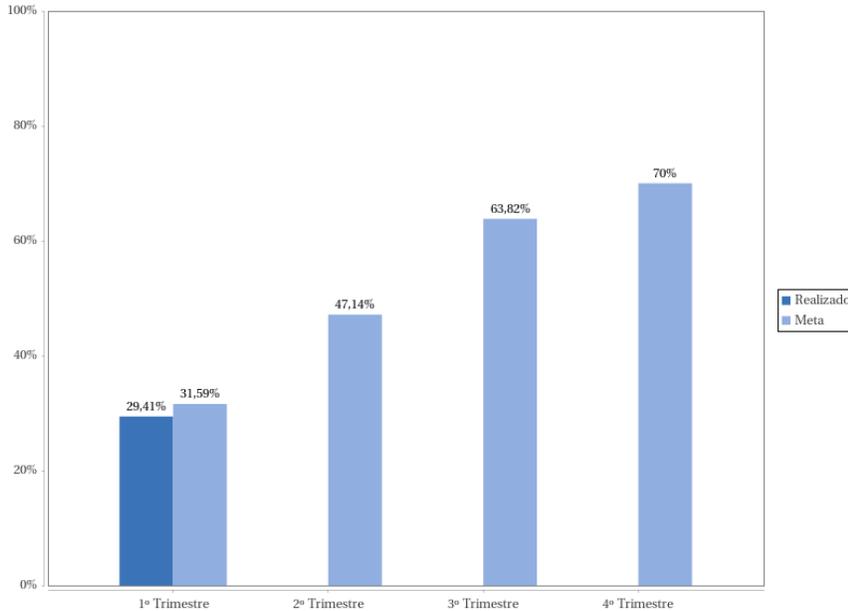
Falta de recursos financeiros para aquisição de soluções e treinamentos das equipes.

IA 92 - Índice de atendimento da demanda por sistemas e automação de rotinas

Satisfatório

Desempenho do Período: 93,10%

Resultados Acumulados em 2021



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CSCOR.

Análise de contexto

Neste trimestre houve um desdobramento das metas proposto pela SEDEST/CPLAN. O IA passou a ter uma meta do tipo 2, onde as metas dos períodos serão iguais aos valores realizados nos períodos idênticos em anos anteriores mais um aumento esperado $[(\text{meta } 2021 - \text{realizado } 2020) / \text{realizado } 2020]$. Essa alteração ajustou bem e fez mais sentido para o acompanhamento do desempenho do indicador.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Mantivemos o processo de trabalho usando métodos ágeis e os desenvolvedores têm se adaptado bem ao trabalho remoto. Dessa forma, foi possível manter o desempenho nas entregas de soluções. O valor menor de quase 7% do IA no 1o trimestre de 2021 em relação ao mesmo período de 2020, é atribuído aos dias não úteis concentrados no mês de março pelas medidas de prevenção ao contágio pelo COVID-19.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

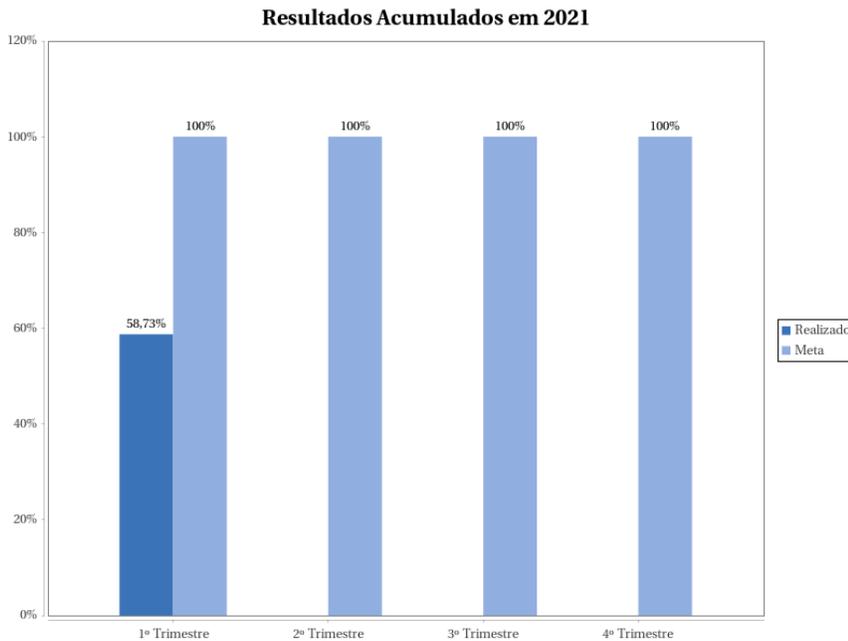
Identificamos desafios a serem enfrentados nos próximos meses devido a um forte movimento de automação e transformação digital do Poder Judiciário que vem sendo conduzida pelo CNJ. Dentre as várias soluções que precisarão se implantados ainda em 2021 destacamos o e-Social; o Balcão virtual; o DJEN - Diário da justiça eletrônico nacional; Justiça 4.0 além da nova ENTIC-JUD (Resolução CNJ 370/2021).

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

No atual contexto do Poder Judiciário, a Inteligência artificial; a mineração de dados e serviços digitais ganham destaque. Assim, precisaremos preparar infraestrutura e capacitar as equipes técnicas para esses novos desafios.

Riscos associados ao objetivo

Falta de recursos financeiros para aquisição de soluções e treinamentos se apresenta como principal risco para o alcance da meta de entrega de demandas no próximo trimestre.

OE 11 - Aperfeiçoar a gestão orçamentária e de custos**Insatisfatório****Desempenho do Período: 58,73%****Responsável: SOF.****Análise de contexto**

O objetivo apresentou desempenho **INSATISFATÓRIO**, com índice de 58,73%, ainda assim foi superior ao registrado no 1º trimestre do ano de 2020, que foi de 57,08%. Verificou-se que o resultado foi impactado pelo baixo desempenho do Índice de alinhamento do orçamento com a estratégia de 0%, que possui um peso de 40% no resultado do objetivo.

Destaca-se que o orçamento de 2021 ainda aguarda sanção presidencial. Assim, a dotação orçamentária para o período em análise foi disponibilizada pelo TSE em três duodécimos, cujos valores foram indicados pelas unidades gestoras para as despesas de caráter inadiável nos meses correspondentes.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Acompanhamento mensal da execução de iniciativas estratégicas na gestão de processos do dia a dia.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Indicação da real possibilidade de um cenário de piora no resultado do objetivo deve ser considerado, uma vez que, ao longo do exercício, poderão ser efetuados eventuais remanejamentos orçamentários, com potencial prejuízo da aderência ao planejado nas despesas agregadas, traduzindo no desempenho insatisfatório do indicador de eficiência da gestão orçamentária, bem como a não execução de projetos de iniciativa estratégica que deveriam estar maduros para serem executados (mas em decorrência da pandemia não estão) podem prejudicar o desempenho do índice de alinhamento do orçamento com a estratégia.

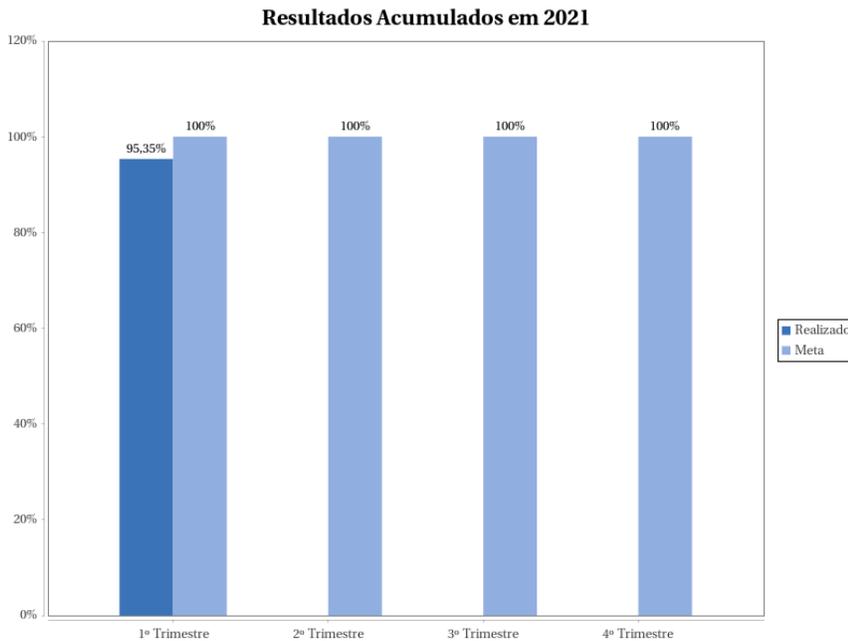
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Necessidade de mudanças na cultura organizacional, seja pela alocação de gerentes exclusivos ou mais intensamente dedicados aos projetos estratégicos, com competência para planejar melhor a necessidade de recursos orçamentários por iniciativa, estabelecendo também alternativas que levem em consideração a piora de cenários, tal como este que estamos vivenciando, bem como considerem as restrições de atuar num ano eleitoral.

Intensificar junto às unidades gestoras responsáveis o monitoramento dos contratos a fim de que as sobras orçamentárias sejam identificadas de forma ágil, com o objetivo de aproveitar tais recursos para aquisição de bens ou serviços, ou devolução ao TSE, em tempo hábil.

Riscos associados ao objetivo

Tendência de execução abaixo da meta prevista, com aderência prejudicada, em razão das incertezas decorrentes da Pandemia COVID-19.

IE 33 - Índice de eficiência da gestão orçamentária**Satisfatório****Desempenho do Período: 95,35%****Responsável: CORÇA.****Análise de contexto**

Inicialmente, destaca-se que o orçamento de 2021 ainda aguarda sanção presidencial. Assim, a dotação orçamentária para o período em análise foi disponibilizada pelo TSE em três duodécimos, cujos valores foram indicados pelas unidades gestoras para as despesas de caráter inadiável nos meses correspondentes. Com isso, a meta para o primeiro trimestre foi ajustada para atender à execução possível em 18,56%.

O índice de 17,70% registrado no trimestre, confere um desempenho satisfatório em relação ao orçamento disponível no trimestre.

A indisponibilidade orçamentária para despesas não inadiáveis, incluindo-se as de investimentos, associados à imprevisibilidade da pandemia, poderá trazer reflexos expressivos na execução orçamentária (aderência) do TRE-RJ no exercício.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Disponibilização do Painel de BI de Execução Orçamentária e Financeira para servir aos gestores como ferramenta de acompanhamento e gestão do orçamento.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Promover a continuidade no aprimoramento da execução orçamentária mediante ações alternativas em conjunto com as unidades gestoras, impulsionando seus resultados, considerando a continuidade dos efeitos gerados pela pandemia Covid-19.

Indicação da real possibilidade de um cenário de piora no resultado do IE deve ser considerado, uma vez que, ao longo do exercício, poderão ser efetuados eventuais remanejamentos orçamentários, com potencial prejuízo da aderência ao planejado nas despesas agregadas, traduzindo no desempenho insatisfatório do indicador.

Efeito inverso, fora do ponto de vista do indicador, tendência de resultado positivo em relação a execução orçamentária, com previsão de vultosas aquisições de bens permanentes importantes.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

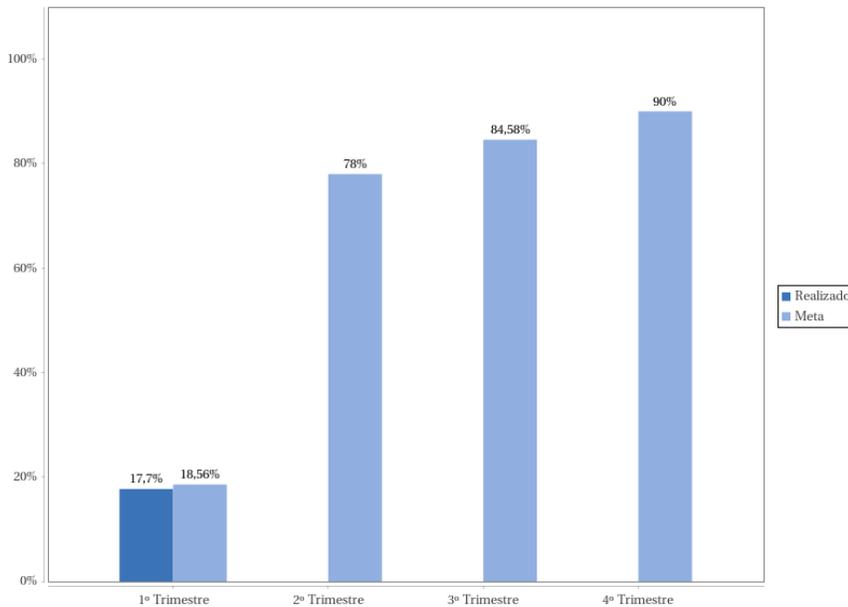
Aprimoramento no controle da execução orçamentária com a criação de processo próprio a fim de aprimorar o acompanhamento orçamentário e financeiro do TRE-RJ, instituindo a execução obrigatória das despesas primárias discricionárias, com vistas à mitigação de perdas orçamentárias.

Reforçar o monitoramento de restos a pagar, por meio de processo próprio, otimizando a ferramenta para execução desta atividade, reunindo informações e facilitando seu acesso e visualização dos resultados.

Intensificar as reuniões rotineiras com os Gestores para acompanhamento da execução orçamentária, em especial, dos contratos continuados que representam a maior fatia do orçamento do Tribunal.

Riscos associados ao objetivo

Cenário de execução abaixo da meta prevista, com aderência prejudicada, tendo em vistas as incertezas decorrentes da continuidade da Pandemia COVID-19.

IA 93 - Índice de execução planejada do orçamento de custeio (exceto iniciativas estratégicas e despesas de pessoal)**Satisfatório****Desempenho do Período: 95,35%****Resultados Acumulados em 2021****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CORÇA.****Análise de contexto**

Inicialmente, destaca-se que o orçamento de 2021 ainda aguarda sanção presidencial. Assim, a dotação orçamentária para o período em análise foi disponibilizada pelo TSE em três duodécimos, cujos valores foram indicados pelas unidades gestoras para as despesas de caráter inadiável nos meses correspondentes. Com isso, a meta para o primeiro trimestre foi ajustada para atender à execução possível em 18,56%.

O índice de 17,70% registrado no trimestre, confere um desempenho satisfatório em relação ao orçamento disponível no trimestre.

A indisponibilidade orçamentária para despesas não inadiáveis, incluindo-se as de investimentos, associados à imprevisibilidade da pandemia, poderá trazer reflexos expressivos na execução orçamentária (aderência) do TRE-RJ no exercício.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Disponibilização do Painel de BI de Execução Orçamentária e Financeira para servir aos gestores como ferramenta de acompanhamento e gestão do orçamento.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Promover a continuidade no aprimoramento da execução orçamentária mediante ações alternativas em conjunto com as unidades gestoras, impulsionando seus resultados, considerando a continuidade dos efeitos gerados pela pandemia Covid-19.

Indicação da real possibilidade de um cenário de piora no resultado do IE deve ser considerado, uma vez que, ao longo do exercício, poderão ser efetuados eventuais remanejamentos orçamentários, com potencial prejuízo da aderência ao planejado nas despesas agregadas, traduzindo no desempenho insatisfatório do indicador.

Efeito inverso, fora do ponto de vista do indicador, tendência de resultado positivo em relação a execução orçamentária, com previsão de vultosas aquisições de bens permanentes importantes.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

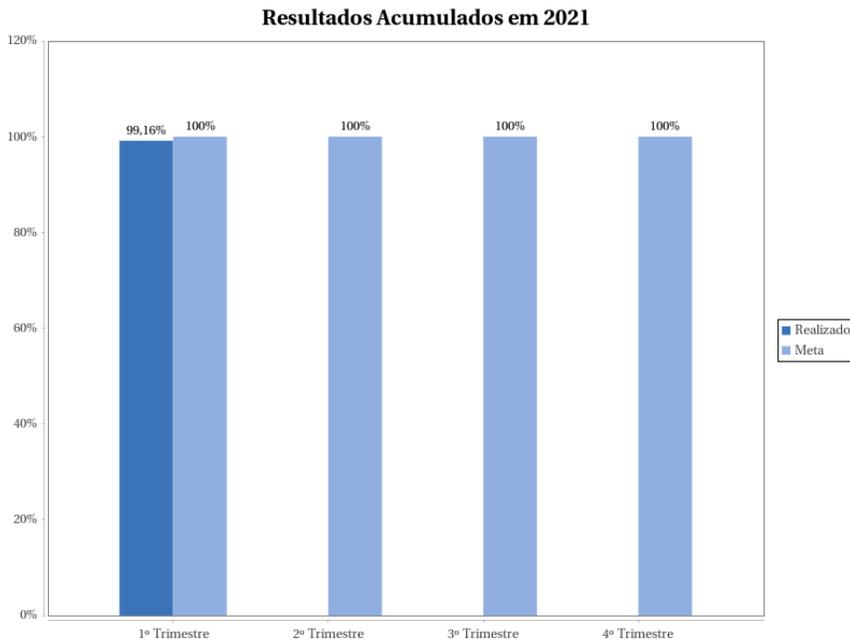
Aprimoramento no controle da execução orçamentária com a criação de processo próprio a fim de aprimorar o acompanhamento orçamentário e financeiro do TRE-RJ, instituindo a execução obrigatória das despesas primárias discricionárias, com vistas à mitigação de perdas orçamentárias.

Reforçar o monitoramento de restos a pagar, por meio de processo próprio, otimizando a ferramenta para execução desta atividade, reunindo informações e facilitando seu acesso e visualização dos resultados.

Intensificar as reuniões rotineiras com os Gestores para acompanhamento da execução orçamentária, em especial, dos contratos continuados que representam a maior fatia do orçamento do Tribunal.

Riscos associados ao objetivo

Cenário de execução abaixo da meta prevista, com aderência prejudicada, tendo em vistas as incertezas decorrentes da continuidade da Pandemia COVID-19.

IE 34 - Custo de manutenção da estrutura**Satisfatório****Desempenho do Período: 99,16%****Responsável: COFIN.****Análise de contexto**

O indicador IE 34 vem apresentando desempenho satisfatório desde o segundo trimestre de 2020 e o primeiro trimestre de 2021, não foi diferente, tendo em vista a adoção do teletrabalho. A análise comparativa em relação ao primeiro trimestre de 2020 fica evidenciada uma redução de 8,9% dos custos do indicador. As reduções foram causadas principalmente pelas variáveis Custo de Manutenção de TI (-R\$318.000,00), e Custo de teleprocessamento (R\$111.000,00).

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

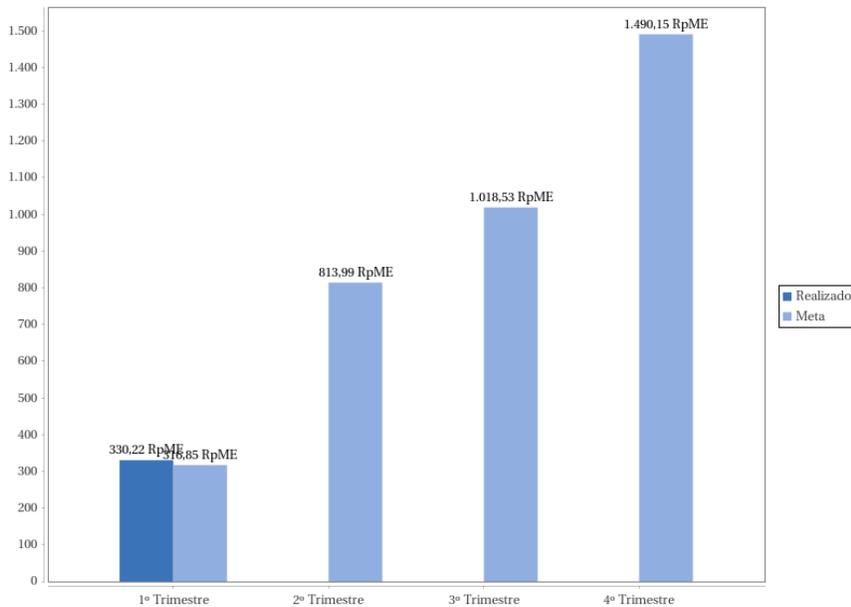
Riscos associados ao objetivo

IA 95 - Custo de manutenção das instalações por eleitor

Satisfatório

Desempenho do Período: 95,78%

Resultados Acumulados em 2021



Polaridade: Quanto menor melhor. Responsável: SSG.

Análise de contexto

A previsão registrada na última análise do presente indicador concretizou-se. Houve a necessidade de permanência do trabalho remoto, ocasionando um desempenho satisfatório neste primeiro trimestre.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Redução nas despesas de custeio por conta da necessidade de permanência em trabalho remoto da grande maioria dos servidores.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Diante do cenário de crise sanitária que permanece, com viés de piora, tende a reduzir ainda mais despesas de custeio com as unidades instaladas.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Otimização da estrutura imobiliária em curso, mas que depende do cenário da pandemia para que avance a contento.

Riscos associados ao objetivo

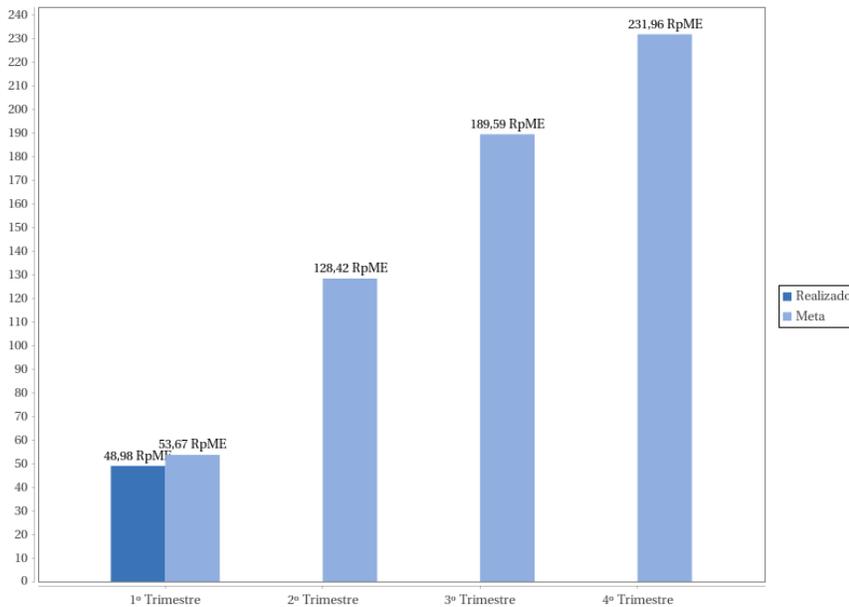
Os riscos mantêm-se os mesmos do período anterior, quais sejam: possíveis pressões inflacionárias nas contratações sem contrapartida no orçamento e/ou cortes orçamentários por eventual queda de arrecadação.

IA 96 - Custo de serviços de comunicação por eleitor

Satisfatório

Desempenho do Período: 108,73%

Resultados Acumulados em 2021



Polaridade: Quanto menor melhor. Responsável: STI.

Análise de contexto

A partir dos dados apresentados, verifica-se que o custo do CTelef em relação ao custo total apurado, representa 30,66% do custo total apurado. Destaco, como sempre, que a análise deste indicador fica prejudicada em razão de que as gestões de custo da telefonia e a de comunicação de dados encontram-se em unidades distintas. Assim, para uma análise efetiva seria necessário maior conhecimento dos custos de telefonia o que, s.m.j., deveria ser alvo de análise pelo gestor da área responsável pelo acompanhamento contratual. Deste modo, considerando não ser possível a análise de cada variável (embora as variáveis em questão se assemelhem a um indicador, por serem o resultado de uma composição de vários fatores), permanece a sugestão de divisão do indicador em dois, um para custos de telefonia e outro para comunicação de dados, podendo os dois serem agregados para a composição do resultado que será alvo da análise do objetivo. Desta forma, o responsável pela análise do objetivo teria análises detalhadas de cada elemento. A análise também pode ser prejudicada por não terem sido computados todos os valores devido à não liquidação das faturas referentes a todos os meses do trimestre. Analisando a questão dos custos de comunicação de dados, verifica-se que são os mais significativos para o levantamento do indicador, por constituírem parcela mais relevante na fórmula de cálculo, constituindo 69,34% do total apurado.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

O custo de comunicação de dados deve sofrer ligeiro aumento em razão da projeção para a instalação de circuitos de acesso à Internet que serão utilizados para contingência de comunicação com os cartórios eleitorais por meio do projeto VPN. Como estes circuitos apresentam menor custo, a elevação não deve ser tão significativa. A retomada das instalações depende da finalização dos testes da configuração nos equipamentos que montarão as VPNs assim como da possibilidade de atendimento presencial tanto dos cartórios como da contratada.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Destaco que os projetos estratégicos VPN e VoIP ainda não permitem que se tenha previsão do impacto que os mesmos irão gerar. Todavia, espera-se que tenham impacto positivo no indicador em razão da expectativa de que possam contribuir para uma redução dos custos de comunicação de dados e telefonia. No entanto, o projeto VPN, num primeiro momento, irá gerar mais pressão

sobre os custos em razão de que o novo circuito irá atuar inicialmente como uma ampliação da capacidade do link de comunicação e como contingência para o primeiro circuito de comunicação de dados.

Riscos associados ao objetivo

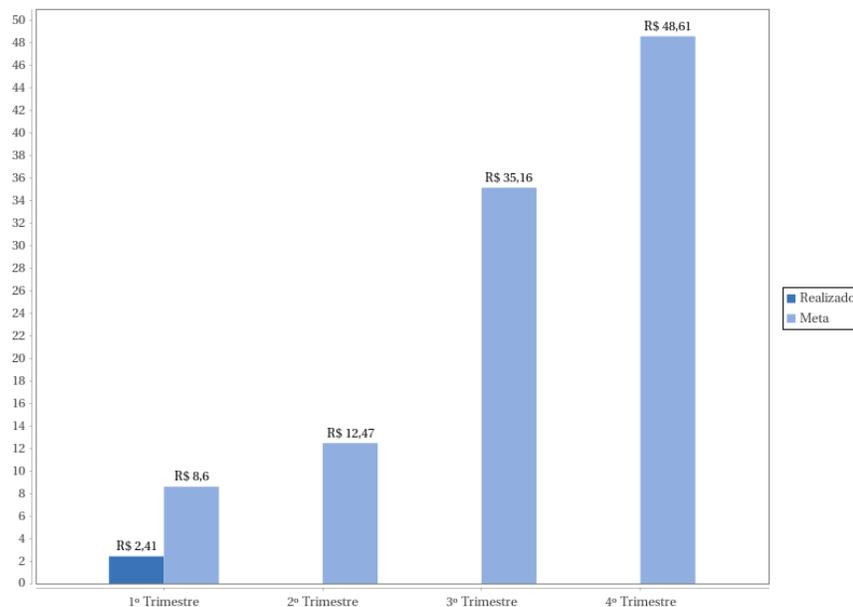
Destaca-se que a implantação de ações de melhoria tem sido impactada em razão do reduzido quadro de pessoal e de não ter sido finalizada a contratação de postos de trabalho para apoio aos serviços de suporte à infraestrutura. Os servidores das diversas áreas da STI acabam envolvidos na realização de atividades técnicas, administrativas e de gestão de modo simultâneo, o que acaba por prejudicar o andamento das mesmas. Deve-se destacar, ainda, que as medidas planejadas têm sido impactadas pela realização de diversas atividades que demandam significativos esforços da área técnica para capacitar o TRE-RJ para o serviço remoto durante a pandemia, além de diversos outros projetos priorizados que envolvem a área de TI, cada vez mais envolvida nas atividades levadas a cabo pelo TRE. As restrições impostas pela pandemia também dificultam a implantação de melhorias que demandam trabalho em conjunto de forma presencial.

IA 97 - Custo de material de consumo por eleitor

Satisfatório

Desempenho do Período: 171,96%

Resultados Acumulados em 2021



Polaridade: Quanto menor melhor. Responsável: SAD.

Análise de contexto

Mais uma vez, o indicador foi impactado pela suspensão do trabalho presencial a partir da metade de março de 2020, assim como pela adoção do trabalho remoto.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Todo o período transcorreu sob pequena retomada do trabalho presencial, não havendo de se falar em ações para o resultado obtido.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Principal desafio é compreender a nova realidade para reavaliar a estratégia.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Dependerá da nova forma de jornada de trabalho e, conseqüentemente, da estrutura física que será demandada.

Riscos associados ao objetivo

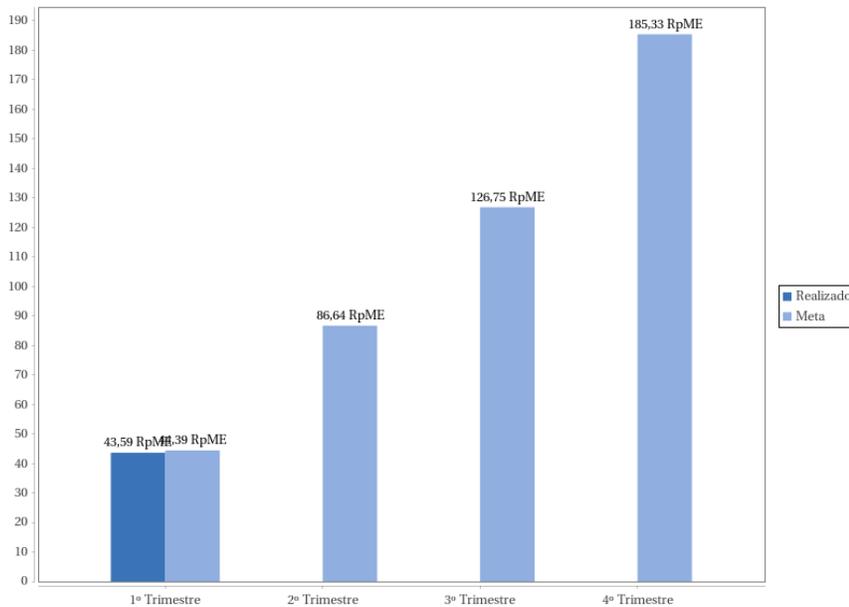
Como já dito, nos parâmetros atuais, não vemos risco ao objetivo. No entanto, uma nova realidade imporá uma nova forma de medição e avaliação de desempenho.

IA 98 - Custo de serviços de transporte por eleitor

Satisfatório

Desempenho do Período: 101,80%

Resultados Acumulados em 2021



Polaridade: Quanto menor melhor. Responsável: SECTRA.

Análise de contexto

Em mais um trimestre a SECTRA superou a expectativa quanto a meta a ser batida alcançando 101,80%. Isto demonstra que o trabalho de otimização constante e o controle eficaz dos processos estão funcionando satisfatoriamente.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Despendemos enorme esforço em orientação interna e externa para otimização das demandas bem como intensificamos os estudos e elaboração das peças para terceirização de parte da frota, o que culminou com dois processos SEI (2021.0.000007076-3 e 2021.0.000007077-1), os quais já se encontram em andamento para contratação no segundo semestre de 2021.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Pandemia de COVID-19 e suas consequências geram dificuldades de difícil previsão. Entre elas, o aumento exponencial dos combustíveis e das peças/serviços automotivos, exposição aos efeitos da pandemia dos colaboradores terceirizados (motoristas e supervisores de tráfego) que necessitamos administrar diariamente para manter o serviço de transporte do Tribunal em funcionamento para atendimento das demandas diariamente, entre outras.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Terceirização de parte da frota, com dois contratos pilotos já em andamento (processos SEI 2021.0.000007076-3 e 2021.0.000007077-1), visando maior segurança, agilidade, conforto e economia de recursos do Tribunal.

Riscos associados ao objetivo

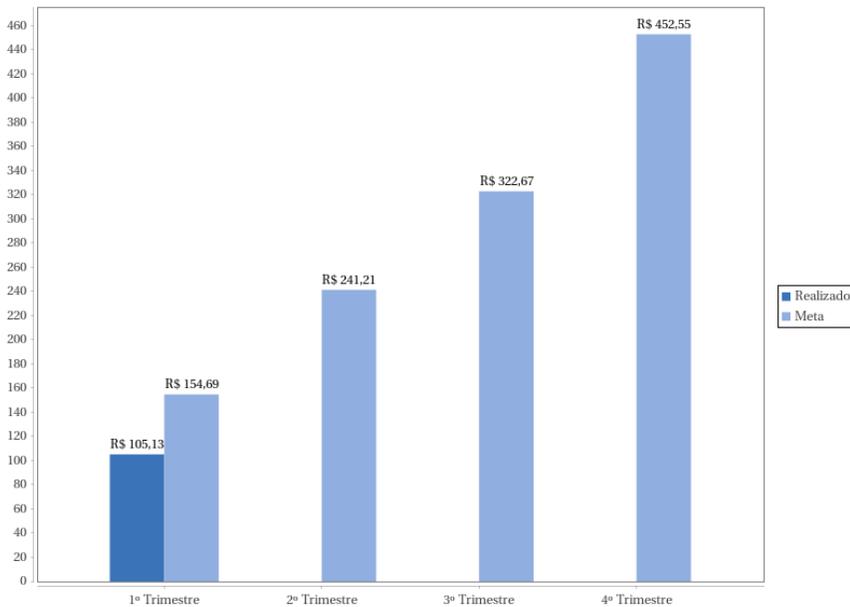
Riscos de dificuldades nas licitações dos contratos acima e manutenção/aumento das dificuldades elencadas nos principais desafios (aumento exponencial dos combustíveis e das peças/serviços automotivos, exposição aos efeitos da pandemia dos colaboradores terceirizados, etc)

IA 99 - Custo de apoio administrativo por eleitor

Satisfatório

Desempenho do Período: 132,04%

Resultados Acumulados em 2021



Polaridade: Quanto menor melhor. Responsável: SAD.

Análise de contexto

Mais uma vez, o indicador foi impactado pela diminuição drástica do trabalho presencial, ocorrida em março de 2020.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Não há de se falar em ações que culminaram no resultado ora medido. Decorre simplesmente da adoção de medida de distanciamento social.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Enquanto não revista a forma de cálculo do indicador, a partir da definição de uma nova forma de jornada de trabalho, não há desafio no período.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

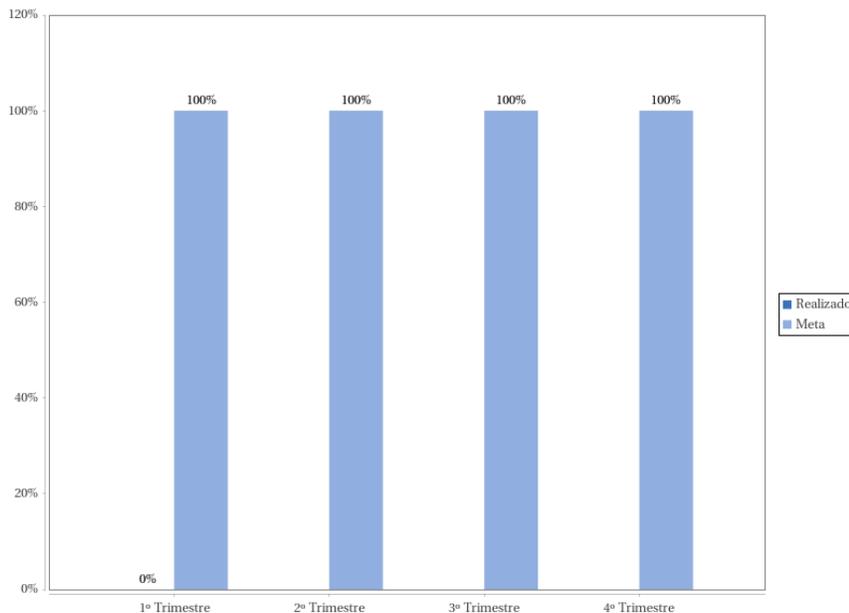
Riscos associados ao objetivo

IE 35 - Índice de alinhamento do orçamento com a estratégia

Insatisfatório

Desempenho do Período: 0,00%

Resultados Acumulados em 2021



Responsável: CPLAN.

Análise de contexto

O indicador de apoio IA 100 (Índice de execução planejada do orçamento de ações estratégicas), único vinculado ao IE 35 (Índice de alinhamento do orçamento com a estratégia), teve resultado nulo no 1º trimestre de 2021, ou seja, não houve execução orçamentária para nenhuma das iniciativas estratégicas constantes no PDE vigente e que compõem a proposta orçamentária, com valor total previsto para o exercício de R\$ 2.275.771,64.

Portanto o desempenho do IA 100 frente à meta de 19,84% esperada para o período foi de 0%, assim como o desempenho do IA 35.

Observa-se da série histórica que os resultados do IA 100, que são cumulativos ao longo do ano, tendem a ser baixos nos dois primeiros trimestres de cada exercício, pois os projetos, no início do ano, não costumam estar desenvolvidos o suficiente para haver contratação e empenho, havendo tendência de recuperação a partir do 3º trimestre. Não obstante, nota-se da série histórica que o resultado nulo com o do 1º trimestre de 2021 só ocorreu antes em 2019:

2017.1 – 11,93% / 2018.1 – 0,99% / 2019.1 – 0% / 2020.1 – 5,8% / 2021.1 – 0%

As iniciativas previstas em proposta orçamentária e que compõem a base de cálculo da medição são as seguintes:

- 1) Instalação de sistema de combate a incêndio: R\$ 957.367,00;
- 2) Reforma das instalações elétricas do anexo do Edifício-Sede: R\$ 800.000,00;
- 3) Contratação de acesso à internet - VPN: R\$ 372.404,64;
- 4) Reestruturação do processo socioeducativo: R\$ 146.000,00.

Considerando a meta de 36,4% estabelecida para o exercício, será necessário empenhar até o final do exercício o valor total de R\$ 828.380,86.

À parte as dificuldades já conhecidas em se obter a aderência nos dois primeiros trimestres do ano, podem ainda ser apontados as seguintes circunstâncias agravantes para o baixo resultado do IA 100 no 1º trimestre de 2021:

- Suspensão da execução de projetos devido à pandemia de Covid-19: o CGE decidiu em reunião realizada em 30/04/2020 pela suspensão de alguns projetos em razão da pandemia, especialmente aqueles em que há necessidade de intervenções físicas, dentre os quais o da Rede Privada Virtual – VPN, cujo prosseguimento se revelou prejudicado em razão do isolamento social. O

prolongamento desse contexto e a manutenção da suspensão do expediente presencial no 1º trimestre de 2021 continuam prejudicando o andamento dos projetos estratégicos.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Mesmo com as restrições de mobilidade decorrentes do cenário de pandemia, a SEDINE tem procurado manter o contato com os gerentes de projeto, mesmo que de modo virtual, a fim de dar o suporte possível no que for necessário para uma condução mais efetiva das iniciativas, diante das limitações impostas. A SEDINE destaca que, mesmo com as dificuldades orçamentárias, foi possível realizar neste trimestre uma capacitação básica em Gestão de Projetos, dentre os servidores que já assumiram ou estão em vias de assumir a gerência de novos projetos estratégicos, elevando a qualidade do capital humano capaz de contribuir no planejamento e execução das iniciativas que tenham impacto orçamentário.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A SEDINE destaca que, considerando que o orçamento de 2021 foi solicitado em fevereiro de 2020, cenário anterior à pandemia, a tendência para o IA 100 em 2021 é de baixa aderência, e acrescenta que projetos não executados em 2020 poderão necessitar de orçamento em 2021, sem que para eles tenha sido solicitada qualquer verba, e projetos que deveriam estar maduros para serem executados podem não ter a efetividade desejada, contribuindo para uma piora no desempenho global do indicador .

Ademais, nas reuniões do Comitê de Gestão da Estratégia realizadas em 23/02 e 04/03, nas quais foram revisados os orçamentos estratégicos solicitados para 2021, restou consignado:

Sistema de prevenção e combate a incêndio na Sede do TRE-RJ – Foi aprovado pelo CGE o encerramento do projeto e a apresentação de novo projeto com escopo ampliado e especificação do orçamento necessário para 2021. De acordo com a SSG, a mudança de escopo do projeto é um fato inevitável, visto que o projeto demanda uma intervenção na estrutura do prédio que poderia ser aproveitada para o saneamento de outras pendências antigas, e que em 2021 poderia ser contratada a empresa para elaboração dos projetos, mas que a execução das intervenções necessárias ocorreria em 2023, considerando-se a inviabilidade de execução em 2022, por ser este um ano eleitoral.

Modernização das instalações elétricas do Núcleo Administrativo do TRE-RJ – haverá necessidade de rever o valor de R\$ 800.000,00 por conta dos reajustes que vem ocorrendo em materiais como os cabos. O CGE aprovou prazo para a especificação do valor orçamentário necessário para 2021.

Rede Privada Virtual – VPN – A STI sinalizou que, com relação à contratação dos links para o interior, o valor solicitado para 2021 (R\$ 372.404,64) não seria utilizado, visto que ainda não encontraram uma solução para fazer a contratação de todo o interior.

Reestruturação do Projeto Socioeducativo – Foi aprovada pelo CGE alteração do escopo do projeto e especificação do orçamento para 2021: R\$ 20.160,00 dos R\$ 146.000,00 previstos, em razão do cenário desfavorável, restrições de aglomeração no local, sobrecarga de atividades nas escolas e secretarias de educação, por conta da necessidade de repor conteúdos atrasados etc., fatores que dificultariam a execução do projeto com o escopo originalmente previsto.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Mais uma vez, os resultados insatisfatórios obtidos para o indicador em questão sinalizam a necessidade de mudanças na cultura organizacional, seja pela alocação de gerentes exclusivos ou mais intensamente dedicados aos projetos estratégicos, com competência para planejar melhor a necessidade de recursos orçamentários por iniciativa, estabelecendo também alternativas que levem em consideração a piora de cenários, tal como este que estamos vivenciando, onde as restrições de mobilidade e aglomeração inviabilizam a execução de parte do portfólio.

Riscos associados ao objetivo

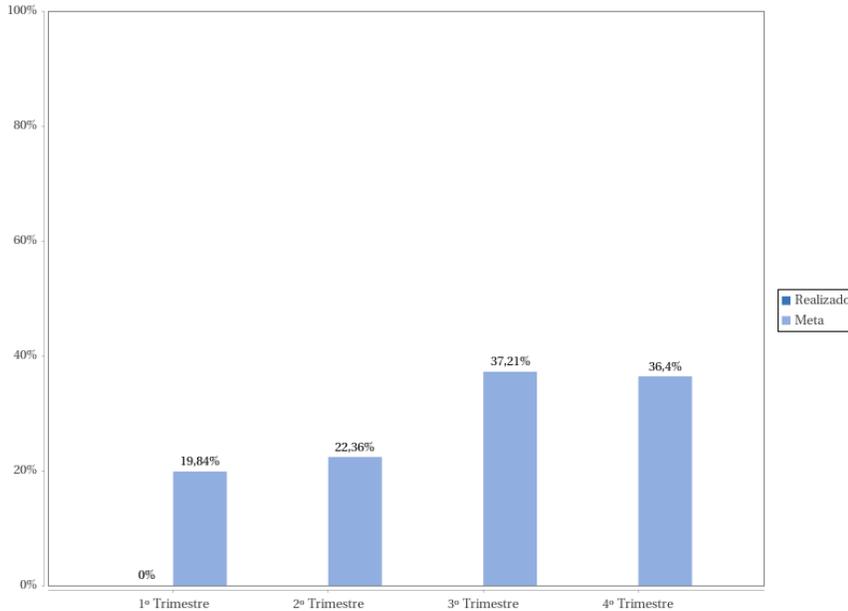
- Risco de baixa execução dos projetos com alocação orçamentária na proposta de 2021, tendo em vista que o cenário de pandemia ainda perdura, parte dos projetos foram paralisados em 2020 e, em outros, revelaram-se necessárias alterações significativas de escopo.

IA 100 - Índice de execução planejada do orçamento de ações estratégicas

Insatisfatório

Desempenho do Período: 0,00%

Resultados Acumulados em 2021



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEDINE.

Análise de contexto

O desempenho foi insatisfatório, visto que neste trimestre não houve execução orçamentária para nenhuma das iniciativas estratégicas constantes no PDE em vigor e que compõem a proposta orçamentária, com valor total previsto para o exercício de 2.275.771,64. Desta maneira, a distância para a meta do trimestre ficou em 19,84%, indicando uma piora em relação ao trimestre anterior, onde se obteve 3,58% do valor planejado. É preciso levar em conta que o período sob análise ainda se encontra sob o contexto da pandemia Covid-19, com o agravamento de alguns condicionantes, incluindo os de caráter econômico, que acabam tendo impacto sobre a execução de um modo geral.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Mesmo com as restrições de mobilidade decorrentes do cenário de pandemia, a SEDINE tem procurado manter o contato com os gerentes de projeto, mesmo que de modo virtual, a fim de dar o suporte possível no que for necessário para uma condução mais efetiva das iniciativas, diante das limitações impostas. Há que se destacar, mesmo com as dificuldades orçamentárias, que foi possível realizar neste trimestre uma capacitação básica em Gestão de Projetos, dentre os servidores que já assumiram ou estão em vias de assumir a gerência de novos projetos estratégicos, elevando a qualidade do capital humano capaz de contribuir no planejamento e execução das iniciativas que tenham impacto orçamentário.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Considerando que o orçamento de 2021 foi solicitado em fevereiro de 2020, cenário anterior à Pandemia, a tendência para o IA100 em 2021 é de baixa aderência. Acrescente-se que projetos não executados em 2020 poderão necessitar de orçamento em 2021, sem que para eles tenha sido solicitada qualquer verba, e projetos que deveriam estar maduros para serem executados podem não ter a efetividade desejada, contribuindo para uma piora no desempenho global do indicador.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

O resultado aquém do desejado reforça, mais uma vez, a necessidade de um amadurecimento da cultura organizacional, no que diz respeito à gestão de projetos, seja pela alocação de gerentes exclusivos ou mais intensamente dedicados aos projetos estratégicos, ou mesmo pela ampliação da transparência de informações que possam servir como subsídio com competência para

planejar melhor a necessidade de recursos orçamentários por iniciativa, estabelecendo também alternativas que levem em consideração a piora de cenários, tal como este que estamos vivenciando por conta da pandemia Covid-19 .

Riscos associados ao objetivo

Como houve alteração negativa no cenário externo, no que diz respeito aos condicionantes sobre mobilidade e segurança sanitária, em função de uma piora no controle da pandemia Covid-19, o ambiente de riscos associado ao indicador pode ficar mais desfavorável do que no contexto atual, em especial no aspecto macroeconômico, o que certamente terá efeitos sobre a execução orçamentária das iniciativas. Se for realizado um programa de vacinação de amplo espectro com maior extensão e regularidade, é possível que se possa retomar algumas iniciativas que estão paralisadas neste momento, o que certamente terá impacto no resultado do próximo trimestre, melhorando a aderência do indicador. Um outro risco, de natureza positiva, é o fato de que os gerentes de projetos em execução, agora melhor capacitados, poderão fazer os ajustes necessários para obter mais efetividade na execução das etapas previstas, com impacto positivo no indicador associado ao cumprimento das metas estabelecidas .